



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LARISSA BRUGNARO MARCIANO

**AS DINÂMICAS DE IMPEDIMENTO NO BRASIL:
DO CONSENSO DE 1992 AO CONFLITO DE 2016**

Londrina
2019

LARISSA BRUGNARO MARCIANO

**AS DINÂMICAS DE IMPEDIMENTO NO BRASIL:
DO CONSENSO DE 1992 AO CONFLITO DE 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Fernanda Di Flora

Londrina
2019

LARISSA BRUGNARO MARCIANO

**AS DINÂMICAS DE IMPEDIMENTO NO BRASIL:
DO CONSENSO DE 1992 AO CONFLITO DE 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciências da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador (a): Prof^a. Dr^a. Fernanda Di Flora
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr^a. Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Ronaldo Gaspar
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 09 de janeiro de 2019.

AGRADECIMENTO (S)

Agradeço a minha orientadora, Prof^a Dr^a Fernanda Di Flora, não só pela constante orientação neste projeto, mas sobretudo pelo suporte via correções e incentivos no pouco tempo em que tive o prazer de contar com seu inestimável auxílio na construção deste trabalho.

Ao Prof^o Dr. Pedro Luiz Lima, meu orientador inicial, por ter apontado o caminho para construção da análise almejada, e por suas valiosas contribuições e presença nos bastidores desta última etapa.

Aos meus pais, por seu amor, paciência, e apoio incondicional.

Ao meu companheiro Junior, por suas constantes brincadeiras e diversas tentativas, em sua grande maioria bem sucedidas, de me tranquilizar ao final da construção deste trabalho. Obrigada por acreditar neste projeto e em mim.

Aos membros da banca examinadora, Prof^a Dr^a Maria José de Rezende e Prof^o Dr^o Ronaldo Gaspar, meus sinceros agradecimentos pela disponibilidade para participar deste momento especial e por suas contribuições.

No mais, gostaria de agradecer a todos os colegas e professores que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação e contribuíram para que a elaboração deste trabalho fosse possível.

BRUGNARO, Larissa. **As dinâmicas de impedimento no Brasil:** do consenso de 1992 ao conflito de 2016. 95p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

RESUMO

O presente trabalho analisa os dois processos de *impeachment* ocorridos no Brasil após a redemocratização (1992\2016), focalizando as formas de participação política e a natureza das relações entre Estado e Sociedade Civil que influenciaram o comportamento dos manifestantes pró-*impeachment* nos dois casos. Trabalharemos também com as categorias consenso\conflito para demarcar continuidades e rupturas estabelecidas pelo comportamento popular e suas motivações nas manifestações de rua em favor do impedimento, traçando uma análise comparativa entre estes cenários. A construção da análise contará com pesquisa bibliográfica e jornalística sobre os temas, além da utilização de dados coletados e sistematizados através de entrevistas entre manifestantes por diversos autores\as no bojo das mobilizações pró-*impeachment* ao longo de 2015\16. A partir desta comparação, defendemos que, no contexto de 1992, o *impeachment* de Fernando Collor de Melo foi baseado num consenso com relação ao combate indiscriminado à corrupção e na necessidade do impedimento como instrumento importante de fortalecimento democrático. Tal consenso envolveu sociedade civil, entidades, partidos e parlamento, de forma a minimizar pontos destoantes entre estas esferas em nome da efetivação da demanda coletiva. O *impeachment* de Dilma Rousseff, por outro lado, apesar de ser acompanhado por manifestações populares massivas em apoio ao processo, não angariou legitimidade no sentido de tornar consenso a necessidade do impedimento. Tratou-se de um processo marcado por tensões e disputas políticas pelo sentido dos acontecimentos (iniciados no ciclo de protestos de junho de 2013), produzindo embates tanto entre grupos pró-*impeachment* e contra o golpe, quanto questionamentos em relação ao significado do conflito e da polarização para a democracia.

Palavras-chave: *Impeachment*; Manifestações populares; Participação popular; Dilma Rousseff; Fernando Collor.

BRUGNARO, Larissa. **The dynamics of impediment in Brazil:** from the 1992 consensus to the conflict of 2016. 95p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2019.

ABSTRACT

This paper analyzes the two impeachment processes that occurred in Brazil after the re-democratization (1992\2016), focusing on the forms of political participation and the nature of the relations between State and Civil Society that influenced the behavior of the pro-impeachment protesters in both cases. We will also work with the consensus/conflict categories to demarcate the continuities and ruptures established by popular behavior and its motivations in street demonstrations in favor of the impediment, drawing a comparative analysis between these scenarios. The construction of the analysis will include bibliographical and journalistic research on the themes, as well as the use of data collected and systematized through interviews among demonstrators by various authors in the context of pro-impeachment mobilizations throughout 2015\16. From this comparison, we argue that, in the context of 1992, the impeachment of Fernando Collor de Melo was based on a consensus regarding the indiscriminate fight against corruption and on the need of the impediment as an important instrument of democratic strengthening. Such a consensus involved civil society, entities, parties and parliament, in order to minimize disagreements among these spheres in the name of the effectiveness of collective demand. Dilma Rousseff's impeachment, on the other hand, despite being accompanied by mass popular demonstrations in support of the process, did not raise legitimacy in order to make consensus the need for the impediment. It was a process marked by political tensions and disputes over events (started in the June 2013 protest cycle), producing clashes between pro-impeachment and anti-coup groups as well as questions about the significance of the conflict and from polarization to democracy.

Keywords: *Impeachment*; Popular manifestations; Popular participation; Dilma Rousseff; Fernando Collor.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

| | |
|--|----|
| Fotografia 1 – Por uma vida sem catacras..... | 40 |
| Fotografia 2 – Se a tarifa não baixar a cidade vai parar | 40 |
| Fotografia 3 – Anos Rebeldes e Fora Collor..... | 62 |
| Fotografia 4 – Criminalização do PT | 71 |
| Fotografia 5 – Interação manifestantes e Batalhão de Choque | 74 |
| Fotografia 6 – Interação manifestantes e Batalhão de Choque (2) | 75 |
| Fotografia 7 – Meu país é Brasil, não Cuba e Venezuela | 76 |
| Fotografia 8 – Intervenção militar já..... | 77 |
| Fotografia 9 – <i>Impeachment</i> e intervenção militar..... | 77 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1 – Número de matérias de capa sobre escândalos de corrupção dos partidos PSDB e PT, publicadas nos principais jornais em 2014 | 47 |
|---|----|

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – Temas e frequência de aparição nas manifestações de 2015 | 73 |
|--|----|

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 | O <i>IMPEACHMENT</i> DE FERNANDO COLLOR | 13 |
| 2.1 | Antecedentes históricos: o processo de transição política..... | 13 |
| 2.2 | As eleições diretas de 1989 e o Governo Collor | 18 |
| 2.3 | Relação Estado X Sociedade Civil no Governo Collor..... | 20 |
| 2.4 | O processo de <i>impeachment</i> e as manifestações populares..... | 24 |
| 3 | O <i>IMPEACHMENT</i> DE DILMA ROUSSEFF | 28 |
| 3.1 | Antecedentes históricos: o governo Lula..... | 28 |
| 3.2 | As eleições de 2010 – Primeiro mandato de Dilma Rousseff | 32 |
| 3.3 | Relação Estado X Sociedade Civil no Governo Dilma e as manifestações de Junho de 2013 | 36 |
| 3.4 | As eleições de 2014 e o segundo mandato de Dilma Rousseff..... | 45 |
| 3.5 | O processo de impedimento e as mobilizações populares..... | 50 |
| 4 | AS MANIFESTAÇÕES POPULARES E O <i>IMPEACHMENT</i>: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS CASOS COLLOR E DILMA | 55 |
| 4.1 | Mobilização, perfil e estética do Fora Collor | 55 |
| 4.2 | Mobilização, perfil e estética dos manifestantes pró- <i>impeachment</i> de 2015-2016..... | 64 |
| 4.3 | Aproximações e Distanciamentos - Consenso X Conflito | 78 |
| | CONCLUSÃO | 87 |
| | REFERÊNCIAS | 90 |

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que, principalmente a partir da redemocratização, o Brasil contou com a presença de mobilizações populares de rua de grande porte, onde o poder de intervenção da sociedade na política ampliou-se, afetando a rotina política institucionalizada. Manifestações deste tipo tem fundamentação num modelo de relação do Estado com a sociedade civil, num vínculo entre política constitucional e contestatória.

De acordo com Luciana Tatagiba,

No ciclo de protestos inaugurado nas lutas contra o estado ditatorial forjou-se essa aliança entre movimentos populares, sindicatos, partidos de esquerda e igreja católica progressista que ofereceu contraponto para os rumos da transição, forjando um sentido de democracia que teve profundos impactos na construção da institucionalidade democrática nas décadas de 1990 e 2000, assim como na conformação de padrões de relação entre movimentos sociais e estados ao longo de todo o período democrático (TEIXEIRA apud TATAGIBA, 2014, p.57).

As mobilizações em favor do *impeachment* de Fernando Collor encaixariam-se dentro desta lógica. Já a partir de 2002, o modelo de participação social institucionalizada se fortalece com a criação de novos canais de participação e representação de grupos da sociedade civil organizada e movimentos sociais dentro do Estado. No entanto, e tendo em vista a conjuntura política recente, é possível verificar um novo ciclo de mobilizações movidas por dinâmicas diferentes daquela que predominou nos movimentos logo após a redemocratização, a exemplo do Fora Collor. Este novo ciclo participativo, iniciado em 2013, culminou nas manifestações pró-*impeachment* de Dilma Rousseff em 2015.

A que se deve esta mudança na relação institucionalizada, e por que este modelo de relação da sociedade civil com o Estado teria se esgotado aos olhos dos grupos que foram às ruas se manifestar?

Entende-se que,

Parte significativa do setor de movimentos sociais apostou na democracia como projeto político e na participação democrática como forma de acesso e garantia de direitos. Como afirma Teixeira (2013), a democracia participativa conformou um imaginário social que deu sentido às interações entre movimentos sociais e estado e sedimentou um caminho próprio para mudanças por dentro das regras do jogo (TATAGIBA, 2014, p.57).

No entanto, as manifestações de 2013, e posteriormente de 2015, não parecem ser constringidas exclusivamente por este comprometimento democrático. Pelo contrário: em diversos sentidos, que serão explorados ao longo deste trabalho, estes eventos evocam

aspectos fundamentais da crise da democracia representativa. Tendo esta questão inicial em vista, o presente trabalho irá analisar os dois processos de *impeachment* ocorridos no Brasil (1992\2016) focalizando as formas de participação política e a natureza das relações entre Estado e Sociedade Civil que influenciaram o comportamento dos manifestantes pró-*impeachment* nos dois casos. Para isso, será realizado um balanço histórico do contexto de cada período analisado.

O primeiro capítulo analisa o processo de impedimento de Fernando Collor a partir da análise contextual e das peculiaridades que marcaram o longo processo de transição política conservadora vivenciada no Brasil pós-ditadura militar, e que resultou nas eleições diretas de Fernando Collor em 1989. Buscaremos analisar quais características da relação entre Estado e sociedade civil promovidas durante seu governo tiveram peso para definir o comportamento da sociedade civil e sua adesão ao processo de *impeachment*, juntamente com seus organizadores.

No segundo capítulo, o *impeachment* da presidente Dilma é compreendido a partir do resgate histórico das principais características do Partido dos Trabalhadores em seus anos de governo, que definiram e aprofundaram um modelo de relação institucionalizada entre movimentos sociais e o Estado. Além de verificarmos o resultado desta relação estabelecida, procuraremos identificar, a partir do prisma das parcelas da população insatisfeitas com esta relação ou seus resultados, o que as motivou a seguir por um caminho diverso. Neste sentido, Junho de 2013 ganhará destaque na análise, sendo o primeiro momento de contestação que mobiliza uma multiplicidade de grupos e pautas.

A partir do estabelecimento da relação Estado e Sociedade nos dois contextos históricos, trabalharemos com as categorias consenso\conflito para demarcar continuidades e rupturas estabelecidas pelo comportamento popular e suas motivações nas manifestações de rua em favor do impedimento, traçando uma análise comparativa entre estes cenários, explicitada no capítulo 3.

A análise aprofundada das manifestações de cada momento envolve os eixos: (1) organização e organizadores, onde respondo questões como: houve apoio militar, de partidos, ou de líderes regionais às mobilizações populares pró-*impeachment*? Quais os grupos organizadores, financiadores e formadores do discurso a favor do impedimento? Qual o meio de comunicação utilizado para chamar as pessoas às ruas? Houve relação com partidos?; (2) discurso\conteúdo político da mobilização, para analisar o que é dito: o que fundamenta os discursos e demandas dos\as manifestantes? O conteúdo é ou tem pretensão de ser apartidário? Qual o objetivo final das manifestações?; (3) o perfil dos manifestantes, onde

analisamos quem está se manifestando, sua classe, renda, e escolaridade, além do histórico de participação política na trajetória destes atores, assim como se são atores que tendem para o progressismo ou conservadorismo social e moral; e, como último eixo de análise, trabalharemos com (4) a estética e performance das manifestações. Desta forma, buscamos identificar como é repassada a mensagem do movimento, a construção simbólica dos protestos, disputas entre esquerda/direita, repertório assumido pelos protestos, violência, entre outros.

A construção da análise contará com pesquisa bibliográfica e jornalística sobre os temas, além da utilização de dados coletados por meio de entrevistas realizadas com os/as manifestantes no bojo das mobilizações por diversos/as pesquisadores no campo das ciências sociais.

A partir da comparação entre os aspectos acima elencados, defendemos que, no contexto de 1992, o *impeachment* de Fernando Collor de Melo foi baseado num consenso com relação ao combate indiscriminado à corrupção e na necessidade do impedimento em favor do fortalecimento democrático. Tal consenso envolveu sociedade civil, entidades e partidos organizadores e parlamento, de forma a minimizar pontos destoantes entre estas esferas em nome da efetivação da demanda coletiva.

O *impeachment* de Dilma Rousseff, por outro lado, apesar de ser acompanhado por manifestações populares massivas em apoio ao processo, não angariou legitimidade no sentido de tornar consenso a necessidade do impedimento. Tratou-se de um processo marcado por tensões e disputas políticas pelo sentido dos acontecimentos (iniciados no ciclo de protestos de junho de 2013), produzindo embates tanto entre grupos pró-*impeachment* e contra o golpe, quanto questionamentos em relação ao significado do conflito e da polarização para a democracia.

2. O IMPEACHMENT DE FERNANDO COLLOR

2.1: Antecedentes históricos: o processo de transição política

Para compreender o sentido do *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor faz-se necessário analisar a história imediatamente precedente, uma vez que a década de 80 foi palco de várias mudanças fundamentais que repercutiram em toda a década de 90, e sobremaneira nas eleições de 1989.

De acordo com Sallum e Kugelmas (1991), muito mais do que apenas um estado de transição para a democracia, os anos 80 evidenciam o esgotamento de um modelo de Estado autoritário, que acaba por influenciar no processo de decadência do regime militar. A distinção estabelecida entre regime e Estado, neste sentido, é essencial para que possamos inferir o que os autores entendem por tal afirmação. Segundo eles,

O conceito de regime diz respeito ao âmbito político-institucional. Refere-se: às regras que ligam os principais centros de poder político (Legislativo, Executivo, Judiciário, sistema partidário e diferentes níveis de poder na Federação); e aos laços políticos que vinculam os cidadãos e a *classe política* (democracia mais ou menos extensa, oligarquia, etc.). O conceito de Estado diz respeito à articulação entre o poder político e o conjunto do corpo social, isto é, a realidade social perpassada por conflitos fundados em diferenciações interclasses e intraclasses (SALLUM; KUGELMAS, 1991, p.147).

O “modelo de Estado” autoritário seria caracterizado, portanto, por uma organização política específica, demonstrada na relação entre o governo e a sociedade: um Estado forte e centralizado, que minimizava ou impedia a participação popular via manifestações coletivas, e que se desenvolveu sob um capitalismo nacional dependente do capital externo.

Segundo Sallum (2015), este modelo estatal passou a vigorar no Brasil a partir da década de 1930, com a instituição do Estado Novo por Vargas, e permaneceu vigente depois deste período sob vários regimes políticos - como o da Ditadura Militar -, vendo-se em dificuldade somente a partir dos anos 70. Nesta década, durante o governo de Ernesto Geisel, teve início uma pretensa abertura democrática “gradual e segura”, por iniciativa dos próprios militares. O processo foi marcado pelo conflito interno das forças armadas com os militares linha-dura, que rechaçavam a redemocratização, e pela tutela do processo eleitoral por parte do regime, no sentido de manter a oposição participando, porém sem influência marcante (KINZO, 2001). Deste modo, “o objetivo final não era exatamente revogar o autoritarismo e

instituir ‘a democracia’, mas tornar a ditadura militar menos conservadora politicamente” (CODATO, 2005, p.166).

A liberalização gradual teve continuidade no governo de Figueiredo, e continuava permeada de complicações, como a emergência de problemas econômicos, que evidenciavam o processo de esgotamento do “milagre econômico” da ditadura militar. Algumas mudanças ocorridas no fluxo do capital internacional, como o aumento dos juros, a interrupção da entrada de novos capitais pela moratória da dívida externa mexicana de 1982 e o aumento das taxas inflacionárias do país inviabilizaram a estratégia de desenvolvimento do governo, que até então havia conseguido resultados estáveis de crescimento econômico, embora dependente e não acompanhado de desenvolvimento social. As tentativas falhas de ajuste protagonizadas pelo regime para controle deste entrave econômico acabaram por promover um afastamento dos objetivos de sua base apoiadora. Esta incluía o empresariado, acostumado com um ritmo de crescimento econômico e proteção estatal que não mais existia, setores da sociedade civil, e parte da velha coalizão defensora deste modelo de Estado, em crescente apoio à oposição.

Além do problema econômico e organizacional do regime militar, estava presente uma crescente demanda das classes médias e populares brasileiras por liberalização política, em congruência com o anseio do principal partido que fazia oposição ao regime militar, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Houve um

conjunto muito extenso de associações e organizações populares formado principalmente pela Igreja, e depois, pelos sindicatos e partidos de esquerda que, desde a segunda metade dos anos 1970, lutavam pela ampliação dos direitos de cidadania, pelo fortalecimento da participação popular na política (SALLUM, 2015, p.78).

Nestas condições, o projeto de democratização ganha força e acaba por colocar em xeque a continuidade da capacidade de controle do Estado sobre a sociedade.

A fragilidade do modelo do Estado autoritário, portanto, possuía duas faces¹: uma representada pela incapacidade deste de “continuar se apresentando como força motriz do desenvolvimento capitalista nacional” (TATAGIBA, 1998, p.27) por conta da crise econômica, e a outra demonstrada pela crise representativa, uma vez que a população reivindicava participação política e o modelo de Estado se apresentava com perfil autoritário e excludente (TATAGIBA, 1998, p.27).

A crise chegou ao seu ápice em 1984, resultando na tentativa bem sucedida da oposição, em ascensão mediante a conquista dos principais governos estaduais e

¹ Tese defendida por Brasílio Sallum e Eduardo Kugelmas (1991, p.147) e Luciana Tatagiba (1998, p.27).

enfraquecimento do regime, de transformar o apoio que obteve eleitoralmente na grande manifestação popular que buscava impulsionar a democratização política, isto é, o movimento pelas Diretas-Já. Este movimento patenteava a reivindicação popular da autonomia da sociedade com relação ao Estado e provava o descompasso destas duas dimensões no que tange a representação, uma vez que “ao mesmo tempo em que se avolumavam os exemplos de capacidade de mobilização e intervenção política da esfera societária, o governo federal dava mostras de não estar sintonizado com esse novo momento” (TABAGIBA, 1998, p.30). Em outras palavras,

A sociedade extravasou o Estado, tornou-se complexa demais para ser absorvida por seus mecanismos de representação e de cooptação. Reciprocamente, a capacidade do Estado controlar e dirigir a ação dos segmentos sociais tende a reduzir-se progressivamente (SALLUM; KUGELMAS, 1991, p.148).

Portanto, apesar de ter início a partir de uma iniciativa dos militares, e não unicamente a partir de pressões da sociedade civil, o ritmo final do processo de liberalização política foi muito influenciado por ela (CODATO, 2005). Segundo Kinzo,

Tratou-se do caso mais longo de transição democrática: um processo lento e gradual de liberalização, em que se transcorreram 11 anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o presidente da República fosse eleito por voto popular (2001, p.04).

No entanto, a entrada maciça da população na luta política em favor da rápida superação do regime autoritário e defendendo as eleições diretas fortaleceu a ideia de que “não há democracia sem participação popular e de que não há participação popular sem a liberdade de plena associação para manifestar demandas coletivas” (SALLUM, 2015, p.23). Deste modo, “apoiada pela mobilização popular de massa, a oposição produziu uma crise no padrão vigente de hegemonia política” (SALLUM, 2015, p.23). Contudo, apesar da intensa mobilização, a reivindicação popular não foi forte o suficiente para fazer contraponto às manobras do governo militar, utilizadas para derrotar a proposta de instituição de eleições diretas para a presidência da República no Congresso Nacional, diminuindo temporariamente os efeitos da crise suscitada pela manifestação da população.

Assim, nas eleições indiretas de 1985, juntamente com dissidentes da frente liberal do Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) forma a Aliança Democrática e lança a candidatura do moderado Tancredo Neves e de José Sarney, como presidente e vice, contra Paulo Maluf, candidato apoiado pelo regime. Como

resultado, apesar de não ser fruto de um processo de efetiva participação popular, com eleições diretas, o PMDB chega ao poder no movimento de democratização com a vitória de Tancredo. A vitória demonstrava o anseio das elites políticas brasileiras por superar a ditadura militar e construir uma democracia que não excluísse os conservadores do regime e que não restringisse os movimentos populares, “tendo como orientação econômica um nacional-desenvolvimentismo renovado que combinasse crescimento econômico e redistribuição de renda” (SALLUM, 2015, p.25).

Com a morte de Tancredo Neves, o vice-presidente José Sarney foi empossado na data de 15 de março de 1985. A “Nova República”² foi marcada por uma expansão dos limites constitucionais da participação popular e dispersão de poder pelo fortalecimento de centros que antes não possuíam ação expressiva – ou que tiveram sua atuação severamente limitada durante o período ditatorial –, como governos estaduais e partidos políticos. Estas importantes mudanças foram expressas na nova Constituição de 1988, que ampliou as fronteiras democráticas e o direito à cidadania, além de fazer frente à centralização de poder do Regime Militar³.

É importante destacar que os resultados positivos da nova Constituição tiveram base em acordos entre grupos políticos de interesses distintos, e na pressão popular por democratização, de forma que não foi um processo esvaziado de tensão e luta. A partir da pressão popular, se definiram dois grandes grupos parlamentares divididos entre centro-esquerda e centro-direita. Os principais pontos de discórdia na construção do texto institucional diziam respeito à participação política direta, aos mecanismos de representação, e à introdução, ou não, de constrangimentos à propriedade privada (SALLUM, 2015). Apesar da polarização, a Constituição Federal de 1988 foi resultado de um processo muito rico. Esta que garantiu abertura às demandas populares e teve caráter predominantemente democrático.

No entanto, ressaltamos que, apesar das mudanças positivas alcançadas no que tange à esfera política pela Constituição, o governo Sarney não representou avanços democráticos efetivos. Segundo Maria José de Rezende,

O fracasso da transição poderia, então, ser detectado nas ações tanto dos governantes quanto de parte da sociedade civil organizada (os setores empresariais, por exemplo), que se empenhava em diminuir as conquistas dos demais segmentos sociais. A dificuldade de expandir as zonas de enfrentamento, de conflito, mostrava que os métodos políticos continuavam sendo os mesmos dos anos anteriores. Ou seja, mesmo na nova Constituição, tentava-se imobilizar todos que tinham conquistas alcançadas, a duras penas, no decorrer do

² Denominação utilizada para se referir ao regime instituído no Brasil após a transição democrática de 1980.

³ Salvo o recurso da Medida Provisória, que foi mantido.

processo constituinte. E isso era feito de várias maneiras, mas a mais gritante foi a tentativa de submeter a nova Carta a uma espécie de segunda época (ou segundo turno), antes de ser aprovada (2008, p.191).

Além dos elementos acima apontados, a administração neste período ficou seriamente debilitada por conta do contexto desfavorável de dívidas do país, herdado do período militar, que baseou o crescimento econômico na dependência do capital externo e na contenção dos salários, além do fato fundamental de Sarney ter sido conduzido à presidência do país por meio de eleições indiretas e não pelo desejo da população. O desequilíbrio das finanças públicas e a pressão popular por mudanças acabaram por condicionar o governo à perda de sustentação. Para Maria D'alva Kinzo, outros fatores também dificultaram o sucesso do governo. Segundo a autora,

Sarney tomou posse sem um plano de governo propriamente dito e com um sério déficit em legitimidade: uma figura política marcada por anos de vínculos com os militares, que assumia o poder sem o respaldo das urnas e que não era das fileiras do partido que esperava desta vez governar – o PMDB (KINZO, 2001, p.07).

Trata-se do descompasso político e social entre as esferas da sociedade e do Estado, que ainda estava presente. Segundo Luciana Tatagiba,

O processo de dilapidação do Estado, antigo na história brasileira, prossegue sem interrupções no governo Sarney, e acaba por se chocar com um contexto desfavorável a nível internacional, que expõe as mazelas e o torna incapaz de atender minimamente as demandas dos setores não organizados, também acostumados a fazer do Estado o pólo de encaminhamento de seus interesses e de resolução de suas demandas. [...] Essa insatisfação ainda difusa e sem nome, erguida sobre carências que se generalizavam, mais tarde identificaria nos políticos corruptos que infestavam o Estado a causa dos seus males (TATAGIBA, 1998, p.30).

A natureza conservadora da transição – traduzida na liberalização política lenta, na continuidade do comportamento autoritário dos dirigentes em relação aos movimentos sociais e sociedade, e na participação popular limitada – condicionou a passagem do regime militar ao regime civil e a possibilidade efetiva de realizar as propostas progressistas colocadas em pauta por diversos setores sociais e um novo projeto de desenvolvimento nacional.

2.2: As eleições diretas de 1989 e o Governo Collor

Por conta da demonstrada dificuldade do Estado para responder as demandas por desenvolvimento político, econômico e social da população, e paralelamente, por sua dificuldade de sintonização com o desenvolvimento político da sociedade em busca da construção de uma democracia plena, a reivindicação por progresso político e econômico e por ética na política ganha espaço e assume o lugar de principal exigência da população nas eleições de 1989, especialmente no contexto de crise econômica e aumento da inflação. É importante destacar neste processo o relevante papel dos meios de comunicação em massa (em especial a Rede Globo) para a definição do clima eleitoral favorável a Fernando Collor, ao passo em que a interpretação fornecida era a de que a má situação do país seria consequência e responsabilidade da classe política e sua corrupção (AGUIAR, 1995).

A partir da análise deste cenário, o cientista político José Álvaro Moisés argumenta que os eleitores em 1989 assumiram um modelo de voto que se qualifica como *contra* o governo do dia: “esse forte sentimento de rechaço contra os que encarnam a politicagem, a corrupção, o desgoverno ou a traição da confiança popular desempenhou, outra vez, papel crucial na definição do comportamento eleitoral” (MOISÉS, 1990, s.p.).

As eleições diretas para a presidência de 1989, nestas condições, carregavam uma carga simbólica de consolidação democrática. Foram encaradas como o fim da transição política e real efetivação dos valores democráticos exigidos por milhões de pessoas nas Diretas-Já. Tratava-se de um passo para a democracia, marcado por uma profunda rejeição ao passado.

Neste sentido, as propostas oferecidas pelos candidatos foram absorvidas de forma crítica pelos eleitores, uma vez que aqueles passaram a encarnar atores que interpretam a crise até então não superada e propõem os caminhos ideológicos, sociais, políticos e econômicos para a sua superação. Na mão deles estava a direção das mudanças em curso.

Dentre os principais candidatos à presidência que viriam a formar um contraponto no segundo turno eleitoral estavam Fernando Collor de Mello (PRN) e Luís Inácio “Lula” da Silva (PT). Fundado em 1980, o Partido dos Trabalhadores se consolidava como o maior partido do país e já possuía histórico de capilarização popular, enquanto o Partido da Reconstrução Nacional, criado para disputa eleitoral, era ainda minoritário. As distinções não terminavam aí. As campanhas foram extremamente opostas, assim como suas orientações ideológicas e políticas.

Fernando Collor, assumindo a posição neoliberal como medida de enfrentamento da crise econômica, partiu em defesa da privatização de empresas e diminuição da intervenção do Estado na esfera econômica, em favor da iniciativa privada. Já Lula, assumindo a posição socialista, defendeu o papel central e positivo do Estado, que deveria ser fortalecido e reorientado para servir a coletividade. Apontava como necessária a “desprivatização” do Estado e o término das relações privilegiadas em seu interior, definidas pela apropriação privada do público e uso do Estado para obtenção de favores e benefícios (SALLUM, 2015, p.76). A imagem construída era de herói da classe operária, que venceu as barreiras da exclusão, porém permaneceu fiel às origens na luta contra os latifundiários, banqueiros, etc. (SALLUM, 2015, p.76), uma imagem que reverberava sua atuação enquanto líder sindical que conduziu greves de grande impacto ainda no período ditatorial.

Já o discurso de Fernando Collor configurava à sua imagem um papel messiânico, que mexia com a religiosidade popular na medida em que se apresentava como aquele que salvaria o país de suas mazelas, modernizando-o e dando voz aos “descamisados”. Autores como Ricardo Mariano e Pierucci (1992) demonstram como esta alocação encontrou lugar entre os pentecostais, que se constituíram em uma das maiores bases de influência religiosa do voto em Collor. Durante a campanha, o ex-presidente cultivou um relacionamento pessoal com estes setores em comemorações e cultos, dando força à imagem messiânica de “escolhido por Deus” e obtendo apoio ativo de líderes pentecostais.

Neste sentido, é interessante verificar o paradoxo entre a orientação ideológica das propostas e a fala do candidato. Ao mesmo tempo em que apontava para a necessidade de diminuir a presença do Estado na economia em favor da iniciativa privada, seu discurso era de proteção aos necessitados.

A presença da discussão sobre a corrupção e da necessidade de “caçar marajás”, isto é, de combater certos setores do funcionalismo público, também era um ponto de destaque em sua campanha.

Embora fosse filho e neto de políticos da elite de Alagoas, Collor apresentou-se como um político jovem, como a maioria dos brasileiros, ‘diferente dos políticos’, que combatia frontalmente o governo Sarney, os ‘marajás’ – funcionários corruptos e ineficientes – e pregava a reforma do Estado e privatizações em nome da eficiência e da modernidade (SALLUM, 2015, p.72).

A grande mídia teve papel definitivo para consolidação desta imagem. Segundo Maria José de Rezende, no contexto eleitoral,

[...] as forças conservadoras tentavam vender a imagem de que o novo estaria em vias de se efetivar no País, caso Collor fosse eleito. Os meios de comunicação, com todas as tecnologias à mão, jogaram um papel importante nessa estratégia de fazer os setores mais empobrecidos acreditarem que, mesmo sem alterar em nada o padrão de organização social e o padrão de domínio, tudo se transformaria com a chegada de determinado candidato ao Palácio do Planalto (REZENDE, 2006a, p.103).

Assim, o resultado das eleições foi a vitória apertada de Fernando Collor, apesar de todo o apoio que recebeu em sua campanha da Rede Globo e do empresariado (amedrontado com a possibilidade da vitória de Lula)⁴. O político venceu no segundo turno com 52% dos votos válidos (Lula com 47%).

Destacamos, a exemplo de Sallum (2015), que a configuração da distribuição partidária e dos apoios eleitorais nas eleições não obedeceu a inclinações econômicas, mas sim à posição com relação à democracia. Por isso, Collor obteve apoio do Centrão, grupo de partidos liberais-conservadores que saía em defesa de uma de uma democracia representativa “controlada”, que desse peso ao Executivo e contasse com uma participação popular restrita ao período eleitoral. Em contraposição, a candidatura de Lula foi apoiada pelos partidos que estiveram à frente do processo de democratização e que buscavam aumentar a presença do Estado no desenvolvimento econômico nacional, associado à distribuição de renda e participação popular⁵ (SALLUM, 2015).

Enfim, “a posse de Collor marcava, simbolicamente, o final de um longo e complicado processo de transição democrática” (KINZO, 2001, p.09), no entanto, não se tratou de um governo tranquilo. Para Luciana Tatagiba (1998), dois comportamentos caracterizaram este governo: a corrupção e o autoritarismo do novo líder.

2.3: Relação Estado X Sociedade Civil no Governo Collor

Vários autores (FAORO; REZENDE; SALLUM) discutiram as aproximações e continuidades de práticas autoritárias durante o Governo Collor. O então presidente agiu, durante todo o mandato, de acordo com táticas tecnicistas, de implantação coercitiva e manobras políticas para aprovação de projetos.

⁴ Conforme destaca Danilo Martuscelli, os “representantes de duas das entidades da burguesia brasileira, a FEBRABAN e a FIESP, não hesitaram em declarar apoio às reformas orientadas para o mercado presentes no programa de governo de Collor” (2005, p.13).

⁵ Entre os partidos que estiveram à frente do processo de democratização estavam o PMDB, PDT, PSDB, PCB, PSB e PC do B. Vale ressaltar que o PMDB e o PSDB assumiam posições intermediárias com relação às controvérsias. Ver SALLUM, 2015, p.62.

Além de manter uma atitude arrogante para com a classe política, comportou-se de forma a afastar-se dos partidos e de construir relativa independência para com o Legislativo. Um exemplo deste tipo de atitude constitui-se na redução do número de ministérios (de quinze para nove). Para Martuscelli,

Na prática, essas mudanças resultaram numa maior centralização de decisões na esfera da economia e uma diminuição considerável da zona de influência política dos partidos políticos sobre essa área [...]. Collor procurou esvaziar as instâncias políticas de elaboração e formulação da política econômica (2005, p.44).

De acordo com Brasílio Sallum (2015), o governo de Fernando Collor foi baseado na aspiração plebiscitária de um executivo forte, de forma que o ex-presidente teria personificado um modelo de “presidencialismo plebiscitário” (sem equilíbrio de poderes). “A fonte de legitimidade nesta utopia é a conexão direta do Presidente da República com o povo [...] por meio da eleição direta. [...] O Executivo Plebiscitário é superior aos demais poderes e à própria federação” (SALLUM, 2015, p.104). Segundo o autor, tratou-se de uma maneira de “desequilibrar os poderes, tendo em vista a implementação de amplas reformas” (SALLUM, 2015, p.104). Neste sentido, era como se, por ter sido eleito pelo voto popular, o presidente pudesse tomar qualquer prerrogativa que quisesse sem contar com formas de protesto, restringindo a participação da sociedade civil nas questões políticas ao processo eleitoral. Dessa forma, “os movimentos sociais vão sofrer sérios reveses. O governo reage duramente a qualquer iniciativa do movimento operário e sindical, reprimindo greves e se opondo a aumentos salariais” (LESBAUPIN, 2000, p. 63).

Trabalhando com a recuperação das contribuições de Raymundo Faoro acerca do processo de transição democrática brasileira, Maria José de Rezende (2006b) ressalta aspectos importantes da obra do autor também no sentido de entender o que possibilitou a continuidade do comportamento autoritário em relação à sociedade civil no período democrático.

Conforme destacado pela autora, na obra *Donos do Poder*, Raymundo Faoro analisa como, durante o período de ditadura, a tecnocracia civil e militar no centro do poder “agia em nome próprio”, de forma a operacionalizar “uma forma de domínio que aprofundava a dissociação entre o Estado e a sociedade no Brasil” (REZENDE, 2006b, p. 36). Com isso, o autor busca “retratar a sedimentação de procedimentos e de valores autoritários que vinham alimentando um padrão de domínio ditatorial que se mostrava disposto a se empenhar em deixar suas marcas nas décadas subseqüentes” (REZENDE, 2006b, p. 36).

Neste sentido, o principal traço patrimonialista ainda em voga herdado deste período “estava assentado num modo de agir dos setores preponderantes inteiramente indiferentes quanto às necessidades da sociedade como um todo” (REZENDE, 2006b, p. 36).

Assim, mesmo havendo um empenho em demonstrar distanciamento do passado ditatorial daqueles que chegaram ao poder em 1989, os procedimentos analisados por Faoro, e verificados durante o Governo de Collor, deixavam claro

[...] que permaneciam imutáveis o autoritarismo do Estado e o descaso absoluto para com a sociedade civil. Por isso, o governo Collor não representava a negação e/ou o rompimento com o patrimonialismo vigente há séculos no país, mas representava sua reformulação e readequação aos novos tempos (REZENDE, 2006b, p. 36-7).

Portanto,

[...] a suposta modernização do Estado a que Collor daria início manteria intocado o caráter autocrático e autoritário daquele último. Dava-se, então, continuidade a todas as formas de precarização da democracia e da cidadania, porque o regime político vigente instrumentalizava o Estado para que esse agisse de modo contrário aos interesses coletivos (REZENDE, 2006a, p.118).

Exemplos desta persistência autoritária incluem a implantação de um conjunto de medidas de regulação material por meio de confisco econômico, em nome da “modernização” e do combate à inflação, que atentavam contra o direito adquirido na nova Constituição, recém promulgada. Segundo Maria Kinzo,

As drásticas medidas econômicas do Plano Collor decretadas no dia seguinte à sua posse, apesar de sua radicalidade em interferir arbitrariamente na poupança popular e investimentos financeiros e em promover ampla liberalização comercial, logo se mostraram ineficazes para conter a crise, levando rápida erosão do apoio popular do primeiro presidente eleito pelo voto direto (KINZO, 2001, p.09).

Mesmo no que toca às relações entre Collor e certas frações do capital financeiro e bancário houve tensões. De acordo com Martuscelli,

Para implementar as medidas neoliberais, o Governo Collor isolou-se politicamente, não atendendo às reivindicações por participação política em sua política econômica. Com a edição de medidas intervencionistas, esse governo criou certos empecilhos para a ampliação dos rendimentos do grande capital bancário e financeiro (2005, p.25).

Outra atitude de grande peso antidemocrático protagonizada pelo governo, e que levou à erosão do seu apoio, se apresenta na medida governamental contra os aposentados.

Estes tinham obtido, com a nova Constituição, o direito a um reajuste de suas aposentadorias. Baseado em sua política de contenção dos gastos públicos, o governo decidiu não efetuar este pagamento. Os aposentados, que há anos tentavam se organizar para reivindicar as perdas sofridas desde a ditadura, conseguiram ir para as ruas protestar e conquistaram o apoio da opinião pública. Com isto, o governo perdeu boa parte de sua credibilidade (LESBAUPIN, 2000, p.63).

É interessante destacar o contexto de governo amplamente antidemocrático que possibilitou esta continuidade autoritária. Este cultivava a relação entre um Executivo autoritário, personificado na imagem do presidente e apoiado pelo Judiciário (desviado de sua função), e um Legislativo que assistia seu poder declinar, passando por um período de inatividade. Segundo Rezende, para Faoro

este último seria, ou deveria ser, o poder que expressaria, de modo mais visível, os interesses da nação, já que ele é fundado no voto popular. Os descaminhos da democracia estavam sendo pavimentados à medida que era subtraído o poder daqueles que deveriam ser representantes do povo (REZENDE, 2006b, p.39).

Assim, os excessos do Executivo, respaldados pelo Judiciário, e o Congresso “adulterado” pela ditadura militar, que assistia a decadência do seu poder, retiravam a “possibilidade de florescimento de uma cidadania embasadora de uma sociedade de fato democrática” (REZENDE, 2006b, p.40-1).

Neste sentido, para Faoro, a transição democrática marcada pelo controle de manifestações emergidas da sociedade civil, e as ações jurídicas e políticas protagonizadas por Collor e demais dirigentes do governo indicavam “a persistência do regime militar de 1964 dentro da transição em curso”, imobilizando classes, partidos, e a própria elite, conforme destacado por Rezende (2006b, p.38).

Por fim, é com base no autoritarismo do governo, no descaso para com a sociedade civil, e depois, a partir do surgimento de evidências de corrupção ligadas à pessoa de Fernando Collor, que a população organiza-se novamente em grandes manifestações. As mobilizações eram em favor do *impeachment* do presidente corrupto, e contavam com o apoio dos partidos de centro-esquerda e outras organizações que estiveram à frente do movimento de redemocratização.

2.4: O processo de impeachment e as mobilizações populares

Como vimos anteriormente, as políticas de ajuste econômico para controle da inflação promovidas por Collor, além de autoritárias e via confisco de dinheiro das poupanças da população, se mostraram ineficientes, derrocando em recessão econômica. O mal estar social provocado por tais políticas, a posição de repressão aos movimentos sociais e o descaso para com a sociedade civil fragilizaram o apoio político popular do presidente, fertilizando o terreno para a oposição.

Um governo é sustentado pelo apoio do parlamento e pelo apoio popular, e Collor já não tinha nem um, nem outro, tendo em vista seus níveis de aprovação baixíssimos e isolamento político logo no início das denúncias de corrupção (NOLETO, 2017, p.30). Dessa forma, a partir do comportamento autoritário do executivo e do estado de recessão econômica, os poderes Judiciário, Legislativo e partidos de oposição reagiram contra os excessos e formaram uma oposição parlamentar de centro-esquerda (frente democratizante).

Sendo o *impeachment* um processo previsto constitucionalmente, e instaurado com base na denúncia de crime de responsabilidade contra uma alta autoridade do poder executivo, analisada pelo Senado Federal, o que torna realmente possível o vislumbre da viabilidade do impedimento do exercício do cargo do até então presidente é o surgimento de entrevistas, provas documentais, e denúncias, por parte, inclusive, do próprio irmão de Fernando Collor – Pedro Collor, que comprovavam sua relação e envolvimento com esquemas de corrupção⁶.

A conjuntura tensa da crise política define o comportamento de cautela da coalizão partidária de centro-esquerda. Ao aderir às regras do jogo democrático, a coalizão obteve neutralidade dos militares na disputa política em curso, de forma a evitar um novo golpe militar. O Movimento pela Ética na Política dirigido por esta coalizão expande e ganha amplitude, cumprindo papel chave de legitimar a luta da oposição contra o governo por meio da associação desta bandeira à realização da democracia almejada no Brasil (SALLUM, 2016).

A mudança do comportamento da mídia (principalmente da Rede Globo) com relação a Collor foi definitiva para definir o posicionamento do público. As pressões populares ocorreram tanto sob organização de partidos de esquerda como através de movimentos estudantis, como o dos Caras-Pintadas. Estas adquirem força no momento em que,

⁶ Entre as denúncias, destacam-se: superfaturamento de bens e serviços vendidos ao governo, facilitação de pagamentos a empreiteiros em troca de propina, fraudes em licitações, venda de informações privilegiadas do governo, entre outras...

encurralado e isolado, Collor percebe que necessita de uma nova prova de apoio da sociedade civil, além daquela obtida no período eleitoral. Assim,

Em meados de agosto o próprio presidente convocou manifestações de rua em seu favor, “autorizando” assim a mobilização de massa pela oposição. Desafiada pelo presidente, que pedira que seus apoiadores vestissem verde e amarelo contra os “golpistas”, a coalizão partidária de centro-esquerda e o Movimento pela Ética na Política desencadearam, a partir de 16 de agosto, o Domingo Negro, um ciclo de mobilizações de massa, com participação estudantil muito importante, que só terminou em final de setembro, com a destituição de Collor (SALLUM, 2016, p.199).

O movimento citado reuniu principalmente estudantes de classe média, que pintaram seus rostos de verde e amarelo em alusão às cores da bandeira brasileira, e vestiram-se de cor preta, representando o luto pela democracia e a rejeição ao presidente. Martuscelli destaca que, apesar da organização das manifestações contarem com a presença dos partidos, havia a defesa do “suprapartidarismo” para caracterizar um anseio de toda a população.

As primeiras grandes manifestações ocorreram nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, em 11 de agosto, e tiveram forte presença de estudantes que defendiam o “Fora Collor” e sustentavam que o movimento pró-impeachment deveria ser suprapartidário. A idéia do caráter suprapartidário era a de ampliar a adesão a esse movimento, já que a identificação com algum partido poderia gerar o efeito inverso (MARTUSCELLI, 2005, p.72).

Dessa forma, a partir do Domingo Negro as manifestações adquiriram maior amplitude e número de participantes, principalmente nas duas semanas que antecederam a “votação sobre o processo de impeachment na Câmara dos Deputados, programada para o dia 29 de setembro” (SALLUM, 2015, p.356). De acordo com Tatagiba, isso ocorreu porque o “poder das ruas visava influenciar diretamente o poder legislativo [...] e o voto dos deputados”, de forma que “a definição e a preparação dos grandes comícios seguiam o timing previsto para a votação da Ementa no Congresso.” (TATAGIBA, 2014, p.54). Portanto,

[...] as mobilizações de massa continuaram a dar legitimidade ao processo de destituição do presidente da República. Davam legitimidade não apenas para os partidos de centro e de esquerda e para o Congresso, mas também para o Supremo Tribunal Federal, que regulava em última instância e chancelava juridicamente o processo político (SALLUM, 2015, p.355).

A adesão ao processo foi impressionante. De acordo com Sallum, levando em consideração todo o período de crise política (de 16 de agosto até o final de setembro), os

protestos de massa mobilizaram quase 3 milhões de pessoas, com destaque para as manifestações de São Paulo, Curitiba e Recife (SALLUM, 2015, p.356-359).

Como resultado, o processo de impeachment foi admitido por quase 88% dos votos dos Deputados presentes na Câmara – dos 480 deputados na sessão, 441 votaram a favor da admissão das denúncias – marcando o final antecipado do mandato de Collor.

Segundo reportagem do jornal O Globo, após ser afastado por esmagadora maioria e com apenas 932 dias de governo, o ex-presidente deixou o Palácio do Planalto pela porta dos fundos. No mesmo momento, o povo comemorava pelas ruas do país. Em São Paulo, a população lotava o Vale do Anhangabaú bradando o slogan: Fora Collor! (O GLOBO⁷ apud NOLETO, 2017, p.31).

Para Hochstetler (2007), que analisa as contestações e quedas de presidentes na América do Sul de 1978 a 2003, a importância das variáveis comportamentais dos presidentes, legisladores e do povo são essenciais para o sucesso de um processo de impedimento.

Os protestos de rua em larga escala, clamando pela saída do presidente, convenciam os legisladores a se inclinarem a agir contra eles. E o que é mais importante: os protestos transferiam antigos partidários do presidente para a oposição, mesmo contra seus colegas de partido. A força motriz do temor de castigo dos eleitores ficou especialmente evidente no impeachment de Collor no Brasil, em que eleições regionais, despontando no horizonte, selaram o seu destino. Os membros do Congresso não apenas votaram o seu impeachment, como se apressaram a fazê-lo antes das eleições. A ação ou inação institucional também pode contribuir para que o povo se mobilize ou não. No mesmo caso brasileiro, uma decisão-chave do Supremo Tribunal exigia votação pública, reduzindo a capacidade de Collor de comprar apoio secreto, e as comissões parlamentares de inquérito revelaram importantes informações que ajudaram a mobilizar os cidadãos (HOCHSTETLER, 2007, p.29-30).

Hochstetler também defende empiricamente “que os presidentes contestados compartilham um conjunto de fatores de risco probabilísticos” (HOCHSTETLER, 2007, p.38), entre eles estão as “políticas neoliberais, implicação pessoal em escândalos e posição minoritária no Congresso” (HOCHSTETLER, 2007, p.38), todos verificados no caso Collor.

Em suma, a partir da conjuntura descrita, encontramos a chave organizativa do processo pelo *impeachment*, que associou partidos de centro-esquerda a outras organizações que estiveram à frente do processo de democratização e a população. Esta chave se demonstrava no foco da pauta da corrupção e da democratização real como princípios

⁷ Disponível em: <<https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/fernando-collor-sofreu-impeachment-em-1992-foi-cassado-pelo-senado-9239073>> Acesso em: 01/12/2018.

articulatórios⁸ em favor do *impeachment* democrático do presidente, a despeito dos diversos sentidos atribuídos a ética na política pelos diferentes atores do processo.

No capítulo 3 trataremos de forma aprofundada como a exigência representava partidos, canais midiáticos, associações e população em geral, diluindo o que diferenciava seus posicionamentos em favor da coletividade e do consenso.

⁸ A tese da corrupção como principal eixo articulador é contestada por Martuscelli (2005), que destaca os efeitos das políticas neoliberais como centrais para esse processo.

3. O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF

3.1 Antecedentes históricos: o governo Lula

O primeiro mandato de Dilma Rousseff, iniciado em 2010, herda a responsabilidade de dar continuidade às políticas elaboradas durante os governos Lula, que fizeram com que o presidente deixasse a presidência com altos índices de aprovação, ainda que não tenha sido um processo isento de inúmeras contradições, como será elencado a seguir. Tendo isso em vista, os desafios e contexto do governo Dilma, que deram sentido ao seu *impeachment* para uma parte da sociedade civil, não podem ser compreendidos de forma desconectada do histórico do governo do Partido dos Trabalhadores imediatamente precedente.

O período eleitoral de 2002, responsável por colocar o Partido dos Trabalhadores no poder pela primeira vez, foi marcado pela continuidade da polarização entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o PT, iniciada em 1994. O segundo turno contou com a participação de Luís Inácio Lula da Silva (PT) e José Serra (PSDB).

Apesar de ter perdido as eleições para Collor em 1989⁹, Lula se estabeleceu como uma grande liderança da esquerda¹⁰ durante aquele período, de forma que, segundo Barbosa,

As eleições do ano de 2002 foram um marco histórico para os brasileiros. Ano esse em que a democracia se viu consolidada pela alternância de poder de um candidato a outro sem os percalços das décadas anteriores, como foram os casos de Tancredo e Sarney, e Collor e Itamar, e mais, a chegada ao poder de forma democrática por um candidato de um partido com raízes no campo da esquerda política. Por sua trajetória pessoal, e pelo partido que lidera, o presidente Lula toma posse em meio a esperanças e desconfianças de como iria administrar a economia brasileira. Justamente por ser um candidato de esquerda eleito por sufrágio democrático, fato inédito no período democrático pós 1989, não se poderia prever como o novo presidente procederá em seus quatro anos de mandato (2012, p.41-2).

Apesar das expectativas elevadas, a chegada do PT ao poder em 2002, possibilitada por uma mudança de estratégia e adequação de posicionamento por parte do partido (MACHADO, 2009), não traz grandes discontinuidades administrativas em comparação ao governo anterior (Governo Cardoso, 1995-2002). Lula mantém o tripé econômico composto

⁹ É interessante ressaltar que apesar da polarização eleitoral subsequente citada, o PSDB apoiou com reservas a candidatura de Lula em 1989.

¹⁰ No escopo deste trabalho não será possível realizar uma discussão acerca dos termos direita e esquerda na política, ou seus sentidos. Para um aprofundamento desta discussão a partir da conjuntura política contemporânea sugerimos como referência: CRUZ, Sebastião V. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!**: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. Disponível em: <<https://www.alainet.org/pt/articulo/174848>>.

por metas de inflação, responsabilidade fiscal e política de câmbio flutuante, e escolhe uma equipe econômica de caráter neoliberal para conduzir o seu governo (PARAIZO, 2017, p.28).

No entanto, ainda que, de fato, a gestão tenha dado continuidade a algumas políticas neoliberais, tratava-se de um governo ideologicamente orientado à esquerda, o que gerava insatisfação e medo em determinados setores da sociedade. Tal ideologia se mostrava principalmente a partir da relação com os movimentos sociais e políticas instauradas para diminuição da desigualdade (social e econômica) e miserabilidade.

Segundo André Singer (2018), autor que cunha a expressão “reformismo fraco” para identificar as mudanças levadas a cabo durante o governo de Lula, o presidente pelo Partido dos Trabalhadores procurou agir em defesa da inclusão dos mais pobres evitando confronto com os demais setores da burguesia nacional (industriais, bancários, etc). Para Luis Felipe Miguel, comentando o livro de Singer,

O reformismo diluído lulista evita a todo custo o confronto com a burguesia, optando por políticas que, na aparência, não afetam quaisquer interesses estabelecidos. Tal opção não se deve, ou não se deve principalmente, ao jeito matreiro e ao pendor acomodatório do ex-presidente, como a imprensa gosta de afirmar. É fruto, por um lado, da chantagem que os proprietários fizeram nas campanhas presidenciais do PT, desde a ameaça aberta de desinvestimento em 1989 até a elevação exagerada do câmbio em 2002. Lula aprendeu que não deve mexer com o capital (MIGUEL, 2013, s.p.)

Portanto, durante o período de sua administração, o Brasil assiste à implantação de políticas públicas e sociais que visavam redução da desigualdade e pobreza via consumo, transferência de renda e aumentos do salário mínimo, sem, no entanto, ameaçar o sistema capitalista e suas estruturas de poder.

A partir do posicionamento conciliador protagonizado pelo governo, Singer defende que seus ganhos tiveram como base um acordo de concessões e correlação de forças mediadas por Lula. Tal acordo balanceava a relação entre o capital financeiro e classe média (coalizão “rentista”), e os industriais associados à classe trabalhadora organizada (coalizão “produtivista”). O objetivo era manter o Brasil “alinhado ao receituário neoliberal, bem como dentro da órbita do capital internacional e da liderança geopolítica norte-americana” (SINGER, 2018, p. 57), mas acelerando “o ritmo de crescimento por meio de uma intervenção do Estado que levasse à reindustrialização, permitindo tornar mais veloz a distribuição de renda” (SINGER, 2018, p. 57).

Neste sentido, pode-se afirmar que, apesar do receituário neoliberal, Lula não se desvinculou da classe trabalhadora organizada no movimento operário (PARAIZO, 2017, p.30). Segundo Paraizo (2017), de acordo com autores como Boito Jr. e Marcelino, na medida

em que o sindicalismo (Central Única dos Trabalhadores - CUT) apoiava o governo, este o reconhecia “enquanto força política aliada”, o que proporcionava a interlocução entre as categorias.

Neste processo houve a política de recuperação do salário mínimo, a redução do desemprego, o reajuste salarial dos servidores públicos – setor que promoveu diversas greves durante o governo Lula – além da reativação dos concursos públicos (BOITO JR. APUD PARAIZO, 2017, p.30).

Assim como na relação com o movimento sindical, o governo de Lula foi palco para desenvolvimento de formas de comunicação institucionalizadas com movimentos sociais pela saúde, educação, mulheres, negros, e outros setores da sociedade civil. Foi um período de efetivação via Estado do que até então eram apenas demandas, por meio da entrada de ativistas militantes no governo a partir da criação de novos ministérios e secretarias.

O governo petista avança, neste sentido, “em termos de reconhecimentos de direitos e sujeitos (na lei, no plano normativo, na criação de secretarias e ministérios)” (TEIXEIRA, 2013, p.107). A guisa de exemplo temos o reconhecimento dos territórios dos quilombolas, o incentivo à agricultura familiar e produção camponesa/agroecológica pelo Estado (Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário), o estabelecimento das cotas nas universidades federais, o reconhecimento do movimento negro (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR), feminista (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM), entre outros.

Segundo Leonardo Avritzer (2016), neste período também se amplia um padrão de atuação que se concentrava em gerar participação entre os pobres por meio de alternativas como o orçamento participativo e as conferências nacionais¹¹.

Social participation in Brazil after 1988 is both an institutional policy and a repertoire of collective action. As an institutional policy, it incorporates social actors in decision-making processes in areas as important as health and social protection. As a repertoire of collective action, institutional participation integrates into decision-making processes new actors who join neighborhood associations and associations linked to health issues or to education, among others (Avritzer, 2002; Baiocchi, 2005; Wampler, 2007; Avritzer, 2009; Wampler, 2015). This has generated a long process of inclusion and reduction of inequalities in Brazil, changing a previous pattern of exclusion of the poor by the political system that prevailed until 1985 (AVRITZER, 2017, p.45).

¹¹ Grandes reuniões públicas entre representantes do Estado e da sociedade civil que fazem propostas para a implementação de políticas públicas específicas (AVRITZER, 2017).

Assim, o autor exalta a forma como “participation successfully improved relations between social actors and government, especially at the federal level between 2003 and 2013” (AVRITZER, 2017, p.48).

No entanto, apesar dos avanços promovidos e destacados, várias críticas foram lançadas à relação do governo petista para com os movimentos sociais e as camadas mais pobres da sociedade que não podem ser desconsideradas. Entre os expoentes dessa literatura mais crítica sobre o governo petista encontram-se Eliel Machado (2009), Boito Jr. (2013) e o próprio André Singer (2018). Com análises distintas, estes autores destacam o caráter populista de Lula ao dar voz às camadas não organizadas da sociedade (os “descamisados”) por meio de um Estado forte, numa dinâmica que tende a mantê-las dependentes e desorganizadas. Ou, quando organizadas, protagonizando uma “luta meramente reivindicativa deixando, em qualquer dos casos, a iniciativa política nas mãos do Estado” (BOITO JR., 2003, p.29-30). Um exemplo desta dinâmica de governo se traduz em sua relação com o sindicalismo, destacada por Paraizo, tendo em vista a análise de Boito Jr.

A contradição residia no fato de que o sindicalismo que outrora tinha como princípio ser desatrelado ao Estado, ousando ultrapassar os limites das reivindicações meramente econômicas, agora encontrava-se atrelado ao Estado, consistindo numa das principais bases de apoio ao governo em questão, atendendo as reivindicações das classes dominadas nos limites do possível dentro da lógica do capitalismo brasileiro (BOITO apud PARAIZO, 2017, p.30).

Para Singer, a relação entre Lula e os extratos mais pobres seria representada pelo conceito marxista de bonapartismo, e traduz o anseio por um reformismo ordeiro das classes desorganizadas:

[...] o lulismo seria a representação de uma fração de classe que, embora majoritária, não consegue se constituir através das próprias formas de organização. Esta fração, o subproletariado¹², se empolga com a expectativa de um Estado suficientemente forte para diminuir a desigualdade sem ameaçar a ordem estabelecida (SINGER apud PARAIZO, 2014, p.05).

Eliel Machado, por sua vez, destaca o alento neoliberal dado pelo governo e o fato deste não alterar efetivamente as condições da luta de classes. O governo não apresentava como ameaça à hegemonia burguesa por não se traduzir em mobilização político-partidária

¹² O subproletariado seria composto por aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho pelo valor necessário para sua própria reprodução, formando cerca de metade da população economicamente ativa do Brasil. Ver: Raízes Ideológicas do Lulismo, André Singer, 2009.

das camadas populares e por não executar a máxima *robinhoodiana* de tirar dos ricos para dar aos pobres (MACHADO, 2009, p.28).

De todo modo, a manutenção do caráter econômico neoliberal mediado por políticas públicas de assistência social e econômica aos mais pobres, o desenvolvimento de meios de comunicação institucionalizados com a sociedade civil, e o populismo do novo líder, resultaram na avaliação predominantemente positiva sobre o governo por parte da população. O Brasil caminhava em passos lentos, mas persistentes, para a redução da miséria. Além de deixar o governo com uma taxa de desemprego inferior a 5%, Lula

[...] aumentou o valor real do salário mínimo, gerou milhões de empregos, criou o Bolsa Família (BF), o crédito consignado, a Farmácia Popular, a extensão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Minha Casa Minha Vida (MCMV), promoveu a ampliação do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), a construção de cisternas no semiárido, o reconhecimento dos territórios dos quilombolas e o incentivo à agricultura familiar, entre outras coisas (SINGER, 2018, p. 25).

De acordo com dados do Datafolha¹³, após sete anos e 11 meses de governo, 83% dos brasileiros adultos avaliaram sua gestão como ótima ou boa. Com o fim do governo lulista em 2010 no auge de sua popularidade, a esperança era de que Dilma, sua sucessora, desse continuidade às reformas e mantivesse seus bons resultados.

3.2 As eleições de 2010 – Primeiro mandato de Dilma Rousseff

O contexto eleitoral de 2010, apesar de manter a polarização entre PT e PSDB, é caracterizado especialmente pelo ineditismo do pleito em não contar como Luis Inácio “Lula” da Silva como candidato, conforme destacado por vários autores (KERBAUY, 2011 - PEIXOTO; RENNÓ, 2011). Em seu lugar, foi lançada a candidatura de Dilma Rousseff, escolhida por Lula para representar o Partido dos Trabalhadores na disputa com José Serra, pelo PSDB, e Marina Silva, pelo Partido Verde (PV). Segundo Peixoto e Rennó,

A estratégia do Presidente de lançar uma candidata que nunca havia disputado uma eleição, e que nas pesquisas de opinião a pouco mais de um ano das eleições contava com o apoio pífio de 11% das intenções de votos, causou surpresa até mesmo entre os membros do governo. Perguntava-se até que ponto a popularidade de Lula poderia ser transferida para uma candidata até então desconhecida pelo grande público (PEIXOTO; RENNÓ, 2011, p.307).

¹³ Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>> Acesso em: 27/11/2018.

Dilma, até então, fazia parte de um quadro técnico importante do PT: atuou como ministra de Minas e Energia até 2005 e a partir deste ano ocupou o cargo de ministra da Casa Civil do governo de Lula até 2010. No entanto, apesar da participação ativa no partido, não era um nome com peso político. O prestígio de Lula, que após oito anos de governo contava com os melhores índices de aprovação da história do Brasil, e as ótimas condições econômicas em que se encontrava o país após sua gestão garantiram à Dilma a vitória no primeiro turno em todas as regiões do Brasil, como evidenciado por Kerbauy (2011).

Contudo, José Serra, do PSDB, ainda conseguiu levar a decisão para o segundo turno, auxiliado pela votação em Marina Silva (PV) (PEIXOTO; RENNÓ, 2011, p.307). Uma vez no segundo turno, apesar da emergência de escândalos de corrupção no decorrer da campanha¹⁴, Dilma foi eleita a primeira mulher presidente no Brasil com 56% dos votos. Segundo Peixoto e Rennó, sua vitória assinala o voto da população no partido do governo e a manutenção da “tendência do eleitor de premiar políticos competentes, com bons índices de popularidade e de avaliação de governo, e de basear seu voto na situação da economia” (2011, p. 307).

De acordo com Kerbauy, “a vitória mais significativa de Dilma [...] aconteceu no Nordeste, ao derrotar o candidato do PSDB em todos os estados da região, com 70,58% dos votos (10,5 milhões a mais que seu concorrente)” (2011, p.478). A influência de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, criados durante o governo de Lula, tem grande peso para explicar o voto das regiões mais pobres do Brasil no Partido dos Trabalhadores.

Com a pauta da campanha estreitamente vinculada à continuidade do governo Lula – em especial no que diz respeito à expansão da cobertura dos programas de transferência de renda e à ampliação do consumo –, o debate geral concentrou-se no papel desses programas na decisão eleitoral, mais especificamente na correlação entre o Programa Bolsa Família e a tendência de voto na candidata governista, em particular na região Nordeste, onde estão os sete estados com maior cobertura do Bolsa Família (Maranhão, Piauí, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte), totalizando 64,7% de famílias beneficiadas (KERBAUY, 2011, p.478).

Tendo em vista esta principal região votante, apreende-se que a população esperava do governo de Dilma a continuidade dos bons resultados obtidos durante o primeiro governo do Partido dos Trabalhadores.

¹⁴ De acordo com o Manchetômetro, “um estudo feito no âmbito do LEMEP acerca da cobertura das eleições presidenciais de 2010 na grande mídia imprensa mostrou um número muito alto de escândalos no material noticiado. Naquele pleito 6 escândalos tiveram destaque, cinco negativos para o PT e sua candidata, Dilma Rousseff, e um negativo para o PSDB. No total da cobertura foram 1501 textos sobre os “escândalos do PT” e 82 sobre o único “escândalo do PSDB”. Disponível em: <<http://www.manchetometro.com.br/index.php/analises-2010/analises10-escandalos/>> Acesso em: 05/12/2018.

A presidente inicia seu mandato num contexto favorável de crescimento econômico deixado por Lula, e de recuperação exitosa dos “efeitos da crise financeira global de 2008” (BASTOS, 2017, p.17). Levando o desejo de parcelas significativas da sociedade civil em consideração, este primeiro período é marcado pelo aprofundamento do mesmo programa de governo anterior, e do modelo de participação social institucionalizada. De acordo com dados do site do Senado Federal¹⁵, a presidente lança e desenvolve programas como o Bolsa Família, a Rede Cegonha, o Plano Brasil Sem Miséria, uma segunda edição do Minha Casa Minha Vida, o Programa Brasil Carinhoso, o Mais Médicos, o Água para Todos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Entretanto, no que diz respeito ao posicionamento econômico e político do governo, Dilma representa uma ruptura em comparação com o governo petista anterior. Apesar de encontrarmos uma continuidade do mesmo programa de distribuição de renda e aprofundamento e criação de programas assistencialistas para diminuição da desigualdade, a presidente estabelece uma relação de confronto com grupos ligados ao capital financeiro, incluídos no arranjo conciliatório anteriormente arbitrado por Lula (SINGER, 2018, p.25-6).

O novo comportamento se evidencia na inauguração de uma nova matriz econômica, criada por Guido Mantega, que tencionava acelerar o ritmo do crescimento econômico a partir de um viés desenvolvimentista fundamentado na

desobstrução de caminhos para a retomada industrial, nos esforços pela industrialização integral do país, na crença no papel indispensável do Estado no planejamento, na descrença nas forças espontâneas do mercado, na decisão por parte do Estado dos setores que devem se expandir e no papel estatal de financiamento (SINGER, 2018, p.41).

Baseada numa política fiscal expansionista, juros baixos, crédito barato fornecido por bancos estatais, câmbio desvalorizado e aumento das tarifas de importação para "estimular" a indústria nacional, a nova matriz econômica implicava no abandono do tripé neoliberal mantido por Lula, e na “compra de brigas inéditas, uma vez que a atitude confrontava o poderoso setor financeiro para manter o crescimento e obter a reindustrialização” (SINGER, 2018, p.48). Em congruência com a análise de Singer, Bastos afirma que, com isso, Dilma questionava “o poder estrutural do capital financeiro na determinação das taxas de juros e câmbio, rompendo o pacto conservador formado pelo governo Lula em 2003” (BASTOS, 2017, p.17).

¹⁵ Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/os-avancos-e-as-crieses-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff>> Acesso em: 27/11/2018.

O aumento da capacidade intervencionista do Estado, e o aceleração da empreitada do que anteriormente se apresentava como “reformismo fraco”, num segundo momento, resultaria num posicionamento contrário a interesses produtivos a partir da queda da lucratividade, do aumento das greves¹⁶ e da influência ideológica capitalista internacional, dificultando o relacionamento com os industriais e empresários e resultando em desarranjo (SINGER, 2018, p.73).

Ao final do primeiro mandato, apesar de Dilma conseguir manter bons índices e de reagir energeticamente contra episódios de corrupção que acometeram a administração ainda em seu primeiro ano¹⁷, o governo encaminhava-se para uma fase crítica.

A gestão foi acometida por relações instáveis com o Congresso e desaceleração econômica, sem contar com a revitalização de várias denúncias de corrupção que o governo passou a enfrentar, envolvendo nomes importantes do PT. Tais denúncias vinham sendo exploradas desde as eleições de 2010, como o Mensalão¹⁸, a Operação Lava-Jato¹⁹ e as crises na Petrobrás.

¹⁶ As greves aumentam principalmente entre 2010 e 2012, e, em 2013 atingem o seu ápice. De acordo com o filósofo Vladimir Safatle (2017, p.108), neste ano, ocorreu o maior número de greves desde o final da ditadura militar.

¹⁷ “Antes de completar um ano de governo, Dilma viu sete ministros caírem, seis deles por acusações de corrupção. [...] A forma enérgica com que Dilma lidou com os episódios fez com que parte da população passasse a vê-la como a grande responsável pela “faxina ética” contra a corrupção. Isso se refletiu na aprovação de 59% da população - o maior índice para o primeiro mandato de um presidente desde a redemocratização, maior até que a popularidade de Lula nos primeiros quatro anos na presidência, que foi de 52%”. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258>>. Acesso em: 09/12/2018.

¹⁸ Escândalo de corrupção deflagrado em 2005-2006 que evidenciava a compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional. As denúncias surgiram ainda no mandato de Lula, mas não abalaram seus bons índices de aprovação devido à boa situação econômica do país. A partir deste caso foi possível o avanço da ideia de “organização criminosa” atribuída ao PT e à Lula, como chefe da mesma. Dessa forma, segundo o jornal Folha de S. Paulo, “O Supremo Tribunal Federal concluiu que o mensalão foi um esquema ilegal de financiamento político organizado pelo PT para corromper parlamentares e garantir apoio ao governo Lula no Congresso em 2003 e 2004, logo após a chegada do partido ao poder”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgamentodomensalao/ojulgamento/o_esquema.shtml> Acesso em: 02/12/2018.

¹⁹ Segundo site do Ministério Público Federal (MPF), “o nome do caso, “Lava Jato”, decorre do uso de uma rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis para movimentar recursos ilícitos pertencentes a uma das organizações criminosas inicialmente investigadas. Embora a investigação tenha avançado para outras organizações criminosas, o nome inicial se consagrou. A operação Lava Jato é a maior investigação de corrupção e lavagem de dinheiro que o Brasil já teve. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras, maior estatal do país, esteja na casa de bilhões de reais. Soma-se a isso a expressão econômica e política dos suspeitos de participar do esquema de corrupção que envolve a companhia. No primeiro momento da investigação, desenvolvido a partir de março de 2014, perante a Justiça Federal em Curitiba, foram investigadas e processadas quatro organizações criminosas lideradas por doleiros, que são operadores do mercado paralelo de câmbio. Depois, o Ministério Público Federal recolheu provas de um imenso esquema criminoso de corrupção envolvendo a Petrobras”. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso>> Acesso em: 09/12/2018.

A insatisfação popular resultante destes eventos foi manifestada principalmente em 2013, por meio de mobilizações massivas de diferentes grupos sociais, críticas ao governo, e estava fundamentada, sobretudo, pela desaprovação relativa aos gastos oriundos dos investimentos para a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, e nas más condições do transporte público e saúde, além dos escândalos de corrupção. Os eventos inaugurados por Junho de 2013 serão analisados a seguir.

3.3 Relação Estado X Sociedade Civil no Governo Dilma e as manifestações de Junho de 2013

Apesar do início promissor, o final do primeiro mandato de Dilma Rousseff foi marcado por manifestações populares que contam com novos atores, munidos de novos meios organizacionais e movidos por indignação difusa. Portanto, para compreender as manifestações que culminaram na deposição da presidenta Dilma Rousseff, é preciso antes compreender o papel central das manifestações de junho de 2013, às quais diversos autores/as, de diferentes matrizes teóricas, fazem referência para se reportar aos desdobramentos que culminaram no processo referido.

Como vimos anteriormente, durante o governo de Lula e de Dilma Rousseff foi construído e aprofundado um modelo de participação social institucionalizada que foi muito bem sucedido em seus resultados. Faziam parte deste arranjo movimentos sociais e parcelas da sociedade civil que mantinham uma interlocução com o governo por meio de orçamento participativo, conferências nacionais e criação de secretarias e ministérios. A relação de constante diálogo com os diversos movimentos sociais conduziu a políticas de atenção específicas, atendendo suas demandas em diversos aspectos, apesar dos “sinais contraditórios emitidos pelo governo que explicitam as disputas em jogo e os limites para os avanços dos processos participativos no contexto da ampla coalizão política construída para garantir a governabilidade” (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2011, s.p.).

Apesar da ambivalência, o sucesso deste modelo de participação na redução da desigualdade no país neste período é inegável. A ruptura demonstrada pelos eventos e manifestações de em 2013, no contexto da emergência de novos atores e numa comparação com movimentos progressistas anteriores (incluindo o movimento sindical/operário, o movimento pelas Diretas-Já, o Fora Collor, entre outros), segundo Maria da Glória Gohn, foi

gestada a partir da consolidação de novos mecanismos de mobilização (ao nível global e local), a exemplo das redes sociais.

A grande revolução operada na forma de comunicação entre indivíduos, com o desenvolvimento e consumo das novas tecnologias, especialmente a Internet e o uso dos aparelhos móveis, geradores de grande potencial de mobilização da sociedade civil, criou novas formas de sociabilidade na sociedade civil, longe das estruturas estatais institucionalizadas (GOHN, 2017, p.53-4).

Leonardo Avritzer (2016), por sua vez, identifica que as manifestações de 2013 alteraram as condições que levaram ao repertório de participação bem-sucedido de 2003-2013 e ao resultado do processo de inclusão política. Para ele, junho de 2013 representou a quebra do monopólio da esquerda sobre a participação no Brasil, e uma afirmação de novos atores, principalmente da classe média, que no modelo anterior não eram foco das políticas públicas, concentradas na redução da pobreza e miserabilidade²⁰. Conforme destacado por Pedro Lima e Mateus Sawamura, para Avritzer, os limites deste modelo de participação

se evidenciariam pela ausência da participação em áreas importantes como a infraestrutura, e no fato de não se ter incluído alguns setores da sociedade, como a classe média. De início, tais limites se mostravam solucionáveis dentro do próprio padrão de participação social, com um aprofundamento do projeto político democrático. Porém, a classe média teria, como sintoma desse impasse, passado a ganhar terreno e a se organizar de maneira diversa (LIMA; SAWAMURA, 2016, p.109).

A transformação da pirâmide social brasileira baseada no aumento da escolaridade, renda e consumo durante os governos de Lula e Dilma Rousseff, neste sentido, foi um movimento de grande importância para definir o perfil dos novos atores em cena. Autores como André Singer (2018) e Leonardo Avritzer (2016) trabalham com qualificações classistas para demonstrar estas mudanças. Para nós, importa destacar que a transformação aproxima classes que até então se situavam abaixo na escala social das classes médias, o que resultou na convivência destes segmentos em espaços antes não compartilhados, a exemplo das universidades, aeroportos, e locais de lazer como shoppings centers²¹.

²⁰ Importa destacar que a emergência destes novos atores, demandas e formas de manifestação desafia e supera as teorias críticas dos movimentos sociais e a literatura clássica sobre participação, fundamentada nas classes subalternas e nas formas tradicionais de mobilização.

²¹ É interessante lembrar o fenômeno dos “Rolezinhos” em 2014, e a repercussão causada na internet. “Os encontros marcados por redes sociais entre jovens pobres, em sua maioria negros, para passearem nos shoppings centers de suas cidades causaram apreensão nos frequentadores destes locais e, conseqüentemente, fez com que alguns proprietários dos estabelecimentos conseguissem o direito na justiça de proibir a realização dos rolezinhos, barrando o acesso dos jovens. Deste comportamento emergiu um amplo debate sobre segregação racial e social na sociedade brasileira” (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, [2014?]) Disponível em:

A insatisfação gerada por conta desta adequação de status, segundo Avritzer, faz com que estes setores da classe média se tornassem mais sensíveis “a um discurso que articula a gestão petista e as políticas de inclusão ao aumento da corrupção e à deslegitimação do sistema político” (AVRITZER, 2016, p.21).

O descontentamento com as denúncias de corrupção direcionadas ao PT e com políticas sociais de inclusão por parte deste grupo pode ser exemplificado no movimento Cansei, ou Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, ocorrido em 2007. O Cansei emergiu a partir da crítica ao suposto descaso das autoridades e déficit de gerenciamento que teriam provocado o chamado "caos aéreo" em 2006, identificado pela lotação de aeroportos, greves de controladores e atrasos de vários vôos. O movimento também expressava um sentimento de ‘basta’ com relação às denúncias de corrupção do “Mensalão do PT”, iniciadas em 2005. (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015a, p.7). Segundo Luciana Tatagiba, Thiago Trindade e Ana Claudia Chaves Teixeira

O caráter elitista da base social do Cansei suscitou controvérsias e inúmeras críticas em determinados setores da opinião pública, especialmente daqueles alinhados ao governo e ao PT. Em uma de suas entrevistas, João Dória Jr. alegou que a ridicularização do movimento por conta de seu caráter mais "elitizado" era uma atitude antidemocrática: "Desde quando, para você ter o direito de se expressar, é preciso ter atestado de pobreza"? (Idem – grifo meu).

O questionamento de João Dória Jr. demonstra a nova base social dos movimentos que surgem em contestação ao PT. O discurso “só é movimento social aquele de esquerda?” começa a circular de modo mais intenso neste período. Ainda de acordo com os autores, “coube ao jornalista Reinaldo Azevedo defender explicitamente o movimento e cravar os sentidos da indignação dos que estão no topo da pirâmide social” (Idem). Tratava-se, na ótica de Azevedo, do "Movimento dos Sem-Bolsa":

(...) um grito de protesto da classe média é ilegítimo? É ela hoje o verdadeiro 'negro' do Brasil: paga impostos abusivos; não utiliza um miserável serviço do estado, sendo obrigada a arcar com os custos de saúde, educação e segurança; tem perdido progressivamente a capacidade de consumo e de poupança; é o esteio das políticas ditas sociais do governo, e, por que não lembrar?, ninguém a protege: estado, ONG, igrejas, nada... Está entregue a si mesma: nas escolas, nas ruas, nos campos, nos aeroportos. Pior: está proibida até de velar os seus mortos. Quando um classe-média morre de bala perdida ou assado num avião, o protesto é logo abafado pela tese delinquente de algum cientista social ou jornalista que acusa a gritaria dos incluídos. (...) Eu lhes apresento o MSB: o Movimento dos Sem-Bolsa. Não são nem os peixes grandes, que se alimentam da Bolsa-BNDES, nem os peixes pequenos, que vivem do Bolsa Família. A classe média, coitadinha, se financia é nos

bancos mesmo, sem taxa camarada (AZEVEDO apud TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015a, p.7 – grifo meu).

É interessante destacar que Reinaldo Azevedo será um dos articuladores da criação do termo “petralha”, que ajudou a vincular o PT à corrupção e ao crime. Apesar de, mais tarde, rever seu posicionamento, nesse momento foi um nome de relevo para a consolidação desta ideia, juntamente com outros expoentes da “nova direita”, como Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino que, em função de sua presença na mídia e nas redes sociais, ajudaram a edificar vinculações do PT à corrupção e a expressões como “marxismo cultural”, por exemplo.

A partir desta contextualização, defendemos que, o problema não era necessariamente o formato da participação, que gerou bons resultados em seu modelo institucionalizado, mas as pautas que sustentavam essa participação durante o governo petista. As novas demandas, levantadas a partir de 2013 e posteriormente em 2015 e 2016, não contestavam apenas o sistema político, ou a forma de participação da sociedade civil, elas se fundamentavam na crítica às políticas públicas em favor da redução da desigualdade no país, continuadas durante o governo de Dilma. Além de configurar uma reação ao envolvimento do partido, cada vez mais evidenciado, destacado e orientado pela mídia, com a corrupção.

Portanto, as novas condições surgidas da reconfiguração social e econômica vivenciada pelo Brasil durante o governo do Partido dos Trabalhadores possibilitaram o enorme descontentamento de determinadas camadas da população com relação ao governo petista, especialmente a classe média, cujo status foi aproximado das classes mais baixas, e da nova classe trabalhadora²², que adquiriu maior escolaridade e condições sociais e econômicas durante os governos petistas, mas não conseguiu angariar posições de trabalho e remuneração correspondente, e nem se configuraram como classe média propriamente dita.

Estas mudanças propiciaram um momento oportuno para que as manifestações de Junho de 2013 se desenvolvessem de forma concomitante a outros elementos conjunturais, que podem ser apresentados como impulsionadores. Entre eles, a insatisfação da população com os gastos com infraestrutura para que o Brasil pudesse sediar o megaevento da Copa das

²² Denominação dada por André Singer (2018) à classe que se beneficiou do assistencialismo social do governo petista: o subproletariado (trabalhador com condições pauperizadas) que ascende social e economicamente durante o governo de Lula, transformando-se numa “nova classe trabalhadora” que não é propriamente classe média e nem classe trabalhadora organizada. Neste sentido, a classe seria um intermediário entre os pólos do cenário de luta de classes, analisado por Marx, situando-se sem identidade entre burgueses e proletários. Por isso, a denominação desta como “nova classe média” ou “nova classe trabalhadora”, para o autor, tem significância política e “reflete a disputa pela consciência coletiva do grupo” (SINGER, 2018, p.93). Segundo Singer, Dilma teria desperdiçado o potencial classista dos novos trabalhadores ao aderir a uma interpretação segundo a qual a camada em ascensão configurava nova classe média (SINGER, 2018, p.95), aproximando-as dos interesses burgueses e dos anseios daqueles que estavam no lugar que estes almejavam.

Confederações (2013) naquele ano assumiu centralidade. Tal fato garantiu que o governo petista se tornasse alvo de muitas críticas, uma vez que vários recursos foram cedidos para que o evento pudesse acontecer enquanto parte da população ainda se via privada de direitos básicos de saúde, educação e moradia. A desaprovação foi explicitamente expressa com vaias à presidente Dilma Rousseff, que já não contava com uma grande aprovação popular, durante pronunciamentos e jogos da seleção brasileira de futebol. A cobertura negativa da mídia e o desgaste do governo petista, além do envolvimento com corrupção (julgamento do Mensalão) e a desaceleração econômica já mencionada, assumiram papéis centrais para este comportamento.

As manifestações tiveram como gatilho imediato o aumento das tarifas de transporte público na cidade de São Paulo (de R\$3,00 para R\$3,20). A organização inicial foi protagonizada pelo Movimento Passe Livre (MPL), oficialmente criado em 2005 com o objetivo de tornar livre e gratuita a utilização de transportes públicos, atuando principalmente no âmbito da mobilidade urbana. Sob o slogan “Não são só vinte centavos”, o movimento buscava colocar em pauta tanto as dificuldades enfrentadas pelos jovens para circulação nas cidades (segregação e privatização dos serviços urbanos) quanto pela classe trabalhadora para efetivar a garantia de seus direitos fundamentais. As imagens abaixo, que destacam os principais *slogans* políticos mobilizados, tais como "por uma vida sem catracas" e "se a tarifa não baixar a cidade vai parar", mostram as pautas iniciais:

Fotografia 1 - Por uma vida sem catracas.



Fonte: Agência Brasil, 2013.

Fotografia 2 – Se a tarifa não baixar a cidade vai parar.



Fonte: Movimento Passe Livre, 2013.

O MPL, no entanto, “não guiou os rumos dos protestos, tampouco desejou ou conseguiu controlar as pautas que os manifestantes levavam às ruas” (TATAGIBA, 2014, p.40), mas, num primeiro momento, foi responsável por levar milhares de pessoas às ruas.

Posteriormente a manifestação convocada se transformou em algo que a ultrapassou em termos de demandas, grupos e atores em cena²³.

Inicialmente as manifestações foram vistas pela população como um despertar da sociedade civil, uma vez que diante das relações institucionalizadas com os movimentos sociais, analisadas anteriormente, houve efetivamente um período de ausência de manifestações massivas de crítica ao governo instituído. O protesto foi inovador na medida em que foi marcado pelo forte desejo de política sem mediações institucionais e por uma profunda desconfiança com relação às instituições políticas, de forma que assumiu um caráter horizontal e autônomo, condizente ao perfil dos organizadores iniciais.

Maria da Gloria Gohn (2016) constrói uma análise relevante do movimento que focaliza nas descontinuidades trazidas pelas manifestações, que, além de serem ampliadas para outros setores sociais como as classes médias, também diversificaram as pautas de cunho específico das manifestações precedentes. As novas pautas, que representaram o movimento inicialmente, eram traduzidas na crítica ao não cumprimento do papel do Estado na resolução de vários problemas ligados ao cotidiano dos manifestantes e a vida urbana, como o transporte público, infraestrutura urbana, saúde, educação, emprego, moradia, etc. Além do tipo de demandas veiculadas, o desempenho e a estética que o movimento assumiu também chamam a atenção. Ao contrário de tentarem firmar-se a partir de uma identidade construída historicamente, a referência aludida nas manifestações era o presente. Neste sentido, uma característica marcante dos novos protestos em seus momentos iniciais era sua composição social: a maioria dos manifestantes era jovem e não possuía histórico de participação política ou em movimentos sociais (ALONSO, 2017). Após os episódios de violência policial a composição social se altera, como aponta a própria Alonso (2017).

Maria da Gloria Gohn também destaca a importância das redes sociais na organização das manifestações, uma vez que, juntamente com o elemento antipolítico destacado pela autora e traduzido na desconfiança com relação às instituições políticas, evidenciam a não vinculação partidária dos protestos. De fato, além de não haver papel efetivo dos partidos na organização e recrutamento das manifestações, ocorreu hostilidade com relação à presença de partidos e militantes partidários nos protestos, com demonstrações até mesmo de violência nos momentos em que houve exibição de bandeiras e símbolos partidários.

A presença de um comportamento violento entre os manifestantes acabou por alterar a percepção popular inicial do movimento. Esta mudança teve início a partir da participação de

²³Para uma análise sobre os eventos que culminaram na difusão de pautas em 2013, ver: “Vinte centavos: a luta contra o aumento”, de Elena Judensnaider, Luciana Piazzon e Pablo Ortellado, Veneta, 2013.

adeptos da tática *Black Blocs* no movimento, e do relevo e cobertura midiática resultante, contrária aos protestos (COSTA, 2017, p.103). Segundo Diego Costa,

As ações performáticas de depredação de patrimônio público e privado, de lixeiras, de paradas de ônibus e vidraças tiraram a visibilidade da ação dos movimentos sociais e obscureceram as justas reivindicações que estavam sendo debatidas (COSTA, 2017, p.103).

A partir destas características do movimento verifica-se que, num primeiro momento, “era preponderante uma revolta contra a instituição do Estado em si, e não apenas contra o governo vigente” (LOYOLA, 2015, p.18).

Com a forte e desmedida repressão policial às manifestações, ocorre o aumento da sua envergadura: “novos atores incorporavam-se às manifestações ampliando e diversificando os cenários institucionais implicados” (TATAGIBA, 2014, p.40) e a mídia, que até então se referia aos manifestantes como “baderneiros” e “vândalos”, altera seu posicionamento em relação às manifestações. O sentido determinantemente positivo dado a esta característica, seja pela população, seja por algumas literaturas sobre o movimento, são contestados por vários autores, a exemplo do já citado Leonardo Avritzer.

Para a filósofa Marilena Chauí, conforme destacado por Pedro Lima e Mateus Sawamura, “recusar ‘a legitimidade do partido político como instituição republicana e democrática’ seria [...] equivalente a ‘desvalorizar a política’ e a abolir qualquer tipo de mediação em nome da lógica pueril dos desejos imediatistas” (CHAUI apud LIMA; SAWAMURA, 2018, p.104). Segundo os autores,

A “recusa da política”, atribuída indiscriminadamente aos manifestantes de junho, aparece em Chauí como o avesso das conquistas históricas dos movimentos sociais de fins dos anos 1970 e inícios dos 1980: enquanto antes se tratavam de “sindicatos, associações, entidades, movimentos sociais e populares [que] eram políticos, valorizavam a política, propunham mudanças políticas e rumaram para a criação de partidos políticos como mediadores institucionais de suas demandas” (Chauí, 2013d, p. 1), agora o que predominaria é o caldo de cultura anti-institucional, que a filósofa remete aos contextos clássicos de emergência do fascismo, na Itália dos anos 1920, e do nazismo, na Alemanha dos anos 1930 (CHAUI apud LIMA; SAWAMURA, 2016, p.105)

Para Maria da Glória Gohn, numa análise crítica ao governo petista, este comportamento é resultante de um descompasso entre o Estado\participações civis institucionalizadas e as vozes da rua.

[...] A nova conjuntura econômica passou a ser uma fonte de desgaste e descrença da população no governo e nos políticos, especialmente na esfera federal; porque as denúncias e os escândalos de corrupção vieram à tona e a apropriação do dinheiro público por grupos

e certos políticos chocou a população, que se indignou. A participação social existente nas estruturas participativas, estatais, atuava mais como uma instância de validação de objetivos políticos que de cogestão ou codecisão. Funcionava de forma autorreferenciada, muito voltada para os membros participantes e não sintonizada para ouvir as vozes das ruas. E se ouviam, não entendiam os novos códigos lingüísticos que se ampliaram no decorrer do processo. Acrescenta-se a esse processo as normas e os procedimentos burocráticos exigidos pelo Estado, criando uma defasagem entre a temporalidade do agir estatal e o agir da sociedade (GOHN, 2017, p. 57-8).

Portanto, para autora, apesar do investimento num sistema de participação institucionalizado protagonizado pelo Partido dos Trabalhadores, a emergência e difusão da tecnologia proporcionaram àqueles que não eram o foco principal deste tipo de política de participação um meio de fazer-se notar. Por isso, segundo ela, “em Junho de 2013, quando multidões saíram às ruas, não havia mediadores entre os manifestantes e os poderes constituídos, não havia interlocutores” (GOHN, 2016, p.136).

Olhamos para esta interpretação de forma crítica, pois, o que estava em questão não era meramente o formato da participação. Inclusive, até aquele momento, este modelo participativo tinha produzido bons resultados e acatado várias demandas de diversos movimentos sociais. O problema também não era unicamente traduzido na não participação de outros setores não organizados neste modelo, que poderia ser arranjado para incluí-los. O problema, demonstrado ao final de 2013, e em 2015 e 2016, eram as pautas que sustentavam este modelo de participação no governo petista, sendo elas de inclusão de minorias (mulheres, negros, pequenos agricultores, etc.) e de setores mais pobres, à margem da sociedade.

A fragmentação das pautas consecutiva à ampliação das manifestações abrigou reivindicações que iam do pólo progressista ao conservador, agregando novos atores com múltiplas bandeiras e palavras de ordem. “O desejo por mais participação e respeito aos direitos das minorias (como na pauta em favor da legalização do aborto e dos direitos sexuais) vinha junto com propostas de militarização, redução da maioria penal e contra o avanço dos direitos sociais” (TATAGIBA, 2014, p.41). Segundo Alonso, às manifestações

aderiram torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos, famílias — cidadãos sem ativismo prévio, convocados por redes presenciais (amizade, trabalho, família) e virtuais (WhatsApp, Twitter, Facebook) e pela mídia. Ativistas autonomistas e socialistas os mencionaram como ‘gente esquisita’, inusual em protestos (2017, p.52)

Dessa forma, expandem-se paulatinamente os efeitos da mobilização, o número de manifestantes e o número de cidades envolvidas. Refletindo esta mudança, o slogan das manifestações passa de “Não é apenas pelos 20 centavos”, referindo-se ao aumento da passagem de ônibus, para: “O gigante acordou”. É interessante destacar que tem início neste

momento a disputa de narrativas que se desdobrou posteriormente no impedimento, traduzida naqueles que recusavam a presença de partidos e movimentos sociais mais tradicionais (reivindicação do apartidarismo) nas manifestações, e aqueles que afirmavam, por sua vez, que “nunca estiveram dormindo” ou que nunca haviam saído das ruas (partidos de esquerda e movimentos sociais). Assim, “à medida que o protesto se nacionalizava, o ‘desejo por mudança’ e ‘contra tudo o que está aí’ se metamorfoseava em diferentes e contraditórias bandeiras de luta que acabavam dividindo espaço em um mesmo protesto” (TATAGIBA, 2014, p.41).

Concomitantemente à mudança de nível das manifestações, a relevância do tema da corrupção foi assumindo centralidade, juntamente com a evocação dos símbolos nacionais. Segundo Tatagiba, neste segundo momento

[...] causou estranheza a força com que emergiu nas ruas o canto dos estádios “eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”, o hino nacional, a profusão de bandeiras verdes e amarelas, e referências como “o gigante acordou” e “verás que um filho teu não foge à luta”, associados à rejeição à presença das bandeiras partidárias (vermelhas) em certa fase do conflito. O fato é que para uma juventude ainda pouco habituada às ruas, o hino dos estádios parecia oferecer também um grito de guerra para sua iniciação política, em um cenário marcado por uma profunda desconfiança nas instituições políticas. Ao entrar na disputa pelo enquadramento do conflito, a mídia hegemônica tratou de pautar nos seus termos a guerra das cores: “vândalos” e “baderneiros” (os que trajam preto), “oportunistas” (com suas bandeiras vermelhas) e os brasileiros “ordeiros e pacíficos” (com seus trajés verdes e amarelos) (2014, p.42-3).

A mobilização destes atores (progressistas ou não) acabou por protagonizar a passagem da pluralização para a polarização de pautas, e possibilitou a centralização do tema do governo Dilma no movimento de contestação. É importante destacar que a literatura acadêmica crítica começa a questionar os efeitos das manifestações de junho de 2013, tendo em vista o recrudescimento de grupos situados à direita (verificado de forma mais plena posteriormente, em 2015 e 2016).

Pedro Lima e Mateus Sawamura (2016) destacam a posição de alguns autores com relação a 2013 que ressaltam a chave negativa do movimento, evidenciada a partir da mudança de seu caráter (ou a manipulação dele) nos seus momentos finais. Nesta chave interpretativa, presente na análise de Jessé de Souza, por exemplo, Junho de 2013 teria sido cooptado, num segundo momento, pela direita e pelas classes médias reativas aos avanços promovidos no período lulista. A alteração de pautas resultante desenvolve nos desdobramentos do movimento um componente autoritário, antidemocrático e até mesmo fascista, como interpretado por Marilena Chaui, por exemplo.

Dessa forma, importa destacar a centralidade destes eventos para os acontecimentos posteriores, uma vez que a diversidade de pautas e demandas amplificadas por Junho de 2013 foi captado pela direita: foi ela quem soube se constituir como intérprete das novas demandas (SAFATLE, 2017). Ao final, o que até então era uma crítica genérica aos governos transformou-se em antipetismo, e pouco tempo depois em exigência do *impeachment* da presidente Dilma Rousseff.

3.4 As eleições de 2014 e o segundo mandato de Dilma Rousseff

As manifestações de 2013 e as críticas realizadas ao governo demonstravam um cenário pré-eleitoral difícil para a presidente, acompanhado pela queda de seus índices de aprovação entre a população e efeitos da situação econômica. O legado final dos protestos foi a centralidade assumida pela pauta da corrupção, cada vez mais associada ao Partido dos trabalhadores, que ganha relevância conjuntamente à avaliação da população sobre o governo Dilma.

O segundo turno das eleições de 2014 configurou o processo eleitoral mais acirrado depois daquele protagonizado por Collor e Lula em 1989, onde “o clima entre lulismo e antilulismo esquentara, como prenunciado pelos acontecimentos de junho de 2013” (SINGER, 2018, p.166). O cenário eleitoral se compôs a partir da polarização entre a candidata do governo, Dilma Rousseff (PT), e a oposição firmada em Aécio Neves (PSDB). De acordo com André Singer, além da diminuição do ritmo econômico que favorecia a ascensão oposicionista, a corrupção associada ao PT e a evocação da ideia de uma organização criminosa foi utilizada como elemento central pelo partido de oposição ao governo às vésperas do segundo turno de modo a interferir no resultado final. Para o autor “o caminho da criminalização parecia ter se colocado, então, como via para o PSDB retornar ao governo” (SINGER, 2018, p.168).

De acordo com Helcimara Telles, há alguns componentes conjunturais que possibilitaram a centralização desta temática:

Com a economia crescendo em ritmo mais lento, foram aumentadas a incerteza e as expectativas pessimistas sobre o futuro. Associados a estes fatores, o desgaste provocado por 12 anos de mandato executivo pelo mesmo partido (PT), a cobertura negativa da mídia que, no período de pré-campanha, constantemente responsabilizava a esfera federal pelas obras incompletas e superfaturadas feitas para a Copa do Mundo, e a ausência de Lula como incumbente, facilitaram que a corrupção política adquirisse o estatuto de principal valência organizadora dos debates propostos pelos candidatos oposicionistas (2016, p.109).

É interessante ressaltar que a discussão sobre corrupção no Brasil, apesar de sempre presente, atualmente tem assumido uma importância extrema em contextos eleitorais por se tratar de uma ferramenta que torna possível canalizar angústias e insatisfações a um partido específico. Refere-se, portanto, a uma valência que agrega votantes, uma vez que não se trata de um indicador de identidade ideológica e sim de uma questão sobre a qual há um consenso unificador entre a população. As eleições, nesta condição, transformam-se num processo onde as valências assumem a importância antes devida aos conteúdos programáticos, podendo definir, desta forma, o resultado das eleições (TELLES, 2016). Com um discurso muito parecido com o de Fernando Collor no contexto eleitoral de 1989, Aécio Neves fortaleceu sua campanha em torno desta temática, possibilitando que as eleições de 2014 fossem orientadas por ela:

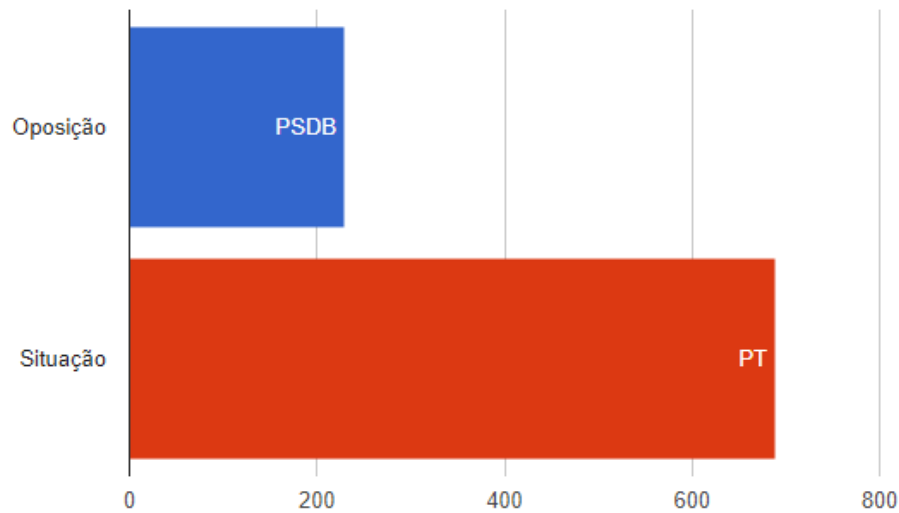
Da parte do PSDB, as mensagens foram alinhadas, nas diversas eleições presidenciais disputadas, em torno da suposta corrupção na administração federal, com poucos debates sobre as políticas públicas. Todavia, em 2014, unido ao tema da corrupção, o partido optou por destacar o antipetismo, que passou a ser um elemento central em suas peças e spots de campanha. Para se distinguir do PT, caracterizado como elemento exógeno e perturbador da ordem e dos interesses nacionais, optou-se pelo uso de uma linguagem nacionalista na qual transbordavam imagens e declarações que asseguravam que a missão da nova Presidência a ser eleita seria a de “Devolver o Brasil aos brasileiros”. O candidato Aécio tentou ser o personagem simbólico do combate à “corrupção promovida pelo PT”, e garantia que ele seria capaz de ‘Livrar o país dos políticos corruptos’. Ele pretendia associar o PT à corrupção e, ao ativar o antipetismo, colocar-se como o personagem-simbólico representante da ética. Por isso, as suas atividades de campanhas convocavam os cidadãos a se mobilizarem em defesa da “Libertação do Brasil”. Diferente do ocorrido em 2010, a corrupção e o antipetismo ecoaram na opinião pública e deram ao PSDB o seu melhor resultado na série histórica das eleições presidenciais, após a vitória de Fernando Henrique Cardoso, em 1998 (TELLES, 2016, p.110).

O papel da grande mídia neste ínterim não foi pequeno. Esta cumpriu a função de amplificar os escândalos de corrupção e redirecioná-los ao PT durante o período eleitoral de 2014. Segundo análise feita por João Feres Jr. no Manchetômetro²⁴, o número de escândalos que tiveram destaque durante o pleito de 2014 foi ainda maior que o de 2010. No gráfico abaixo, Feres Jr. demonstra o número de matérias sobre escândalos agregadas por partidos²⁵. A cor azul marca os escândalos contrários ao PSDB e a vermelha os contrários ao PT.

²⁴ Disponível em: < <http://www.manchetometro.com.br/index.php/category/analises/eleicoes-2014/>> Acesso em: 02/12/2018.

²⁵ A base de dados cobre os textos de capa dos principais jornais do país publicados de janeiro a outubro de 2014.

Gráfico 1 – Número de matérias de capa sobre escândalos de corrupção dos partidos PSDB e PT, publicadas nos principais jornais em 2014.



Fonte: Manchetômetro, 2014.

Neste sentido, o tema da corrupção pode ser identificado como aquele “que congrega indivíduos posicionados à direita do espectro ideológico, que se expressam no antipetismo” (TELLES, 2016, p.108). No entanto, é importante ressaltar, como identificado anteriormente, que o

antipetismo se conforma também como resistência de parcelas de cidadãos às políticas de intervenção do Estado para a promoção de maior igualdade, inclusão social, redistribuição de rendas e expansão dos direitos das minorias, agenciadas pelo governo federal (TELLES, 2016, p.121-22).

Assim, com a escolha de Aécio Neves em focar na temática da corrupção, e a partir do elemento antipetista presente em seu discurso, à Dilma Rousseff coube tomar o caminho da politização de suas propostas:

Ela foi obrigada a introduzir pautas mais à esquerda, como a justiça, a igualdade e a inclusão social, uma vez que a polarização política passou a exigir posicionamentos mais ideológicos, capazes de distingui-la do seu principal concorrente (TELLES, 2016, p.110).

Como resultado, a classe média, que teve seu status afetado pelas políticas públicas para redução da desigualdade colocadas em prática no governo petista, se deslocou para a oposição (à direita), mas não a ponto de garantir a vitória. Já “Dilma só ganhou no estrato de baixíssima renda. [...] Tendo vencido em 2014 com forte presença no Nordeste e no Norte, o lulismo perdeu apoio nas regiões mais desenvolvidas” (SINGER, 2018, p.163).

Com a vitória da presidente por uma pequena margem de votos, a acirrada polarização regional provocou uma alteração do comportamento até então democrático da oposição, que instaurou ainda mais indignação e desconfiança na população.

A desconfiança no sistema político e a suspeita sobre a legitimidade das eleições foi intensificada, após as eleições, pelas lideranças do PSDB, que passaram a fazer inúmeras declarações públicas e a propor ações na Justiça que questionavam a segurança das urnas eletrônicas. O PSDB solicitou à Justiça Eleitoral a auditoria das urnas, colocando sob dúvida o processo eleitoral e os seus resultados. Além disso, encetaram uma intensa campanha pelo impeachment da Presidente recém-eleita, com o argumento de que ela estaria envolvida em casos de improbidade administrativa, ocorridos especificamente na estatal Petrobrás (TELLES, 2016, p.111).

Deste modo, no cenário pós-eleitoral, Dilma assumiu o segundo mandato de seu governo com uma baixíssima popularidade, que “foi acompanhada de uma expectativa bastante negativa em relação aos indicadores econômicos do país, como a inflação e o desemprego” (TELLES, 2016, p.112).

Segundo site da BBC²⁶, “depois dos anos de bonança do governo Lula, quando a economia chegou a crescer 7,5%, o PIB não repetiu o mesmo desempenho. A inflação voltou a subir e a crise econômica começou a afetar o mercado de trabalho, aumentando o desemprego”. Somam-se a isso, as polêmicas políticas econômicas de ajuste fiscal lançadas no segundo mandato da presidente com o objetivo de reequilibrar contas públicas.

Ainda segundo o site, o então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, “lançou medidas que ficaram conhecidas como “pacote de maldades”, com o objetivo de aumentar a arrecadação federal e retomar o crescimento da economia - entre elas, medidas provisórias que alteraram o acesso a direitos previdenciários como seguro- desemprego e pensão por morte. Logo nos primeiros meses, houve também ajustes nos preços dos combustíveis e da eletricidade para aumentar a arrecadação.”

O ajuste foi severamente criticado e teve seus resultados questionados. Segundo o site Valor²⁷, ligado ao Globo.com, “o economista Pedro Rossi, professor e pesquisador da Unicamp, afirmou que o arrocho teve um papel contraproducente e resultado na piora fiscal das contas públicas, e que se corria o risco de acarretar numa marcha ré social, tendo em vista as desonerações feitas nos últimos anos pelos governos petistas sem contrapartidas dos setores beneficiados”.

²⁶ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_cronologia_governo_dilma_if> Acesso em: 10/12/2018.

²⁷ Disponível em: < <https://www.valor.com.br/politica/4246294/fundacao-ligada-ao-pt-critica-ajuste-e-propoe-mudar-politica-economica>> Acesso em:10/12/2018

Com a queda do PIB e a alta da inflação (que afetou as tarifas de ônibus e energia elétrica, além de impostos e taxas, como IPVA e IPTU), o mercado de trabalho passou por um rápido processo de piora, com reflexos sobre o emprego²⁸ e formalização do trabalho, caracterizando a crise econômica²⁹.

Todo este cenário foi agravado pela crescente dificuldade do governo de dialogar com o Congresso. De acordo com André Singer, em artigo publicado em sua coluna na Folha de São Paulo³⁰,

O pedido de impeachment foi aceito pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha, em 2/12/2015, depois de o PT ter votado contra ele no Conselho de Ética. Alvo de inúmeras acusações e processos, o patrocínio do parlamentar foi visto como forma de grosseira retaliação. Não obstante a baixa legitimidade do gesto de Cunha, menos de uma semana depois, a 7/12, o vice-presidente da República, Michel Temer, envia carta a Dilma em que explicita o seu afastamento do governo.

Para ele,

O isolamento parlamentar de Dilma – agravado pela ruptura de Cunha no final de julho e o afastamento de Temer no começo de agosto –, a piora da situação econômica – recessão intensa e provável perda do grau de investimento – e as denúncias contra Lula levariam à retomada das mobilizações de rua em 16 de agosto. Após uma queda de presença em abril, o número de participantes volta a aumentar, recolocando o tema do impeachment (SINGER, 2018, p.174).

A crise econômica teve peso significativo na definição do comportamento popular, possibilitando a retomada bem sucedida das manifestações iniciadas em 2013, porém, com novas características. Além de aumentar a insatisfação, a dificuldade econômica dá vazão para que o sentimento da intolerância à corrupção cresça, uma vez que “os cidadãos se inclinam a responsabilizar a piora de sua situação pessoal aos desvios de recursos públicos promovidos pelo poder público” (TELLES, 2016, p.112). Segundo Telles,

A perspectiva de agravamento do quadro econômico provocou mais dúvidas em relação à competência do gestor público eleito e foi um fator facilitador para a disseminação da crença de que o governo federal, a pessoa do governante e seu partido eram corruptos (2016, p.112).

²⁸ “A taxa de desemprego do país cresceu para 8,5% na média de 2015, conforme informações divulgadas pelo IBGE. Trata-se do maior resultado já medido pela Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), iniciada em 2012. Em 2014, a média foi de 6,8%.” Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_cronologia_governo_dilma_if> Acesso em: 10/12/2018.

²⁹ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_cronologia_governo_dilma_if> Acesso em: 10/12/2018.

³⁰ Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/o-roteiro-de-um-golpe-e-o-renascimento-do-impeachment-por-andre-singer>> Acesso em: 20/11/2018.

Com a ajuda da grande mídia, e a partir da partidarização judiciária³¹ no processamento seletivo das informações sobre corrupção, direcionadas ao Partido dos Trabalhadores, estava completo o cenário que permitiu que milhões de pessoas fossem às ruas em manifestações massivas demandar a retirada da presidente Dilma Rousseff e os “corruPTos”³² do governo.

3.5 O processo de impedimento e as mobilizações populares

Como vimos anteriormente, a conjuntura expressa depois de 2013 se traduz na centralidade da luta seletiva contra corrupção, que, juntamente com a imprensa e grande mídia, “ignora determinados casos e foca nos elementos que comprometem o PT” (AVRITZER, 2016, p.72). O processo foi acompanhado pelo desenvolvimento da operação Lava Jato, que também se destacou por não focar em escândalos que envolviam políticos de outros partidos além do PT, salvo algumas exceções.

Com isso, tem início um vigoroso movimento à direita representado nas eleições de 2014 e nas manifestações populares posteriores. A conjuntura de acirrada divisão eleitoral (entre o sul, base votante de Aécio, e o nordeste, base votante de Dilma) têm extrema importância para definição dos novos atores em cena a partir daí, como evidenciado por Natividade:

O levantamento da pesquisa Ibope na campanha presidencial de outubro de 2014, encomendada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), realizada entre os dias 19 e 21 de setembro, relatou que 69% dos eleitores desaprovavam o governo da candidata à reeleição, a presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo o site Pragmatismo Político, “o índice é o maior já registrado pelo instituto desde que a pesquisa começou a ser realizada, em 1986. Em julho deste ano, o índice era de 68%”. Desde as jornadas de junho de 2013, houve uma mudança do perfil dos manifestantes e, cada vez mais, o governo Dilma tornou-se alvo principal da insatisfação confessada por essa parcela do eleitorado, o que talvez tenha sido evidenciado na pesquisa acima (NATIVIDADE, 2016, s.p.).

³¹ Ver: KOERNER, Andrei; SHILLING, Flávia. O direito regenerará a República? Notas sobre a racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião ET alii (orgs.). **Direita Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: FPA, 2015, PP.99-112.

³² Referência: TATAGIBA, L, Trindade, T.; Chaves, A.C. “CorruPTos”. Um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015). **Mimeo**, 2015a.

Diante do cenário desenhado pelo resultado das eleições, e com a vitória de Dilma especialmente em função dos votos do nordeste, foi ativado um racismo de classe (CODATO, 2014).

O racismo de classe funciona conforme a mecânica perversa de todo o preconceito. Enquanto no racismo tradicional o sentimento de superioridade é dirigido a uma etnia (“raça”) considerada inferior, seja por razões biológicas, seja por razões históricas, o racismo de classe se dirige a um grupo por suas características socioeconômicas e constrói, sobre ele, toda sorte de fantasias (CODATO, 2014, s.p).

Enormemente hostilizados nas redes sociais, os nordestinos foram tidos como “desinformados” e “sem conhecimento político”, evidenciando a enorme intolerância política causada pela acirrada polarização. Essa “indignação pela derrota e o fomento do preconceito quanto aos eleitores da presidente recém-reeleita fica visível no discurso das multidões que começaram a se orquestrar pelo desejo do *impeachment* de Dilma Rousseff” (NATIVIDADE, 2016, s.p.). Segundo a autora,

Após a perda nas eleições, o descontentamento dos opositores ao governo do PT, sobretudo os eleitores do candidato Aécio Neves, fizeram eco nas ruas, principalmente no estado de São Paulo, em que o partido PSDB tem expressiva votação. Segundo o jornal Folha de S. Paulo, do dia 17 de março de 2015: No universo dos 210 mil manifestantes que lotaram a av. Paulista no domingo na contagem do Datafolha, 82% declararam ter votado no tucano Aécio Neves no segundo turno das eleições presidenciais de 2014, 37% manifestaram simpatia pelo PSDB e 74% participavam de protesto na rua pela primeira vez nesse ano (NATIVIDADE, 2016, s.p.).

De acordo com Perry Anderson, pouco tempo após a vitória de Dilma Rousseff, em março de 2015, manifestações massivas começaram a encher as ruas das principais cidades do país com cerca de pelo menos dois milhões de pessoas que exigiam a saída da presidente (ANDERSON, 2016, s.p). Tendo isso em vista, para Helcimara Telles, a crise do governo petista tem como efeito a continuidade dos ciclos de protestos a partir de 2013, mobilizando e levando às ruas uma direita que se apoia na estratégia das manifestações populares para veicular suas demandas e na intensa militância digital nas redes (TELLES apud SOUZA, 2016, p.46). De maneira concomitante a este processo,

No Congresso, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Neves e seus aliados, encorajados pelo fato de as pesquisas mostrarem a queda vertiginosa na popularidade de Dilma, movimentaram-se para conseguir o seu impeachment (ANDERSON, 2016, s.p).

Neste sentido, o encaminhamento do processo da Lava-Jato, e o surgimento de vários casos de corrupção direcionados ao PT tiveram grande parcela de responsabilidade sobre os

motivos de insatisfação com o governo. Além da baixa popularidade de Dilma, em conjunção à forte oposição no Congresso Nacional firmada no até então deputado Eduardo Cunha, grande artífice do *impeachment*, temos o retrocesso econômico do segundo mandato da presidente como um dos principais elementos condicionantes do impedimento.

A “nova matriz econômica” desenvolvimentista, instituída no primeiro mandato de Dilma, ao invés de fazer decolar a economia, a desacelerou. O insucesso da nova perspectiva econômica não se deu apenas por um contexto econômico adverso. Ao virar as costas para o modo conciliatório de agir de Lula, abandonando o tripé econômico, e aumentando a capacidade do Estado na definição das taxas de juros e câmbio, em detrimento ao capital financeiro, Dilma “cutuca várias onças com varas curtas”³³ sem considerar se estava preparada para um contra-ataque. Em sua crítica ao governo, Perry Anderson questiona:

Contra essa frente (de empresários e banqueiros), que tipo de apoio o PT poderia esperar? Os sindicatos, ainda que mais ativos no governo Dilma, eram apenas uma sombra do seu antigo passado. Os pobres continuaram a ser beneficiários passivos do governo petista, que nunca se dispôs a educá-los ou a organizá-los, quanto muito mobilizá-los em torno de uma força coletiva (ANDERSON, 2016, s.p.).

Ao perder o apoio popular por conta dos casos de corrupção que se avolumavam contra o governo, exaltados pela grande mídia, e pelos efeitos da crise econômica que ricocheteavam na sociedade civil, Dilma faz a escolha de virar à direita na economia e, conseqüentemente, na política também (a exemplo da escolha de Joaquim Levy para ministro da Fazenda), perdendo o apoio da esquerda numa tentativa de não desafiar o Congresso no seu segundo mandato. Neste mesmo período, a presidente institui a polêmica Lei Antiterrorismo (sancionada em 16 de março de 2016), respondendo à indignação popular com criminalização, contrariando toda a construção do partido fundamentada na relação com a sociedade civil. Segundo Singer, “Dilma cometeu o erro elementar de brigar com a esquerda e a direita ao mesmo tempo, além de se distanciar de Lula, a única sustentação que lhe restaria numa situação como aquela” (SINGER, 2018, p.196).

Tendo tudo isso em vista, faz-se importante ressaltar que o *impeachment* da presidente não foi pautado pelos casos de corrupção, mas pelas pedaladas fiscais. Segundo Tainah Sales,

As “pedaladas fiscais” são o apelido dado ao “sistemático atraso nos repasses de recursos do Tesouro Nacional”, de modo que o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) acabam arcando com o pagamento de benefícios sociais como Bolsa-Família, Minha Casa Minha Vida, Seguro Desemprego, entre outros (LODI, 2015, online). Como as instituições financeiras pagam

³³ Expressão utilizada por André Singer (2018) para definir comportamento de Dilma.

em dia os valores aos beneficiários, que não podem deixar de receber, o atraso no repasse dos recursos públicos aos bancos gera o pagamento de juros pelo governo (SALES, 2017, p.68).

O processo de *impeachment* da presidente, contudo, não foi consensual, e se desenrolou cheio de interpretações divergentes. No âmbito jurídico discutia-se se as pedaladas fiscais poderiam ser consideradas crime de responsabilidade ou não, uma vez que as mesmas foram desenvolvidas por prefeituras e governos, que não se viram na mesma situação; ou se o suposto crime, que ocorreu no primeiro mandato, poderia penalizar ou ser utilizado para impedir a presidente no segundo. Além destes, estavam presentes outros embates, dado a margem interpretativa dada pelo texto constitucional, que não se firma de forma clara sobre o processo. As polêmicas e divergências de opinião no parlamento e entre juristas refletiram na sociedade civil, que se organizou em movimentos sociais pró-*impeachment* e contra o golpe, reiterando a polarização e o conflito deixado pelas manifestações de 2013 e eleições de 2014, que serão tratados mais detidamente no último capítulo.

O fato de o processo ser articulado por deputados alvos de operações contra a corrupção, tendo em vista a parcialidade do poder judiciário (“judicialização da política”³⁴) em sua luta seletiva contra ela, provocou a manifestação de intelectuais que se pronunciaram sobre os reais motivos do *impeachment*. Segundo Armando Boito Jr.:

Os conflitos de classe nem sempre se apresentam como tal; eles aparecem mascarados. Principalmente em se tratando de classes minoritárias e abastadas, interesses particularistas acabam por assumir uma feição universalista, condição para que sejam aceitos como legítimos pela maioria da população. [...] Na crise atual, esse fenômeno da dissimulação aparece, de modo exemplar, na pretensa luta contra a corrupção. De um lado, teríamos um governo e um partido corruptos e, de outro, um grande arco oposicionista interessado em instaurar a moralidade pública. Muitos são os elementos que permitem indicar o caráter dissimulador desse discurso. O arco de partidos oposicionistas instaurou, após o afastamento de Dilma, um governo interino repleto de denunciados, investigados e condenados pela justiça. O próprio presidente interino foi condenado por crime eleitoral e está inelegível por oito anos. De resto, as gravações do senador Romero Jucá comprovaram que o objetivo de boa parte dos congressistas que votaram pelo *impeachment* era abafar a investigação da corrupção. Nada disso significa que todos aqueles que saíram às ruas pedindo o *impeachment* o fizeram de maneira hipócrita. Porém, é certo que a força dirigente do golpe institucional travava um combate que não era o combate contra a corrupção (BOITO JR., 2016, s.p.).

³⁴ “Os atores sociais valem-se das possibilidades do direito material e das oportunidades abertas pelos tribunais para promoverem seus interesses em nome de direitos, deslocando a luta política do parlamento para outros espaços.” (KOERNER; SHILLING, 2015, p. 76). Ver: KOERNER, Andrei; SHILLING, Flávia. O direito regenerará a República? Notas sobre a racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. In: VELASCO E CRUZ, Sebastião ET alii (orgs.). **Direita Volver!** O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: FPA, 2015.

Entre os que consideravam o processo de impeachment ilegítimo e os que pediam por ele, acirrou-se a polarização política do país, que foi apresentada em manifestações intercaladas e protagonizadas pelos dois pólos – o “#foradilma” e o “#nãovaitergolpe” – de dezembro de 2015 a março de 2016, pouco depois das manifestações predominantemente em favor do impeachment de março de 2015.

4. AS MANIFESTAÇÕES POPULARES E O *IMPEACHMENT*: SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS CASOS COLLOR E DILMA

4.1 Mobilização, perfil e estética do Fora Collor

Como vimos, as mobilizações de 1992 tiveram como evento detonador as denúncias de corrupção envolvendo o então presidente da República, Fernando Collor, mas constituíram também uma resposta da sociedade civil à continuidade do comportamento autoritário do Estado, de reprimendas a movimentos populares e descaso para com a grande maioria dos cidadãos e a Constituição recém-promulgada. Para o autor Kurt Weyland, como ressaltado por Sallum e Casarões em artigo,

tanto o comprometimento com os valores democráticos como o ultraje com sua negação foram decisivos para o desprestígio de Collor, particularmente na classe média, origem dos jovens estudantes secundaristas e universitários que estiveram à frente das manifestações contra o presidente. Mais ainda: a situação recessiva produzida pelo próprio programa de austeridade fiscal do governo, tornando muito difícil a sobrevivência para os mais pobres e obrigando a contenção dos gastos da classe média, tornou ainda mais ultrajante as somas exorbitantes gastas pelo presidente e providas por P. C. Farias (SALLUM; CASARÕES, 2011, p.192).

A mobilização em questão seguiu o modelo da grande manifestação anterior: as Diretas-Já, na medida em que apresenta como elemento comum o anseio por aprofundamento democrático e a tendência

a ocupar e democratizar o espaço público, simbolizada pelo desígnio de “ocupar as ruas”. [...] a rua é o único espaço que não tem nenhum controle econômico e nenhuma interpretação preconcebida. Esse é o único local em que a democracia pode ser exercida em sua plenitude (AVRITZER, 2016, p.67).

Neste sentido, em 1992 o discurso que movia os manifestantes era o da democratização “real”, e, como veremos a seguir, o da “ética na política”.

Primeiramente, no entanto, faz-se necessário estabelecer quais foram os grupos organizadores, financiadores e formadores de tal discurso. No que diz respeito às formas de organização e aos organizadores das manifestações pelo “Fora Collor” podemos destacar a já citada coalizão oposicionista, ou coalizão partidária centro-esquerda, representada pelos partidos de oposição ao governo, e organizações como a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE), e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que também tiveram um

papel central de definição de uma pauta comum na articulação em torno do Movimento pela Ética na Política (TATAGIBA, 1998).

A coalizão partidária oposicionista é tratada com maestria por Brasílio Sallum (2015). Segundo o autor, com o surgimento das primeiras evidências de corrupção ligadas ao governo e diretamente à pessoa do presidente Fernando Collor, os partidos de centro e de esquerda passam a “ampliar o leque de alianças políticas possíveis para derrubar o presidente” (SALLUM, 2015, p.207). Ou seja, percebendo que a conjuntura política em curso exigia cautela, e controle de danos a partir da garantia da estabilidade institucional, o PMDB, PT e PSDB constituíram uma frente partidária de oposição que se articulou de forma duradoura para assumir o comando do processo político por meio da “atuação conjunta na CPI e em outras decisões relevantes” (SALLUM, 2015, p.211).

A articulação contava com o apoio de organizações que participaram do movimento democratizante de 1980, como a CUT, CNBB, OAB e PNBE e “foi, desde o início, o núcleo de uma coalizão mais ampla, parlamentar e extraparlamentar, de oposição ao governo e ao presidente Collor e, mais tarde, pró-impeachment” (SALLUM, 2015, p.218). A coalizão procurou conduzir o movimento pró-impeachment dentro da lei política vigente regida pela Constituição de 1988, de forma que deixasse claro que o foco era a corrupção governamental, e não a crítica à política de governo, embora esta contasse com ampla oposição. Deste modo, “o que estava em jogo, portanto, era o presidente Collor e não o regime político” (SALLUM, 2015, p.245).

A definição de um ‘marco constitucional’ para o movimento pró-impeachment tinha particular relevância não só para a “neutralização” política dos militares; ela evitou reações contrárias, facilitou a adesão de outros atores políticos relevantes – agentes do poder judiciário, elites empresariais, organizações de profissionais de classe média, sindicatos, organizações religiosas – permitiu, mesmo, a incorporação de grandes massas de estudantes de classe média ao protesto contra Collor (SALLUM, 2015, p.246).

A emergência do Movimento pela Ética na Política (MEP) no cenário político, neste sentido, foi resultado desta articulação entre partidos e organizações que, em meio à nova conjuntura, questionavam “a distância entre a prática e o dever no tratamento dos assuntos de Estado” (SALLUM, 2015, p.216). O movimento propôs “uma ação em favor de projetos favoráveis ao ‘movimento popular’, de apoio aos partidos progressistas e democráticos e a realização de um ato público pela ética na política” (SALLUM, 2015, p.216).

Segundo Brasílio Sallum e Luciana Tatagiba, o MEP foi de fundamental importância para costurar o discurso que levaria a população às ruas para exigir coletivamente a retirada

do presidente de seu cargo. Este foi responsável pela direção cultural do movimento contra Collor, e, portanto, por difundir a interpretação da

[...] corrupção não apenas como ilegalidade, “comum entre os políticos”, mas também como rompimento com a *moral* que deveria ser inerente à vida pública, o que provocou até *sentimentos de ultraje*, tendo em vista a imposição do presidente como combatente da corrupção e dos privilégios. No limite, algumas organizações ligadas ao MEP deram aos valores democráticos tal centralidade na vida social, que interpretaram a política experimentada em sua plenitude como encarnação do sagrado na vida civil. Fizeram da política ancorada na ética uma aspiração societária, a transcendência dos particularismos em favor da coletividade. Sem esta “moralização” e até “sacralização” da democracia, a corrupção seria, apenas, um desvio a ser punido, mas não algo que produzisse a rejeição moral e um esvaziamento tão grave da autoridade do presidente da República (SALLUM, 2015, p.249).

Foi a articulação de todos estes atores em torno do MEP que promoveu à organização do movimento uma característica suprapartidária, não pela desvinculação com partidos, mas por reunir militantes de vários destes (multipartidarismo) em favor do aprofundamento democrático. As direções políticas do movimento, representadas pelos partidos de oposição parlamentar e a coalizão de centro-esquerda

absorveram a interpretação do MEP sobre o processo e sobre o significado do movimento que dirigiram. O governo Collor foi entendido, no interior dos pólos simbólicos, como uma herança do passado que havia que reverter, retificar, para que a democracia pudesse ser aprofundada. Se o Poder Executivo estava dominado pelo passado, o Poder Legislativo e a CPMI eram vistos como portadores do futuro (SALLUM, 2015, p.254).

Seguindo essa linha, as manifestações contaram com discursos de presidentes de partidos e de entidades, evitando a participação de candidatos a prefeito ou vereadores que confeririam um caráter eleitoral aos atos (TATAGIBA, 2014, p.45-6).

Em adição a este balizamento, a coalizão parlamentar de centro-esquerda procurou suprimir da linguagem que empregava o seu particularismo partidário. As lideranças da coalizão classificavam o movimento como “*isento*”, “*não partidário*”, “*que não pode ser oposicionista ou eleitoreiro*” mas “*uma exigência da sociedade*” (SALLUM, 2015, p.246).

Dessa forma, o contexto contava com a necessidade de “atuar suprapartidariamente para atingir alvos comuns” (SALLUM, 2015, p.276). Para Luciana Tatagiba,

A formação dessas frentes foi considerada importante não apenas para garantir a legitimidade das demandas, afastando o risco de o movimento ser caracterizado como partidário, mas também levar adiante o difícil trabalho de mobilização, o que incluía garantir os recursos financeiros necessários (2014, p.44-45).

A autora trata especificamente sobre as condições desta articulação entre organizações e partidos. Segundo ela, “o slogan ‘ética na política’ serviu como o princípio articulador que permitiu a diluição das diferenças, dotando os vários atores que compunham o MEP de uma linguagem/identidade comum” (TATAGIBA, 1998, p.19). O objetivo era demonstrar como, apesar de assumir várias significações para cada organização, a ética na política era um fator unificador e um lema construído a partir de forte trabalho de negociação e articulação política, conduzido pelas principais lideranças partidárias da oposição.

Após a vinculação com o MEP, os significados dados à ética na política pelas entidades estudadas foram vários. Para a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) se resumia à crítica ao modelo liberal de democracia e na defesa da “revelação da verdade”, escondida por trás da imagem de caçador de marajás construída por Collor nas eleições. Neste sentido, a ética na política ganhava contorno na justiça, igualdade, e na ética com fundamentação religioso-filosófica. A frase bíblica “a verdade vos libertará” era recorrentemente utilizada nas ruas e no Congresso.

Já para Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a ética na política dizia respeito ao zelo quanto à manutenção do Estado Democrático de Direito. Os empresários do Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE) relacionavam a ética à credibilidade, governabilidade, e democracia, destacando a importância da estabilidade política para o desenvolvimento econômico. Por fim, a Central Única dos trabalhadores (CUT), diferentemente das outras entidades, “não fundamenta seu discurso em torno da ética, mas em torno da corrupção e da exigência do impeachment, ‘independente dos resultados da CPI’” (TATAGIBA, 1998, p.145), a partir da crítica ao programa de reformas neoliberais levado a cabo no governo de Collor. No entanto, apesar da radicalidade, a preocupação da Central com a manutenção do jogo democrático era visível. Segundo a autora,

A associação entre ética, democracia e justiça social conforma os principais sentidos presentes nas publicações da Central, “A ética na política vai se estender para a ética na economia. A gestão do público será cada vez mais transparente, doa a quem doer, porque a consolidação democrática assim o exige” (CUT, apud TATAGIBA, 1998, p.159). Diante dos interesses diversos, e até mesmo conflitantes, o desafio da construção de um marco comum para o confronto [...] mobilizou parte significativa da energia dos organizadores (TATAGIBA, 2014, p. 41).

Este processo de *reelaboração discursiva*, como descrito por Tatagiba, possibilita a potencialização dos pontos consensuais entre os atores, minimizando as questões que pudessem fazer emergir o dissenso a partir da necessidade de organizar-se de modo a atingir objetivos em comum (TATAGIBA, 1998, p.99). Os pontos de convergência foram

potencializados na medida em que apresentaram “a defesa da recuperação da dimensão ética da política como um novo momento no processo de democratização do Estado e da sociedade” (TATAGIBA, 1998, p.100-01).

à medida que ganhava relevância para cada entidade a sua participação no campo, seus discursos sofriam uma alteração significativa que ia no sentido tanto de uma generalização das reivindicações, quanto na ênfase na descrição da conjuntura como uma crise ética. Podemos constatar isso observando, nas manifestações discursivas das entidades, o enfraquecimento de temas mais controversos, como por exemplo as críticas mais pontuais ao projeto político de governo (TATAGIBA, 1998, p.161).

Explorando a fragilidade da unidade que garantia a articulação, Tatagiba destaca que se tratando da comunicação no MEP, a “idéia de *consenso* é mais expressão de um *sentimento*, de uma *sensação* compartilhada, do que resultado de um processo no qual as diferenças são reconhecidas e equacionadas por meio da fala” (TATAGIBA, 1998, p.168). Isso fica declarado a partir do depoimento de um dos integrantes do MEP, quando questionado sobre a interação comunicativa no interior do movimento:

A ética era o limite máximo. Essa era a verdade. A ética era a questão de um proceder novo. E a expressão dessa ética era derrubar o presidente corrupto. A realização objetiva dela naquele momento era derrubar o presidente corrupto. [...] Todo mundo tinha três sentimentos: o sentimento particular, que expressava a expectativa de cada um em relação ao movimento; o sentimento geral da unidade; e o sentimento de que era preciso caminhar, dentro daquela unidade, no fio da navalha para não romper (TATAGIBA, 1998, p.169).

A fala demonstra que, além das entidades considerarem estrategicamente mais seguro não explorar as diferenças, havia regras consensuais não-verbalizadas no grupo:

a primeira que as proposições não deveriam transcender os objetivos do movimento e, a segunda, que as ações deveriam transcorrer dentro dos limites constitucionais. Regras que todos obedeciam, mas que nunca foram discutidas publicamente (TATAGIBA, 1998, p.170).

Portanto, é a partir desta articulação tensa entre os organizadores, possibilitada pela “existência de um objetivo claro e limitado, a definição, prévia, dos caminhos para alcançá-lo, e a relação de proximidade e confiança existente entre os interlocutores” (TATAGIBA, 1998, p.177), que se constrói uma convergência entre as forças políticas e societárias em favor do *impeachment*. Uma mobilização que abrange partidos, canais midiáticos, associações, população em geral e que “foi forte o suficiente para ampliar o campo das disputas políticas,

alterando as referências usuais da esfera político-institucional, mas não a ponto de colocar em xeque as instituições democráticas” (SALLUM, 2016, p.199).

Nas primeiras mobilizações, as organizações estudantis (UNE, DCEs, UBES, UMES), disseminadas em toda a Federação, tiveram contribuição específica para o movimento. Sua grande capacidade de mobilização advém do fato de que podiam promover manifestações em dias de semana e horários de trabalho, o que era difícil para os trabalhadores assalariados, e também por atuarem mais à esquerda, tendo adotado o quadro simbólico ‘pela ética na política’, convergindo com a opinião da sociedade, e ganhando seu consentimento (SALLUM, 2015, p.261). Neste sentido, a composição social³⁵ do movimento pró-*impeachment* abrangia

[...] organizações de classe média profissional, sindicatos assalariados – funcionários públicos, banqueiros e operários industriais –, associações de pequenos empresários, organizações de estudantes – em geral filhos de famílias de classe média – e organizações católicas voltadas à democratização. Dizendo ao revés, o movimento em favor do *impeachment* não teve raízes nas elites proprietárias e no empresariado – os pequenos empreendedores do PNBE foram exceção – nem na base da pirâmide social (SALLUM, 2015, p.263).

Por conta das prerrogativas democráticas, as passeatas e manifestações contaram com suporte político-institucional, representado pela carta branca angariada pelos dirigentes dos atos junto aos governos estaduais autorizando e incentivando as manifestações, e pela presença da Polícia Militar para proteção. Houve também apoio material fornecido pelas centrais sindicais e por sindicatos de trabalhadores através de carros de som, ônibus para transporte de estudantes e serviços gráficos para cartazes, que contribuíram de forma definitiva para o aumento da abrangência dos atos. A presença dos partidos, neste sentido, também era essencial. Cabia a eles

mobilizar as bases, oferecer apoio financeiro e material para a organização dos eventos e fazer lobby no congresso pela aprovação [...] do pedido de admissibilidade do *impeachment*, respectivamente. Pelos partidos passava parte importante do recrutamento para os protestos, que consistia, principalmente, na produção de material impresso que era então distribuído em ruas, fábricas, sindicatos, igrejas, comunidades eclesiais de base e movimentos de bairro, a partir do engajamento prévio dos militantes dessas organizações (TATAGIBA, 2014, p.45).

³⁵ Não foi possível traçar uma análise mais detida sobre o perfil dos manifestantes em 1992 devido à ausência de pesquisas nesse sentido.

Estas características novamente demonstram que, apesar de serem manifestações contra o governo Collor, não eram manifestações contra o regime político, ou uma forma de ação de protesto anti-institucional.

A maioria dos manifestantes envolvidos era vinculada a organizações institucionalizadas e possuíam histórico organizacional prévio. Os caras-pintadas, estudantes vinculados a UNE, foram responsáveis por promover a massificação das mobilizações e o crescimento da reação contra a presença das lideranças partidárias nos eventos (TATAGIBA, 2014, p.46). Segundo Alberto Tosi Rodrigues,

Na década de 90, órfãos das utopias que outras gerações acalentaram, os estudantes brasileiros ainda não se haviam apresentado às ruas, pelo menos até agosto de 1992. E coisa alguma autorizava que se imaginasse o contrário quando, no dia 11 daquele mês, o centro de São Paulo se viu tomado por uma passeata com mais de 10 mil estudantes, que saíram do vão livre do MASP – ao som de “Alegria, Alegria”, de Caetano Veloso, tema da minissérie “Anos rebeldes”, da TV Globo – em direção a um ato público no Largo de São Francisco. Convocados pela UNE e pela UBES, os estudantes pediam o impeachment do Presidente da República. A esse evento, seguiram-se outros. Organizou-se uma campanha, em que os mais diferentes setores sociais foram mobilizados, mas os estudantes estiveram na proa (RODRIGUES, 1993, p.138).

Tanto Rodrigues quanto Tatagiba evidenciam a presença do ufanismo, da descontração e o bom humor como características marcantes das manifestações. O movimento contou com grande participação de jovens e estudantes com seus rostos pintados das cores da bandeira, com a presença de artistas e cantores, além da utilização de carros de som, palanques e encenações artístico-culturais.

Na campanha pelo *impeachment* de Collor, a descontração também foi marca importante dos protestos. As primeiras manifestações começaram em junho de 1992, quando os trabalhos da CPI mostravam certa paralisia. Foram realizados atos com a presença de partidos de oposição, entidades sindicais e movimentos sociais. Mas foi em agosto que as manifestações começaram a tomar corpo, principalmente a partir da participação dos estudantes. Se a marca das Diretas Já foram as grandes festas-comício, na campanha pelo impeachment do presidente destacavam-se os jovens e suas caras pintadas de verde e amarelo. Passeatas, seguidas de comícios, compunham as principais estratégias de confrontação. O estilo de Fernando Collor de Melo ofereceu os principais estímulos à mobilização, ditando os termos da sua encenação (TATAGIBA, 2014, p.53).

“O bom humor estava presente nas faixas, cartazes e palavras de ordem, com recorrentes alusões aos anos rebeldes, revividos refratadamente na minissérie de TV [...]” (RODRIGUES, 1993, p.139), conforme demonstrado na imagem abaixo.

Fotografia 3 – Anos Rebeldes e Fora Collor



Fonte: Desconhecido, 1992.

Luciana Tatagiba destaca que, no processo, “o ‘verás que um filho teu não foge à luta’ virou cartaz nas mãos dos ‘caras-pintadas’ de verde e amarelo” (TATAGIBA, 2014, p.42).

As carreatas foram comuns em várias cidades e muitas vezes abriam o espaço para passeatas que lhe seguiam. Nos atos, também houve a presença de artistas e cantores animando a multidão, em carros de som ou palanques montados em pontos estratégicos. Encenações artístico-culturais compunham o cardápio do protesto. Assim como na campanha das Diretas, teve também Fafá de Belém cantando o hino nacional. Para pressionar e acompanhar as votações houve “vigilância cívica”, em frente ao Congresso Nacional, como nas Diretas, e inauguração do “Painel da Indignação”, em São Paulo, idealizado para colher manifestações de protesto da população e encaminhá-las ao Congresso (TATAGIBA, 2014, p.53).

Um dos momentos mais marcantes da mobilização foi o de domingo, dia 16 de agosto do ano de 1992, que protagonizou a “guerra das cores”. “Em 13 de agosto, em um discurso improvisado, o presidente pediu ao “povo brasileiro” que saísse às ruas, no domingo dia 16, vestido de verde e amarelo em defesa do seu mandato” (TATAGIBA, 2014, p.53). No entanto, a tentativa de apropriação de Collor das cores utilizadas pelos manifestantes não foi bem sucedida. Os diversos setores da sociedade civil organizada, com destaque para os estudantes, participaram do ato com as caras pintadas de verde-amarelo, não abrindo mão das cores da bandeira, e trajando roupas pretas “para a guerra”, no que ficou conhecido como Domingo Negro: “O país vestia preto e encenava o enterro simbólico do presidente” (TATAGIBA, 2014, p.53).

Interessante lembrar o 7 de Setembro quando o governador Fleury distribuiu no desfile oficial o “kit pró-impeachment” (bandeira, bóton e faixa para cabeça) com os dizeres: ‘O verde-amarelo é nosso, não *delle*’ (RODRIGUES, 2000, p.234). E, mesmo depois que o presidente Collor convocou a guerra das cores, o verde e amarelo continuaram imperando ao lado do preto (o luto) e do vermelho (a cor da luta) (TATAGIBA, 2014, p.42).

Com isso, destacamos que, apesar de se caracterizar como suprapartidário, o movimento pró-*impeachment* contou com a colaboração e apoio dos mais variados partidos e não houve hostilidade contra aqueles que utilizavam outras “cores” que não as da bandeira nacional: como a preta e a vermelha. Compuseram uma espécie de “união consensual” que unificava pautas com o objetivo comum de depor o presidente eleito.

No mesmo dia, apenas “300 patriotas uniformizados com camisetas verde-amarelas, em frente à casa da Dinda, não deixaram seu líder só” (RODRIGUES, 1993, p.139). O apoio ao presidente e a disputa pelas ruas eram praticamente inexistentes.

O ápice das manifestações ocorre nos dias seguintes, onde, “após a divulgação do Relatório Final da CPI, em 24 de agosto, os estudantes voltaram à carga” (RODRIGUES, 1993, p.139). Segundo Rodrigues,

No dia seguinte, cerca de 100 mil pessoas, em sua maioria estudantes, lotaram o gramado em frente ao Congresso Nacional na vigília cívica que acompanhou a votação do Relatório Final da CPI pelo plenário do Congresso. Pelos alto-falantes, entre os discursos, ouvia-se Titãs, “Alegria, Alegria” e a indefectível “Caminhando e Cantando...” [...] No dia 1º de setembro, Barbosa Lima Sobrinho (ABI) e Marcelo Lavenère (OAB) entregavam à Câmara dos Deputados o pedido de *impeachment* do Presidente. Dois dias depois, 40 mil estudantes realizavam protesto em Fortaleza. [...] No dia 29, estudantes e populares festejavam, nas ruas, a aprovação do pedido de impeachment pela Câmara, por 441 votos contra 38 e uma abstenção (1993, p.140).

Com a aprovação do pedido do *impeachment* pela Câmara conclui-se o ciclo de protestos em tom de festa.

A partir da contribuição de Ana Claudia Chaves Teixeira (2013), Tatagiba defende que o ciclo de protestos que foi inaugurado após o período ditatorial foi engendrado a partir de uma “aliança entre movimentos populares, sindicatos, partidos de esquerda e igreja católica”. Segundo as autoras, esta articulação

ofereceu o contraponto para rumos da transição, forjando um sentido de democracia que teve profundos impactos na construção da institucionalidade democrática nas décadas de 1990 e 2000, assim como na conformação dos padrões de relação entre os movimentos sociais e estados ao longo de todo o período democrático (TEIXEIRA apud TATAGIBA, 2014, p.57).

Neste sentido, as autoras defendem que

Os ciclos de protestos das Diretas Já e do Fora Collor são expressões desse tipo particular de vínculo entre política institucional contestatória. Parte significativa do setor de movimentos sociais apostou na democracia como projeto político e na participação democrática como forma de acesso e garantia de direitos (TATAGIBA, 2014, p.57).

Segundo Leonardo Avritzer (2017), este modelo de participação resultou em institucionalização. Portanto, para os autores, a aposta por mudanças dentro do jogo democrático conferiu ao Brasil uma arquitetura participativa sólida e definiu um modelo de relação com o Estado via institucionalização. A eleição de Lula como presidente em 2002 teria sido o ápice dessas mudanças, gerando bons resultados até Junho de 2013, quando o formato das manifestações se altera, culminando nos movimentos *pró-impeachment* que serão analisados a seguir.

4.2 Mobilização, perfil e estética dos manifestantes *pró-impeachment* de 2015-2016

As manifestações de 2015-16 tiveram uma dinâmica de organização distinta, tanto com relação às de 1992, quanto às de junho de 2013. Entre as principais diferenças, destaca-se a de que os movimentos *pró-impeachment* em 2015 foram caracterizados por uma parcela significativa da literatura como movimentos situados à direita do espectro político, atores não tradicionais dos movimentos sociais. Foram movimentos massivos, e que se desenvolveram principalmente em São Paulo. De acordo com Tatagiba, Trindade e Teixeira,

A cidade de São Paulo foi, sem dúvida, o grande epicentro da manifestação, com 1 milhão de pessoas ocupando a Avenida Paulista segundo os organizadores – o Instituto Datafolha estimou o público total em 210 mil. A despeito da divergência numérica, o Datafolha destacou que era a maior manifestação na Avenida Paulista desde as Diretas Já em 1984. (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015b, p.203)

Apesar das últimas manifestações repetirem ou acentuarem alguns padrões já explicitados em junho de 2013 (AVRITZER, 2016), a diferença das manifestações *pró-impeachment* ao longo de 2015 e 2016 é perceptível “pelo repertório das demandas, grupos sociais que as convocam, composição social e faixa etária dos participantes” (GOHN, 2017, p.138). A politização das demandas, traduzida no antipetismo, juntamente com o destaque para a pauta anticorrupção, produz esta distinção.

Para a socióloga Angela Alonso (2017), por serem formuladas na conjuntura fluida e incerta gerada pela crise política e pelo ciclo de manifestações de 2013, e tendo em vista o contexto de julgamento do Mensalão e da Operação Lava-Jato, as primeiras manifestações de

2015 “inspiraram o espírito de faxina ética da imprensa e opinião pública” visando especialmente o afastamento do PT da chefia do executivo. A Lava Jato tem papel essencial para consolidar esta ideia. Segundo Afrânio Silva Jardim

convencionou-se chamar de “Operação Lava-Jato” toda a atividade persecutória e judicial voltada para “combater” os crimes de corrupção decorrentes de contratos ilegais firmados entre empresários e algumas empresas de economia mista (Petrobrás, Eletrobrás) bem como com o BNDS, em conexão com o financiamento eleitoral de campanhas (2017, p.106).

Numa análise crítica ao processo, Jessé Souza indica que

a Lava-Jato ofereceu concretude ao ataque à democracia pelos vazamentos seletivos ilegais até as eleições de 2016, fazendo crer que a população que apenas o PT havia cometido ilegalidades. Com essa fraude logrou dizimar o partido e fazer o PSDB renascer das cinzas nas eleições de 2016” (2017, p.37).

Neste sentido, os grupos participantes das manifestações têm em comum a evocação do patriotismo e da pauta anticorrupção, bem como a decepção com o resultado das eleições de 2014.

O movimento teve influência de grupos neoliberais que adquiriram importância, como formadores de opinião, a partir de junho de 2013, entre eles o Vem pra Rua, o Movimento Brasil Livre e os Revoltados Online. O modo de comunicação mais frequentemente utilizado para convocar as manifestações foi desenvolvido também a partir das manifestações de 2013, tendo como base organizacional grupos de *facebook* e sites que utilizavam “de recursos online como meio de estímulo à participação da população e organização dos eventos” (GOHN, 2017, p.42-3).

Segundo Avritzer, o modo de comunicação utilizado pelos organizadores para atrair a população para as ruas em 2013 e que foi mobilizado nos eventos posteriores foi inovador, pois rompeu com o controle midiático estabelecido pela televisão e canais tradicionais de informação e mobilização, e mais especificamente pela Rede Globo, englobando mídias alternativas. No entanto, apesar da mudança das referências ou dos sites mais visitados, e o resultado de

[...] uma pluralização midiática que foi importante e que explica a orientação das manifestações em torno de agendas progressistas como o passe livre e a democratização das obras da Copa, [...] essa orientação progressista não sobreviveu à entrada dos atores conservadores, que se aliaram à mídia televisiva e produziram outra agenda (AVRITZER, 2016, p.74).

O autor indica que a partir de 2015, diferentemente de 2013, além da utilização de mídias alternativas e o *Facebook*, os manifestantes obtiveram apoio da mídia tradicional televisiva. Dessa forma, procuramos destacar as mudanças na forma de organização e a composição dos organizadores das mobilizações, bem como no perfil dos manifestantes, que acompanharam a alteração no formato da comunicação entre organizadores e manifestantes.

Vários trabalhos foram publicados no sentido de identificar quais foram os financiadores e organizadores das manifestações pró-*impeachment*. A autora Maria da Gloria Gohn os denomina de “novíssimos atores em cena”, numa alusão à criação recente dos principais movimentos que atuaram como articuladores das manifestações a partir de 2013. Dentre eles, encontram-se o Movimento Brasil Livre (MBL), o Vem Pra Rua e os Revoltados Online, que aparecem como a “contracorrente” de movimentos autonomistas como o Movimento Passe Livre, o *Ocuppy* e a Primavera Árabe³⁶.

Entre os movimentos que se articularam para a convocação das manifestações pró-*impeachment*, o Movimento Brasil Livre (MBL) aparece como um dos principais grupos mobilizados com este propósito. Fundado por Kim Kataguri, Fernando Holiday e Fábio Osterman, e ligado aos Estudantes pela Liberdade³⁷, se caracteriza por ser transmissor do ideário libertário e/ou liberal, ou seja,

Apóia propostas liberais para o papel do mercado e atuação do Estado na economia, com privatizações, Estado mínimo e fim do financiamento de políticas públicas distributivas, mas também defende posições consideradas avançadas em relação aos liberais clássicos ou aos conservadores tradicionalistas, como em temas ligados à moral e aos costumes, a exemplo de suas posições em questões de gênero, aborto, etc. (GOHN, 2017, p.46).

O movimento representa a projeção de uma nova organização de direita na medida em que oferece cursos de oratória e argumentação online, para que os simpatizantes de suas ideias consigam entender e transmitir aspectos da conjuntura política, em defesa do liberalismo político e econômico.

³⁶ Ver: David Harvey et al. **Ocuppy. Movimentos de protesto que tomaram as ruas**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2012, 87p.

³⁷ Think-tank neoliberal financiado pela Atlas Economic Reserch Foundation de origem estadunidense. Os Estudantes pela Liberdade – Brasil, articularam-se com outro think-tank nacional recente, o “Ordem Livre”, e juntos desenvolveram a organização Movimento Brasil Livre – MBL. Segundo Barbosa e site da organização, os Estudantes pela Liberdade, realizaram em 2015 iniciativas para cooptar estudantes em escolas, faculdades e universidades, para formação de grupos, fornecimento de estrutura e suporte, para o desenvolvimento de atividades de defesa da chamada “sociedade livre”. O objetivo era “adaptar para o contexto brasileiro o modelo de sucesso de eventos semelhantes promovidos no exterior para a divulgação das ideias de liberdade”. O EPL apresenta-se como uma organização sem fins lucrativos, apartidária e privada, com o objetivo de “empoderar jovens estudantes libertaristas”. Oferece treinamento presencial e on-line, técnicas de oratória, técnicas de gestão e convívio sociais, formação de grupos de estudo, encontros entre os coordenadores etc. (BARBOSA, 2016, p.155).

[...] é pontual a identificação de suas táticas e métodos de atuação e seus correligionários, no país e no exterior, que oferecem modelos, formas, instrumentos e recursos para seu ativismo político. Assim como o EPL-Brasil, o MBL oferece suporte, estrutura e ferramentas formativas, presenciais e através de plataformas on-line, destacando-se pelo suporte de comunicação e educação on-line que disponibiliza para seus usuários (BARBOSA, 2016, p.157).

Outro grupo protagonista dos protestos é o movimento Vem Pra Rua, fundado em 2014 pelos empresários Rogério Chequer e Colin Butterfield, que se configura a partir de um ideário nacionalista pela ética na política, e pode ser considerado moderado, uma vez que não apoia soluções autoritárias para os problemas nacionais. Seu discurso tem como foco a mudança das lideranças políticas. “Na realidade, após 2015 fica explícito – mudança do governo federal, o PT (Partido dos Trabalhadores)” (GOHN, 2017, p.42), tendo em vista a manifesta vinculação do movimento com o PSDB.

Na extrema ponta e se destacando na convocação das manifestações encontra-se o movimento reacionário dos Revoltados Online. Trata-se de um grupo formado pelo também empresário Marcello Reis através de redes sociais, que defendia a retirada do Partido dos Trabalhadores do poder por meio de intervenção militar. Apesar da popularidade do grupo nas redes sociais, seus ideais conservadores e violentos representam uma minoria dos manifestantes das mobilizações recentes. Segundo o Datafolha, 85% dos manifestantes afirmam que a democracia é sempre a melhor forma de governo (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015b, p.206).

A despeito de estarem vinculados de forma direta ou indireta a alguns partidos, os movimentos se afirmaram inicialmente como apartidários, como vetores do novo na política, desvinculados das formas tradicionais como os partidos. Apenas após o processo de impedimento mostraram de fato suas intenções³⁸.

De forma diversa, Jefferson Barbosa destaca o papel desempenhado pelos *think-tanks*, ou “órgãos de formação de opinião pública, centros e instituições de pesquisa independentes do poder público” (BARBOSA, 2016, p.152), que atuaram como mentores na chamada às mobilizações. De acordo com o autor, os dois principais *think-tanks* no Brasil atualmente são o Instituto *Millenium* e os Estudantes pela Liberdade.

Segundo Barbosa, “mesmo com particularidades e dimensões variadas no alcance de suas iniciativas”, os *think-tanks* citados “desenvolvem iniciativas de um proselitismo pró-

³⁸ Logo após a deposição de Dilma, o MBL se aliou a partidos tradicionais conservadores para lançar candidatos, elegendo três vereadores. Um deles, inclusive, na cidade de Londrina: Felipe Barros.

mercado, pró-privatizações e de críticas embasadas no fundamento de um modelo de “Estado mínimo” (BARBOSA, 2016, p.161). O autor defende que, em função de ligações prévias a *think-tanks* pioneiros no país no campo do ativismo político liberal, a suposta inovação da “onda conservadora” representada pelos setores organizados da direita nos movimentos recentes, em contraposição a um ciclo de progressista vigente até então, não é tão inovadora ou desprovida de base assim. Para ele, por meio dos novos movimentos citados, “[...] uma ofensiva liberal e conservadora avança, não como um fenômeno novo, mas como resultado de um processo de organização e mobilização de aparelhos privados de hegemonia na conjuntura de luta de classes” (BARBOSA, 2016, p.163-64).

Trata-se de um posicionamento que é crítico a análises como a de Gohn, que tendem a tratar as últimas mobilizações como excessivamente inovadoras no que diz respeito aos organizadores e demandas, ou que defendem a ruptura de um suposto monopólio de esquerda e progressista no se refere à participação popular, a exemplo de Leonardo Avritzer (2016).

A questão de um suposto avanço de segmentos organizados da direita, como resultado do suposto fim de um ciclo progressista em países latino-americanos, escamoteia a interpretação aqui defendida, de que não se trata de uma nova “onda conservadora”. Pois já se constituiu uma estrutura organizada de instituições voltadas ao proselitismo de formas de sociabilidade e de organização das sociedades pautadas em valores liberais e conservadores (BARBOSA, 2016, p.163-64).

Neste sentido, a análise de Jefferson Barbosa chama a atenção para a necessidade de uma pesquisa cuidadosa dos *think-tanks* por trás dos principais movimentos da atualidade e que atuaram no contexto das manifestações pró-*impeachment*, pois, apesar de terem sido criados recentemente, são fruto de um processo histórico de ativismo político e processos organizacionais nem sempre reconhecidos da direita.

Com efeito, definidos os organizadores e os meios de comunicação utilizados para atrair a população às ruas, nos resta definir quem eram os manifestantes. Utilizaremos como base a pesquisa realizada por Ortellado e Solano³⁹ com os manifestantes pró-*impeachment* nas manifestações dos dias 12 de abril e 16 de agosto de 2015 em São Paulo. As pesquisas tinham o objetivo de identificar a composição de classe, renda, escolaridade, nível de confiança nos partidos, políticos e sistema político, além da tendência conservadora/progressista dos que se manifestavam.

³⁹ Pesquisas realizadas nas manifestações de 12 de abril e 16 de agosto de 2015 com manifestantes pró-*impeachment* maiores de 16 anos, entre as 13:30 e as 17:30 em toda a extensão da Avenida Paulista. Temas tratados: Perfil dos manifestantes, confiança nas instituições, soluções para a crise, atitudes políticas em temas morais e polarização. Disponível em: <<http://gpopai.usp.br/pesquisa/>>. Acesso em: 02/12/2018.

No que diz respeito à caracterização social, idade, escolaridade, renda e cor dos manifestantes, os resultados não variam muito de uma manifestação para a outra. Os manifestantes tinham predominância masculina e eram em sua grande maioria brancos. Em abril, predominavam manifestantes de idade entre 20 e 60 anos, e em agosto manifestantes de 30 a 70 anos. Nas duas manifestações, mais de 70% dos manifestantes possuíam renda que variava entre R\$ 3 940 e acima de R\$ 15 760. Em agosto, o nível de renda mais verificado foi o de R\$ 7 880 a R\$ 15 760, entre 28.9% dos manifestantes.

De maneira geral, “a predominância de jovens em junho de 2013 foi substituída por pessoas de todas as faixas etárias, especialmente famílias que levaram seus filhos” (GOHN, 2017, p. 64). No entanto, apesar da mudança na faixa etária do principal grupo participante, as manifestações continuaram marcadas pela presença da classe média.

Em abril de 2015, a não confiança em políticos e partidos, além da pouca confiança na imprensa e em movimentos sociais evidenciam a crise representativa ainda em voga desde 2013. 96% dos manifestantes não confiavam no Partido dos Trabalhadores e 81,8% não confiavam no PMDB. O partido menos rejeitado, de acordo com as pesquisas foi o PSDB (47,6% de rejeição).

Coerentemente, políticos do PT (Dilma Rousseff, Lula, e Fernando Haddad) possuíam os mais altos índices de não confiabilidade entre os manifestantes. Aécio Neves foi cotado como principal liderança política dos que se manifestavam, corroborando com a afirmativa de Angela Alonso (2017) de que a manifestação era constituída pelos decepcionados com o resultado das eleições de 2014.

No que diz respeito aos movimentos organizadores, 70,8% dos manifestantes confiava muito no Vem pra Rua, e 52,7% no Movimento Brasil Livre. Entre os movimentos não confiáveis ganham destaque o MST e o MTST. As fontes de informação mais utilizadas, segundo as pesquisas, foram o *facebook*, e sites de jornais, e TVs.

Grande parte dos manifestantes concorda com afirmações como “o bolsa-família só financia preguiçoso”, “cotas nas universidades geram mais racismo”, “os desvios da Petrobrás são o maior caso de corrupção da história do Brasil”. Posicionamentos parecidos foram demonstrados nas pesquisas realizadas nas manifestações de agosto, corroborando os elementos destacados no capítulo anterior, sobre a crítica de setores significativos da população acerca das políticas sociais e afirmativas de diminuição das desigualdades sociais efetuadas durante os governos petistas.

No que tange às questões morais, em agosto, destacam-se a concordância de grande parte dos manifestantes com as afirmações: “a melhor maneira de conseguir paz na sociedade

é aumentando a punição aos criminosos” e “negros não devem usar a cor da pele para conseguir privilégios como cotas raciais”. Dentre as afirmações que os manifestantes mais discordam destacam-se “haveria menos estupros se as mulheres tomassem mais cuidado e não usassem roupas curtas” e “relacionamentos entre gays não são naturais e gays não deviam expressar afeto em público”. Tendo em vista estes resultados, podemos verificar posicionamentos progressistas com relação à homossexualidade e aos direitos da mulher, mas resistência em reconhecer problemas estruturais que envolvem a criminalidade e o racismo. Segundo Tatagiba, Trindade e Teixeira,

Outro traço que se destaca nas pesquisas sobre perfil dos manifestantes, e que já ficara evidente nos cartazes exibidos nos protestos, é a crítica a programas que envolvem políticas de reparação, como cotas, ou transferência de renda, como o Bolsa Família. Não parece ser uma crítica aos programas sociais universais, mas a estes que de alguma forma são voltados para os mais pobres e que provavelmente afetam o valor da meritocracia intrínseco aos manifestantes. (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015b, p.208).

Repete-se em agosto, a insatisfação com o sistema político, representada por 96,8% do total de entrevistados. 64,2% dos manifestantes concordam totalmente que a melhor solução para crise seria entregar o poder a um político honesto, evidenciando a centralidade da pauta anticorrupção. Jair Bolsonaro, Sérgio Moro, e Joaquim Barbosa aparecem como principais políticos ou figuras públicas não corruptas, citadas pelos/as manifestantes.

Nesta mesma linha, a grande maioria dos manifestantes concorda que pagamos muitos impostos, mas os serviços públicos são ruins, e que a má qualidade destes serviços devem-se à corrupção e má administração.

Tendo em vista estes dados, e de acordo com Tatagiba, Trindade e Teixeira,

No que se refere aos valores e à posição dos manifestantes, se levarmos em conta as díades direta x esquerda e conservadores x progressistas o que o conjunto das pesquisas vem mostrando é um quadro bastante complexo, que de certa forma expressa as incertezas do momento político atual e a dificuldade em estabelecer categorizações rígidas para a compreensão do conflito político (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015b, p.206).

A partir do esforço para caracterização dos manifestantes, já podemos depreender qual era o conteúdo político de suas demandas e o discurso que defendiam. A cientista política Helcimara Telles (2016) destaca três características principais no discurso dos manifestantes. Entre elas: o elemento da anticorrupção, o antipetismo e antipartidarismo, advindo da insatisfação com o sistema político. Segundo a autora,

No Brasil, está se disseminando a ideia de que a corrupção é um atributo das elites partidárias e, por esta razão, elas são ineficazes e ilegítimas para exercerem as funções governativa e representativa. E, com isso, a institucionalização do sistema partidário são enfraquecidos, abrindo-se lacunas para o nascimento de outsiders e de lideranças neopopulistas. Os outsiders podem assumir um subtipo de populismo, denominado “populismo eleitoral”, que organiza suas clientelas fora dos partidos e das associações, a partir de seus atributos pessoais e de promessas de benefícios coletivos ou individuais. Além de antipolítica, a mensagem neopopulista é polarizadora, antiplural e intolerante e nela prevalece a lógica do “nós contra eles”. No neopopulismo latino-americano, nota-se a presença de um discurso polarizador que “objetiva “destruir” o opositor com sua lógica antiplural e intolerante, uma vez que este transforma a competição, natural da política, em uma luta entre combatentes fora da arena eleitoral (CARNEIRO apud TELLES, 2016, p.116).

A identificação por parte dos manifestantes a Jair Bolsonaro e Sergio Moro como figuras não corruptas tem como base esta mensagem e o perfil populista citado. A autora também atenta para o papel dos meios de comunicação na cobertura política negativa da corrupção que “mais do que agendar uma pauta, viabiliza e dá voz às disposições, crescentes na opinião pública, de um pensamento ideologicamente à direita” (TELLES, 2016, p.119).

Fotografia 4 – Criminalização do PT



Fonte: Sergio Lima/Folha, 2015.

No entanto, nem toda pauta é fundamentada apenas na reação à corrupção. Segundo a autora, o antipetismo é, acima de tudo, proveniente “da divergência dos participantes dos protestos com os projetos das políticas de redistribuição de investimentos aos grupos mais pobres” (TELLES, 2016, p.121-22). Neste sentido, como destacado anteriormente,

O antipetismo se conforma também como resistência de parcelas de cidadãos às políticas de intervenção do Estado para a promoção de maior igualdade, inclusão social, redistribuição de rendas e expansão dos direitos das minorias, agenciadas pelo governo federal (TELLES, 2016, p.121-22).

Num contraponto à análise de Telles sobre as manifestações, com destaque ao elemento antipartidário ressaltado, Maria da Gloria Gohn e Angela Alonso (2017) defendem que, a partir da apresentação das preferências partidárias dos manifestantes, o elemento antipolítico de 2013 foi substituído pela anticorrupção, vinculada ao antipetismo, e pelo apoio dos partidos de oposição ao governo. A maior parte dos manifestantes simpatizava com o PSDB e havia votado em Aécio nas eleições de 2014. Portanto, apesar da anticorrupção favorecer a ascensão de figuras como Jair Bolsonaro, a partir dos dados apresentados por Ortellado e Solano, Aécio Neves foi cotado livremente como principal liderança política dos que se manifestavam, denunciando um partidarismo oculto pela pretensa não partidarização do movimento. Segundo Gohn, “as manifestações ocorreram em clima de tensão, divisão da sociedade, “painéis” frequentes e intensa disputa política em todos os acontecimentos, embora o grande eixo articulatório que levou milhares de pessoas às ruas seja justamente a negação da política” (2017, p.61).

Em outra análise, Luciana Tatagiba, Thiago Trindade e Ana Claudia Chaves Teixeira (2015a) buscam identificar o discurso dos manifestantes tendo como base as análises dos eventos de protestos à direita, entre 2007 e 2015. De acordo com os autores, o discurso dos organizadores e manifestantes compõe uma crítica pouco sofisticada à intervenção do Estado na economia, e defendem a valorização da meritocracia, fazendo contraponto às políticas sociais do governo, como o Bolsa Família, o Mais Médicos, e às políticas de reparação, como as cotas. (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015a, p.2). A tese dos autores é a de que

[...] a justificativa dos protestos estão ancorados em dois frames principais: o combate à corrupção e o antipetismo. De 2007 a 2015 a luta contra a corrupção, um tema com crescente apelo popular desde a Nova República, tem sido associada à luta contra o PT forjando um enquadramento discursivo com aderência em determinados segmentos sociais, em especial aqueles de renda média e alta. Nosso segundo argumento é, então, que os protestos à direita são resultantes de um contexto político particular que permitiu a associação entre antipetismo e luta contra a corrupção oferecendo uma chave de leitura para os problemas brasileiros e, ao mesmo tempo, a solução para esses problemas. No governo Lula, o cenário econômico altamente favorável limitou o apelo dessa convocação nas ruas; o que não se repetiu no Governo Dilma, permitindo que em 2015 mais um de milhão de pessoas tenham saído às ruas para gritar "Fora Dilma" e "Fora PT" (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015a, p.4-5).

No sentido de também identificar suas principais demandas, Ana Laura Loyola faz uma análise de dos cartazes levantados pelos manifestantes em 2015⁴⁰. Segundo a autora, “enquanto as mídias sociais foram utilizadas para mobilizar, os cartazes materializaram os objetivos das manifestações.” (LOYOLA, 2015, p.10). O resultado da análise é traduzido no quadro abaixo:

Quadro 1 – Temas e frequência de aparição nas manifestações de 2015

| Tema | | Frequência | Porcentagem |
|-----------|---|------------|-----------------------------|
| 1- | Reivindicação de políticas públicas específicas | 4 | 6,06% |
| 2- | Apoio ao ato de manifestar-se | 7 | 10,60% |
| 3- 3.1 | Insatisfação com o governo atual Insatisfação com a presidenta Dilma | 15 (7) | 22,72% (10,60% do total) |
| 4- | <i>Impeachment</i> | 11 | 16,6% |
| 5- | Intervenção Militar | 9 | 13,63% |
| 6- | Indignação com a corrupção e impunidade | 20 | 30,30% |
| Total | | 66 | 100% |

Fonte: Ana Laura Loyola, 2015.

A partir dos resultados explicitados pela autora, é possível verificar que, além da recorrente referência à indignação com a corrupção e impunidade, a temática de insatisfação com o governo atual foi a segunda mais presente nos cartazes. Segundo Loyola, este fato estaria relacionado à polarização das eleições de 2014 e a frustração dos manifestantes votantes de Aécio Neves com o seu resultado. A autora também chama a atenção para o baixo número de cartazes reivindicando políticas públicas específicas, relacionando este fato ao perfil dos manifestantes e a falta de dependência do apoio do Estado por uma parcela significativa dos manifestantes de 2015 (LOYOLA, 2015, 19-21).

A ausência de cartazes reivindicando o direito de manifestar-se, numa comparação com junho de 2013, é explicada por Loyola a partir do comportamento policial para com os

⁴⁰ A análise foi baseada em 66 cartazes da manifestação do dia 15 de março de 2015, disponibilizadas em galeria no portal do G1. Fotos disponíveis em: <<http://g1.globo.com/politica/fotos/2015/03/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-neste-domingo-15.html>> Acesso em 02/12/2018.

manifestantes. Segundo a autora, as manifestações de 2015 foram tuteladas por policiais, e não contrariadas violentamente como as de 2013, o que explicaria esta ausência de cartazes reivindicando o direito de manifestar-se no segundo momento (LOYOLA, 2015, 19-21). Nesta mesma linha, para Maria da Glória Gohn, as mobilizações de 2015 podem ser caracterizadas como “um movimento educativo bem ‘preparado’ pelos novíssimos movimentos e coletivos, já que alguns deles denominaram o ato de exercício da ‘cidadania cívica’” (2017, p. 64). O elemento da violência, destaque das manifestações de 2013, e a desmedida repressão policial ao movimento são substituídos pela presença e apoio bem-vindo dos militares em relação aos manifestantes.

[...] A megamanifestação de março de 2015 chamou atenção não só pelo número de pessoas, mas também pela ordem e normalidade como transcorreu e pela presença de grande aparato policial presente. Mas os policiais não inspiravam medo, ao contrário, tirar fotos ou selfies com eles tornou-se uma “diversão” para muitos presentes (GOHN, 2017, p.65).

Fotografia 5 – Interação manifestantes e Batalhão de Choque



Fonte: Danilo Verpas/Folha, 2015.

Fotografia 6 - Interação manifestantes e Batalhão de Choque (2)



Fonte: Danilo Verpas/Folha, 2015.

As manifestações pró-*impeachment* contaram com a presença de caminhões de som, do hino nacional, cantado diversas vezes juntamente com “Sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”, e de faixas e cartazes apoiando o Juiz Sérgio Moro e o poder judiciário, além do “Fora Dilma”, muito embora o *impeachment* da presidente ainda não fosse consenso (GOHN, 2017, p.63-4). Respalhando a pretensão antipartidária, “faixas e cartazes de partidos políticos foram proibidas, assim como a fala de membros do parlamento” (Idem).

Destacamos aqui a especial rejeição ao “vermelho” (em alguns momentos de forma violenta⁴¹). Em 2015 houve uma apropriação dos signos e símbolos nacionais como se fossem exclusividade dos movimentos à direita, representada por expressões como “Nossa bandeira jamais será vermelha!” e “Fora comunismo, Fora PT”. A imagem abaixo exemplifica tal comportamento.

⁴¹ Ver: Protestos anti-PT registram agressões a quem veste camiseta vermelha
<https://brasil.elpais.com/brasil/2015/08/17/politica/1439769515_800304.html>

Fotografia 7 – Meu país é Brasil, não Cuba e Venezuela



Fonte: Fabio Braga/Folha, 2015.

Angela Alonso engloba as manifestações que demonstram estas características no que denomina como “Ciclo Patriota”. Segundo ela, os grupos participantes deste ciclo haviam se decepcionado com o desfecho das eleições presidenciais de 2014.

Seis dias após a reeleição de Dilma, reagiram: “Fomos roubados nas urnas”. No aniversário da República, o estilo patriota se firmou, carregando símbolos nacionais, artistas e 10 mil pessoas para a Paulista, embalados por novo escândalo, o Petrolão. O Reaçonaria, autoapresentado como “o maior portal conservador do Brasil”, listou “gritos de ordem contra a corrupção, o PT, a inflação, em defesa do juiz federal Sérgio Moro, pelas investigações do Petrolão e a favor da PM”. Uma tônica era o conservadorismo moral, com ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias, via intervenção militar ou judicial. Outra era a corrupção (“Lula, pai do Mensalão. Dilma, mãe do Petrolão”). Nas faixas, a crítica se afinilou no impeachment de Dilma e emergiu líder alternativo à política profissional: “Somos todos Sérgio Moro” (ALONSO, 2017, p.54).

As imagens abaixo demonstram as proposições de políticas autoritárias citadas:

Fotografia 8 – Intervenção militar já



Fonte: Eduardo Anizelli/Folha, 2015.

Fotografia 9 – Impeachment e Intervenção Militar



Fonte: Paulo Peixoto/Folha, 2015.

Segundo a autora, de 2014 para 2015 foram jogados “gravetos na fogueira”:

O PSDB pediu ao TSE a cassação do mandato de Dilma, alegando fraude nas apurações. O STF encarcerou lideranças petistas, e Eduardo Cunha, novo presidente da Câmara, instalou a CPI da Petrobrás. A sequência tornou o tema da corrupção onipresente e reanimou os protestos. Em 15 de março, o setor patriota protestou em todas as capitais. Na Paulista, multidão de verde e amarelo saudou a Polícia Militar que, lisonjeada, contabilizou 1 milhão de presentes, enquanto o Datafolha estimava 210 mil. O MBL ganhou protagonismo nas ruas, e o Vem pra Rua se conectou com o sistema político, via PSDB. Juntos, os grupos do setor patriota se juntaram na Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Em 20 de agosto, protestos em todos os estados clamaram contra Dilma e a corrupção, com 135 mil aderentes em São Paulo. [...] A popularidade da presidente bateu no chão: 71% a reprovavam (ALONSO, 2017, p.54-55).

A partir do final de 2015, no entanto, o ciclo patriota foi substituído pelo “Ciclo do *Impeachment*”, e houve disputa pelas ruas. Esta se evidenciou na medida em que a divisão vista no pleito das eleições de 2014 refletiu nas manifestações gerando duas contracorrentes: “a questão político-partidária entra em cena como divisora de águas entre aquelas que apoiavam o governo da presidente Dilma Rousseff e aqueles que são contra seu governo” (GOHN, 2017, p.62). Assim, uma das correntes

ênfatiza o protesto contra a corrupção, especialmente em empresas públicas, como a Petrobrás, investigadas pelo Ministério Público Federal via organizações específicas, a exemplo da “Lava-Jato”, questiona os políticos, pede impeachment da presidente Dilma Rousseff e é contra o Partido dos trabalhadores. A outra questiona novas políticas públicas do novo governo da presidente Dilma Rousseff, especialmente a do ajuste fiscal e econômico, mas não é contra o então governo federal (GOHN, 2017, p. 62).

A partir daí, nas manifestações *pró-impeachment*

Solidificou-se a retórica moralizadora, como moralização pública (anticorrupção) e como moralismo (pátria, religião, família, valores da sociedade tradicional). A manifestação visou “políticos em geral”, com o governador Geraldo Alckmin e o presidente do PSDB, Aécio Neves, corridos da rua. Mas os slogans tinham fulcro cirúrgico: Anti-PT. Lula virou o Pixuleco, boneco gigante inflado, com roupa de prisioneiro e o número do partido mais o do estelionato no código criminal (13.171). E Moro personificou a moralidade pública (ALONSO, 2017, p.56).

Por fim, segundo Maria da Gloria Gohn, as manifestações de 2015 “levaram para as ruas não apenas novas camadas sociais, mas especialmente as classes médias. Elas trouxeram novos repertórios de demandas nas ações coletivas que até então eram tímidos ou inexistentes nos protestos nas ruas” (2017, p.68). Com isso, importa destacar que a classificação destes novos atores sociais, assim como do processo do *impeachment* ainda se encontra em aberto e em disputa, e não estão fundamentadas num consenso.

4.3 Aproximações e Distanciamentos – Consenso X Conflito

A partir da definição do contexto histórico dos *impeachments*, e da análise das manifestações populares que acompanharam seus processos, torna-se possível definir algumas continuidades e descontinuidades trazidas pelas manifestações de rua e suas formas de organização, além das diferenças e semelhanças no que diz respeito ao encaminhamento do impedimento.

No tocante às continuidades verificadas entre as manifestações, destacamos a questão performática e estética dos movimentos: nos dois casos destaca-se a presença do ufanismo e da apropriação das cores da bandeira e do hino nacional contra a corrupção. Portanto, apesar do contexto de impedimento de Collor contar com grande participação de jovens e estudantes, e o de Dilma incluir jovens, famílias e diversos segmentos geracionais, os elementos mobilizados para construção das manifestações foram semelhantes, especialmente por contar com a forte presença dos símbolos nacionais. Apesar da semelhança, a apropriação destes elementos se dá de forma distinta.

Em 1992, como vimos, haviam símbolos partilhados e respeito à diversidade de cores expostas (preto, vermelho, amarelo, verde). Em 2015, houve uma apropriação dos signos e símbolos nacionais como se fossem exclusividade dos movimentos à direita, representada por expressões como “Nossa bandeira jamais será vermelha!” e “Fora comunismo, Fora PT”.

Em 1992, os manifestantes se apresentaram com seus rostos pintados das cores da bandeira. Luciana Tatagiba destaca que, no processo, “o ‘verás que um filho teu não foge à luta’ virou cartaz nas mãos dos ‘caras-pintadas’ de verde e amarelo” (TATAGIBA, 2014, p.42). Não houve hostilidade contra aqueles que utilizavam outras “cores” que não as da bandeira nacional: como a preta e a vermelha. Compuseram uma espécie de “união consensual” que unificava pautas com o objetivo comum de depor o presidente eleito.

Por outro lado, as manifestações pró-*impeachment* de Dilma contaram com a presença de caminhões de som, da bandeira e hino nacional, entoado diversas vezes juntamente com “sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor...”, num estilo que exalava patriotismo (ALONSO, 2017). “Em todos os protestos contra o governo, as cores verde e amarelo predominaram e o “amor à pátria” aparecia nos cartazes e nos corpos enrolados com a bandeira do Brasil” (TATAGIBA et al, 2015, p.204). A novidade com relação a 1992 foi a rejeição, violenta em alguns casos, do vermelho. Tal rejeição se evidenciava na queima das bandeiras do PT e no antipetismo, que, além de estar “alinhado com nossa cultura política desigual e hierárquica, se manifestou de forma veemente na oposição a programas tais como o Bolsa Família, as cotas para negros, o Mais Médicos, dentre outros” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015b, p.210),

para uma parcela dos manifestantes, o antipetismo se estende também aos símbolos da esquerda de uma forma mais ampla, e em especial ao comunismo. Alguns dos frames centrais dos protestos “Fora PT” e “Vai para Cuba” traduzem com exatidão esse *mood* das ruas, presente ainda nos cartazes que diziam “Chega de doutrinação marxista. Basta de Paulo Freire”, “A nossa bandeira é verde e amarela. Nunca será vermelha”, ou ainda “O Brasil não será a Venezuela”. Bem como a concordância com a afirmação de que “O PT

quer implantar um regime comunista no país” (64%) e “O PT trouxe 50 mil haitianos para votar na Dilma nas últimas eleições” (42,60%), presentes na pesquisa de Pablo Ortellado e Ester Solano (Idem).

Um ponto de convergência interessante constitui no comportamento de apoio\neutralidade da polícia militar durante as manifestações. Em 1992, esta neutralidade militar foi possibilitada pelo aprofundamento da adesão à democracia por parte dos organizadores e manifestantes, afastando os riscos de descomedimento e descontrole do movimento, que poderiam acarretar numa nova intervenção militar. Em 2015, o movimento conta com a presença participativa (em *selfies* e fotos) e apoio bem-vindo dos militares.

Apesar das semelhanças relativas, o contexto e encaminhamento do impedimento, verificados por meio do balanço histórico realizado, nos apontam que a conjuntura dos *impeachments* e o que está em jogo no momento em que foram colocados é extremamente distinta.

No caso de Fernando Collor, o *impeachment* traduziu uma aspiração da sociedade civil e dos organizadores por aprofundamento e aperfeiçoamento da democracia. Os partidos e organizações responsáveis pela condução do processo o fizeram a partir de um comportamento de adesão ao jogo democrático. Inclusive, tratava-se de atores que estiveram à frente do processo de redemocratização, e tinham em comum um passado que os vinculava na luta contra o regime autoritário. Com isso, tem-se em vista também a memória popular recente do período ditatorial e seu anseio em ultrapassá-lo totalmente.

Portanto, o que estava em jogo nas circunstâncias colocadas era a retirada de um presidente autoritário e corrupto. Não estava em primeiro plano, no contexto de *impeachment* de Collor, discussões acerca da orientação neoliberal do governo, embora esta contasse com ampla oposição. Também não se tratava de uma revolta contra o regime/sistema político como um todo ou uma ação de protesto anti-institucional. A rejeição focalizava na pessoa e no governo de Collor a partir do sentimento de ultraje da população, desenvolvido a partir das evidências concretas da vinculação do presidente com a corrupção, e por meio do incentivo advindo da construção do quadro simbólico e cultural do *impeachment* protagonizada pelo Movimento pela Ética na Política. Portanto, estava em questão a continuidade democrática e o fortalecimento dos instrumentos de participação na política, com o povo conduzindo os processos políticos e não o inverso.

Dessa forma, esperava-se que, por meio do afastamento de Collor, se estabelecesse uma nova relação entre o Estado e a sociedade civil que não fosse baseada em descaso e

autoritarismos, e sim, no respeito pelo público, traduzido na necessidade de um comportamento ético dos governantes.

Portanto, assim como nas manifestações *pró-impeachment* de Dilma Rousseff, o que movia os manifestantes era a luta contra a corrupção, mas contrariamente a este período, esta luta não estava relacionada a um partido específico e nem à rejeição ao sistema político. Neste segundo momento, o *impeachment* de Dilma baseava-se na anticorrupção desaguada em antipetismo, comportamento que tinha como base a indignação seletiva com a corrupção (reforçada pela mídia e respaldada por um poder judiciário parcial), vinculada ao Partido dos Trabalhadores, e a insatisfação com as mudanças decorrentes de políticas de reparação social instituídas pelo partido em seu período de governo.

Dessa forma, apesar de as manifestações contarem com a presença massiva da classe média indignada com a corrupção, esta indignação assume tons diferentes em cada momento. No caso Collor, esta incide na pessoa do presidente e seu comportamento para com o público e sociedade civil. No segundo caso, de Dilma Rousseff, verifica-se a indignação contra um partido de grande presença na história da democracia brasileira e de tendência ideológica à esquerda. Neste sentido, o pedido pelo *impeachment* de Dilma teria se baseado muito mais na insatisfação com as políticas econômicas e sociais desenvolvidas nos governos do PT, do que na própria pauta da corrupção, uma vez que o processo de impedimento foi encaminhado, sem a definição clara do crime de responsabilidade cometido, por deputados também indiciados por corrupção, e que, neste momento, convenientemente escaparam da ira popular.

Outro ponto importante a ser destacado é que, diferentemente do suprapartidarismo hegemônico representado pela participação de vários militantes de vários partidos em 1992, em 2015, o que se apresenta é, de certo modo, uma crise de representação desenvolvida a partir de 2013, que identifica políticos e o próprio sistema político como instituições pouco confiáveis e permeadas pela corrupção. Se em 1992 as manifestações *pró-impeachment* se inserem no quadro do fortalecimento da democracia e de seus instrumentos, em 2015 é a própria democracia que é colocada em questão como regime capaz de atender aos anseios da população, como ficou evidenciado especialmente a partir da recorrência dos pedidos de intervenção militar.

Cabe colocar também, que o suposto antipartidarismo do movimento⁴² camufla a conexão dos organizadores com a oposição governista e a preferência por políticos do PSDB dos manifestantes, captada por pesquisas como a de Ortellado e Solano e que tem início no

⁴² Respaldaado pela proibição de faixas e cartazes de partidos políticos, assim como a fala de membros do parlamento nas manifestações.

pleito eleitoral de 2014. Portanto, apesar da não confiança expressa em partidos e expoentes políticos (evidenciada pela exaltação de figuras como a de Jair Bolsonaro e o Juiz Sergio Moro), há uma preferência partidária definida⁴³. Tal tese se comprova na medida em que os principais organizadores destas manifestações (o Vem Pra Rua e o Movimento Brasil Livre) se configuram numa fábrica de distribuição de material e cursos que oferecem interpretações sobre o Brasil contemporâneo fundamentadas nos pressupostos neoliberais, e são conectados ao sistema político via PSDB.

A partir destas aproximações e descontinuidades destacadas, defendemos a tese de que a organização em favor do *impeachment* de Collor tinha como chave base o consenso popular e institucional, e, acima de tudo, o consenso com relação à democracia. O *impeachment* veio no sentido do seu reforço e constituía a pauta representativa tanto da sociedade civil ampliada, quanto do parlamento. O consenso com relação à necessidade do *impeachment* era tão forte, que o processo da votação em favor da ementa na Câmara dos Deputados foi simbólico: “o Congresso Nacional, ao destituir o presidente Collor, encontrava-se arrumado em tantas e tão expressivas forças da sociedade que certamente só se pode dizer que foi representativo” (SANTOS apud SALES, 2017, p.58). Ninguém mais apoiava o presidente, e o resultado da votação majoritariamente em favor do *impeachment* demonstrava isso.

Nas manifestações deste período, o consenso era também demonstrado na pauta homogênea e unânime da ética na política, construída a partir de um esforço por *reelaboração discursiva* (TATAGIBA, 1998, p.99) protagonizado pelos organizadores do movimento. Neste processo, os aspectos comuns e representativos da coletividade como um todo foram ressaltados, e as distinções advindas de posicionamentos opostos à ideologia neoliberal de Collor, por exemplo, minimizadas. Neste sentido, “a aliança política que se estabeleceu entre a opinião pública, os movimentos sociais e o sistema legal [...] foi decisiva para conseguir os votos necessários para autorizar o processo e para impedir o presidente.” (AVRITZER apud SALLUM, CASAROEES, 2011, p.190).

O *impeachment* de Dilma Rousseff, por outro lado, apesar de ser acompanhado por manifestações populares massivas em apoio ao processo, não angariou legitimidade no sentido de tornar consenso a necessidade do impedimento. Além do motivo do *impeachment* constituir uma área cinzenta e conflituosa neste segundo momento, parte significativa da

⁴³ Posteriormente, quando Aécio Neves vira réu no STF por corrupção e obstrução da justiça, o apoio dos manifestantes (e seus votantes nas eleições de 2014) é transferido para Jair Bolsonaro, que assume posição destaque como figura não corrupta.

sociedade civil ainda apoiava a presidente, e também saiu às ruas em sua defesa, conforme destacado por Sales.

Já em relação à Presidente Dilma, além da acusada contar com acentuado apoio popular, há várias divergências em seu processo: se houve ou não houve crime de responsabilidade; se é possível haver a responsabilização do presidente reeleito para período subsequente em razão de infração cometida em mandato anterior; se a Lei n. 1.079/50 foi recepcionada em sua integralidade; se o processo é legítimo etc. Não há, portanto, a unanimidade vivenciada em 1992, o que torna a discussão bem mais complexa (SALES, 2017, p.58).

O processo de impedimento foi também muito criticado, e caracterizado por vários autores como sendo um processo político-partidário, levado a cabo por deputados indiciados por corrupção por meio do auxílio de um poder jurídico partidarizado, qualificando o processo como golpe parlamentar⁴⁴.

Tratou-se de um processo marcado por tensões e disputas políticas pelo sentido dos acontecimentos (iniciados no ciclo de protestos de junho de 2013), gerando embate entre grupos pró-*impeachment* e contra o golpe, além de questionamentos quanto ao significado do conflito e polarização para a democracia. Neste sentido, Junho de 2013 constitui uma peça importantíssima no destaque do conflito trazido pelo segundo *impeachment* da história do Brasil, pois, se sua validade e legitimidade ainda estão em disputa, é devido a esse momento.

O ciclo de protestos (TARROW apud TATAGIBA, 2014) seguiu os moldes de movimentos progressistas recentes no sentido da mobilização dos manifestantes, a exemplo do *Occupy Wall-Street* e da Primavera Árabe, mas não no sentido de suas demandas. No Brasil, estes protestos tiveram a singularidade de serem captados pela direita, de forma que não tiveram caráter próprio de aprofundamento/anseio democrático. Sabe-se que a partir de junho de 2013 se inaugura um novo ciclo de manifestações, com novos atores e pautas que em 2015 vão culminar nas manifestações pró-*impeachment*, mas Luciana Tatagiba já ressalta:

O ciclo de protestos de junho interpelou os ganhos realizados por gerações sucessivas de militantes que apostaram na chave das reformas por dentro do Estado e através das regras do jogo democrático. Os jovens que foram a rua não fizeram parte desse acordo, e não se vêem por ele constrangidos [...] (TATAGIBA, 2014, p.58).

Faz-se importante para o objetivo do trabalho destacar que o novo ciclo de participação popular iniciado em junho ainda se encontra em aberto, e não há consenso quanto

⁴⁴ Ver: <<https://jornalggn.com.br/noticia/golpe-por-luis-felipe-miguel>> Acesso em: 10/12/2018.

às caracterizações e interpretações, o que, por si só, traduz o conflito e a tensão do contexto. Para Tatagiba,

A impressão é de que o projeto de esquerda concebido em torno do PT perdeu o vigor e não aparece como uma alternativa para parte significativa dos jovens que tomaram as ruas do país. As características dos protestos de junho permitem supor que entramos em uma fase de mudanças, na qual os movimentos tradicionais e os partidos políticos de esquerda disputam e/ou compartilham o protagonismo das lutas sociais com um leque mais diversificado de atores que emergem na cena pública portando um conjunto variado de demandas e projetos políticos (TATAGIBA, 2014, p.58)

O conflito no que diz respeito ao sentido destas mudanças é evidenciado na própria dinâmica das manifestações de 2015. De acordo com a literatura trabalhada, ao contrário do sentimento de descontração e bom humor, que se configuraram como características marcantes das manifestações em favor do *impeachment* de Collor, as manifestações de 2015, apesar de terem adquirido, perante a sociedade, a caracterização de exercício de cidadania cívica, “ocorrem em clima de tensão, divisão da sociedade, “panelaços” frequentes e intensa disputa política em todos os acontecimentos” (GOHN, 2017, p.61), além de contar com a presença de eventos de violência.

A contradição discursiva dos manifestantes merece destaque na medida em que, muito embora o eixo articulatório que levou milhares de pessoas às ruas fosse a negação da política tradicional, as pautas dos movimentos estavam permeadas de disputas essencialmente políticas. Esta disputa política pelas ruas e pela direção dos acontecimentos é característica singular de 2015, e se evidencia a partir da emergência de duas contracorrentes: uma delas apoiava criticamente o governo de Dilma Rousseff – militantes de movimentos sociais clássicos e novos, interlocutores no governo do Partido dos Trabalhadores –, e aqueles eram contra o seu governo, seja pelas políticas criadas ou por convicções próprias – novos atores a partir de 2013 (GOHN, 2017, p.62). De acordo com Angela Alonso, para os últimos

Uma tônica era o conservadorismo moral, com ataque a minorias e proposição de políticas autoritárias, via intervenção militar ou judicial. Outra era a corrupção (“Lula, pai do Mensalão. Dilma, mãe do Petrolão”). Nas faixas, a crítica se afunilou no impeachment de Dilma e emergiu líder alternativo à política profissional: “Somos todos Sérgio Moro” (ALONSO, 2017, p.54)

Destacamos, no entanto, que os grupos pró ou contra a intervenção se estranharam nas manifestações. Concordaram com “o “Fora Dillma”, estilizado com dois “L” em verde e amarelo, que buscava estabelecer um paralelo entre a crise política atual e a que levara, em 1992, ao impeachment de Collor” (TATAGIBA; TRINDADE; TEIXEIRA, 2015b, p.202).

Segundo o filósofo Vladimir Safatle, “pela primeira vez desde 1984, a direita voltava às ruas, procurando mobilizar a força anti-institucional da política” (2017, p.115). Esta,

mesmo não tendo ganhado as eleições de 2014, impôs uma dinâmica acelerada de desabamento do governo e de incitação a um golpe parlamentar travestido de legalidade, capitaneado por um processo jurídico capaz de práticas criminosas como grampear advogados de réus (o que implica quebra de todo princípio elementar de defesa dos cidadãos contra o Estado) e divulgar tais grampos em cadeia nacional (Idem).

Portanto, é preciso destacar que o protagonismo das mobilizações pró-*impeachment* é da direita, e que este é um fenômeno novo, já que a literatura aponta que movimentos de mudança são protagonizados pela esquerda. Segundo Di Flora e Cleber Lopes,

A emergência de movimentos de massa que mobilizavam símbolos e discursos vinculados ao perfil ideológico da direita chamaram a atenção dos analistas, especialmente no contexto da teoria política e social no Brasil, no qual as referências produzidas sobre o tema das manifestações e dos movimentos sociais geralmente os qualificavam como sinônimo de movimentos de contestação e, por extensão, como movimentos característicos da esquerda ou essencialmente como movimentos de “luta por novas políticas de inclusão” (Gohn, 2011, p.47). Até 2013, as manifestações e os protestos reforçavam tal visão, uma vez que eram conduzidos principalmente pelos movimentos sociais clássicos e/ou sindicatos (Gohn, 2016). Contudo, os eventos precedentes, de 2013, não apenas modificaram a forma e organização dos protestos, como edificaram o terreno a partir do qual os grupos e movimentos organizadores dos protestos de massa de 2015 puderam surgir (DI FLORA; LOPES, 2017, s.p.)

No caso de 2015, é uma “mudança conservadora”, que olha para o futuro mirando o passado. A evocação dos símbolos e signos de um passado supostamente livre de corrupção, exaltado por sua ordem, e os pedidos por intervenção militar, evidenciam a memória aparentemente esquecida do período ditatorial, cuja presença ainda ardia na conjuntura do Fora Collor.

Outro ponto a ser destacado é o de que, apesar dos manifestantes pró-*impeachment* de Dilma requererem e aderirem a um instrumento propriamente democrático para veicular suas demandas, a saber, as manifestações de rua, os resultados desta demonstração estão em disputa, e não pendem para a democracia ou o seu aprofundamento. Na linguagem do Movimento Brasil Livre (MBL), por exemplo, encontramos referências sobre “exterminar” e “aniquilar” os “parasitas” e “petralhas”. Todo o discurso encontra-se fundamentado na intimidação, desqualificação do adversário, escárnio, perseguição e outras práticas que contém carga simbólica não democrática (DI FLORA; LOPES, 2017), conforme demonstrado por Fernanda Di Flora e Cleber Lopes:

Em sua página oficial no *facebook*, o movimento tem utilizado amplamente os termos “vermes”, “parasitas”, “insetos” para referir-se tanto ao PT e seus militantes, quanto a todos aqueles que são considerados como seus inimigos, tais como estudantes universitários de esquerda, militantes feministas e LGBT, beneficiários das políticas sociais, entre outros. Retomam não apenas a lógica amigo\inimigo, mas uma linguagem que hierarquiza e estabelece a distinção entre nós e eles. O emprego de tais metáforas é emblemático porque retoma uma linguagem característica do nazi-fascismo. Na visão da filósofa Jeanne-Marie Gagnebin, a ideologia racista presente no nazi-fascismo define as causas do mal, dos portadores de perigo, de modo simples, com o objetivo de ser eficiente e facilmente assimilada, utilizando metáforas de higiene, “de limpeza” e de “dedetização” [...] (DI FLORA; LOPES, 2017, s.p).

Estas características alteram o comportamento dos manifestantes de 2013 para 2015.

Segundo Avritzer,

Enquanto em 2013 as manifestações tinham um leque de reivindicações, as manifestações de março de 2015 não apresentam demandas, e sim propõem a remoção da presidenta de uma maneira que estressa o processo político e as regras da democracia no país (AVRITZER, 2016, p.125)

Ainda segundo o autor, a classe média passou de uma agenda positiva, identificada na sua participação do Fora Collor e no movimento pela redemocratização, para uma agenda negativa em relação à democracia (Idem). Isso pode ser verificado pelo redirecionamento das pautas dos movimentos condutores das manifestações, como o já citado MBL, em direção a pautas conservadoras que culminaram no apoio da candidatura de Jair Bolsonaro em 2018, mas que vinha sendo pavimentada ao menos desde 2015.

Conforme Helcimara Telles destaca, a ascensão de figuras como a Bolsonaro tem como base a ideia de que “a corrupção é um atributo das elites partidárias e, por esta razão, elas são ineficazes e ilegítimas para exercerem as funções governativa e representativa” (TELLES, 2016, p.116). Dessa forma, políticos que “organizam suas clientelas fora dos partidos e das associações, a partir de seus atributos pessoais e de promessas de benefícios coletivos ou individuais” ganham lugar entre os eleitores (Idem). Para a autora, “além de antipolítica, a mensagem neopopulista é polarizadora, antiplural e intolerante e nela prevalece a lógica do ‘nós contra eles’” (Idem).

Neste sentido, e tendo em vista os pontos destacados, cabe o questionamento de até que ponto os novos manifestantes, ainda que mobilizando as ruas como instrumento fundamental de reivindicação no interior da democracia, compactuam efetivamente com os valores democráticos.

CONCLUSÃO

Na presente monografia, analisou-se como as relações entre Estado e sociedade civil nos período dos dois *impeachments* ocorridos no Brasil afetaram e influenciaram o comportamento dos manifestantes pró-*impeachment* nos dois casos. A partir do estabelecimento da relação Estado e Sociedade dos dois contextos, trabalhamos com as categorias consenso\conflito para demarcar continuidades e rupturas estabelecidas pelo comportamento popular e suas motivações nas manifestações de rua em favor do impedimento, traçando uma análise comparativa entre estes cenários.

Durante o governo de Collor, o presidente deu continuidade a um agir autoritário, supostamente superado no bojo da redemocratização, e a um comportamento de descaso para com a sociedade civil. Com a apropriação protagonizada pelo presidente do dinheiro público, partidos, organizações e sociedade civil articularam-se contra a corrupção e pela ética na política, a partir de um anseio pela superação da relação autoritária do Estado para com a sociedade, vigente no regime ditatorial. Neste sentido, havia consenso com relação à necessidade do *impeachment* e desenvolvimento democrático resultante.

Portanto, é a partir desta articulação (não esvaziada de tensão) entre os organizadores, responsável por minimizar diferenças de posicionamento e ressaltar o consenso coletivo e unânime com relação aos pontos citados, que se constrói uma convergência entre as forças políticas e societárias em favor do *impeachment*. Uma mobilização que abrange partidos, canais midiáticos, associações, população em geral e que “foi forte o suficiente para ampliar o campo das disputas políticas, alterando as referências usuais da esfera político-institucional, mas não a ponto de colocar em xeque as instituições democráticas” (SALLUM, 2016, p.199).

No caso do governo de Dilma Rousseff, e mais especificamente, durante o governo dos Trabalhadores, foi construída uma relação institucionalizada entre sociedade civil e movimentos sociais e Estado. Tal relação foi extremamente frutífera para o desenvolvimento e consolidação da democracia no Brasil. Além de aumentar a participação da sociedade civil na política, proporcionou redução da desigualdade social e econômica via políticas públicas de reparação social levadas a cabo durante o governo.

No entanto, a partir do foco na redução da miserabilidade e desigualdade, este modelo institucional focou nos mais pobres e na relação com a sociedade civil organizada na construção de suas políticas, deixando de fora algumas parcelas não organizadas. Com o desenvolvimento tecnológico, das redes sociais e *internet*, estes que não eram o foco principal deste tipo de política de participação (principalmente jovens e classe média) adquiriram um

meio de fazer-se notar, desaguado, num primeiro momento, nas manifestações de junho de 2013, e posteriormente nas manifestações pró-*impeachment* de Dilma Rousseff.

O fato de setores das classes médias e altas requererem o direito de expressar seus interesses não é ruim, é inclusão democrática. No entanto, estas o fazem com base em pressupostos não democráticos, e na insatisfação pelas adequações de status promovidas a partir da redução da desigualdade e do próprio aprofundamento democrático, verificado durante o governo de Lula e de Dilma Rousseff. A partir desta insatisfação, estes setores se tornam mais sensíveis “a um discurso que articula a gestão petista e as políticas de inclusão ao aumento da corrupção e à deslegitimação do sistema político” (AVRITZER, 2016, p.21).

A partir do fim dos protestos de 2013, quando este discurso adquire espaço, inicia-se um conflito evidenciado na disputa pelas ruas e pela direção dos acontecimentos posteriores, envolvendo movimentos sociais tradicionais, vinculados a partidos políticos de esquerda, e estes novos atores, unidos pela luta seletiva contra a corrupção (vinculada ao Partido dos Trabalhadores), antipetismo, e antipartidarismo.

Portanto, o *impeachment* de Dilma Rousseff, apesar de ser acompanhado por manifestações populares massivas destes grupos em apoio ao processo, não angariou legitimidade no sentido de tornar consenso a necessidade do impedimento. Além do motivo do *impeachment* constituir uma área cinzenta e conflituosa neste segundo momento, parte significativa da sociedade civil ainda apoiava a presidente, e saiu às ruas em sua defesa.

Defendemos, portanto, que o que levou ao esgotamento do formato de participação verificado não foi necessariamente a institucionalização, que, apesar das contradições e ambiguidades verificadas, gerou bons resultados e desenvolvimento democrático. O problema também não era unicamente traduzido na não participação de outros setores não organizados neste modelo, que poderia ser arranjado para incluí-los, mas as pautas que sustentavam essa participação durante o governo petista. As novas demandas, levantadas a partir de 2013 e posteriormente em 2015 e 2016, não contestavam apenas o sistema político, ou a forma de participação da sociedade civil, elas se fundamentavam na crítica às políticas públicas em favor da redução da desigualdade no país, continuadas durante o governo de Dilma. Além de configurar uma reação ao envolvimento do partido, cada vez mais evidenciado, destacado e orientado pela mídia, com a corrupção.

Defendemos, enfim, que ao contrário da unidade consensual e dos anseios predominantemente democráticos verificados entre os atores (incluindo a sociedade civil) que deram procedimento ao *impeachment* de Collor, o *impeachment* de Dilma tratou-se de um processo marcado por tensões e disputas políticas pelo sentido dos acontecimentos (iniciados

no ciclo de protestos de junho de 2013), gerando embate entre grupos pró-*impeachment* e contra o golpe, além de questionamentos quanto ao significado do conflito e polarização para a democracia, além do grau de aderência dos novos manifestantes a ela.

Ao contrário de um movimento progressista de aprofundamento democrático anterior, verifica-se novos grupos utilizando-se de instrumentos democráticos para defender uma mensagem antipolítica, antiplural, e o *impeachment* de forma retrógrada, que ignora bases fundamentais da democracia. Assim como Leonardo Avritzer sublinha, o fato de a crítica e/ou a desilusão de parte da sociedade com um projeto de esquerda ter se transformando em uma crítica à democracia e a um projeto político de inclusão social configura o principal limite da democracia brasileira contemporânea (2016, p.26).

Neste sentido, entender as antigas e novas formas características de mobilização popular a partir de sua contextualização nos possibilita entender suas diferenças processuais, e tentar identificar o que provocou a ruptura do consenso participativo, permitindo tal hegemonização conservadora. É importante salientar que a pluralização das ruas em si não é problema, porém para se tratar de uma conquista, ela deve dar-se dentro das regras democráticas, com tolerância e diálogo.

Portanto, a pesquisa buscou compreender as mudanças produzidas durante o último processo de impedimento, que trouxeram à cena política brasileira atores e grupos situados à direita do espectro político que colocam em questão as teses sobre movimentos sociais como vetores de mudança e transformação social.

Se a radicalização das disputas políticas pode representar um risco continuado à democracia brasileira (já significativamente afetada por um “*impeachment*” considerado por tantos analistas como um “golpe parlamentar”), então entender as especificidades e continuidades das mobilizações de 2015-2016 com relação a 1992, e a forma de relação entre sociedade civil e Estado durante estes períodos, constitui passo fundamental para uma mais densa compreensão da realidade política do Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula.** *Dados* [online]. 2014, vol.57, n.2, pp.325-357.
- ABERS, Rebeca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. **A participação na era Lula: repertórios de interação em um Estado heterogêneo.** In: 35º Encontro Anual da ANPOCS. 20 de outubro de 2011. [S.l.: s.n., 20--] (s.p.). Disponível em: https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/2011-artigo-abers_rebecca_serafim_lizandra_tatagiba_luciana.pdf Acesso em: 13/12/2018.
- AGUIAR, C. B. A imprensa e as eleições de 1989: imagens e atores da política. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 179-194, abril/julho 1995.
- ALONSO, Angela. A política das Ruas: Protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos estud. CEBRAP**, SP especial, pp. 49-58, junho 2017. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/produto/especial-dinamicas-da-crise/#5935e1d0341aa> Acesso em: 05/08/2018.
- ANDERSON, Perry. **A crise no Brasil.** Disponível em: <https://esquerdasocialista.com.br/perry-anderson-crise-no-brasil/> Acesso em: 18/11/2018.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil.** 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- AVRITZER, Leonardo. Participação na democracia brasileira: a hegemonia popular e a inovação do protesto da classe média. **Opinião Pública**, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 43-59, ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8650170>. Acesso em: 19/06/2018.
- BARBOSA, Luis Guilherme Camfield. O governo Lula e a política econômica brasileira: continuidade ou ruptura?. **Revista Todavia**, Ano 3, nº 4, jul. 2012.
- BARBOSA, J. R. Protestos de Direita no Brasil Contemporâneo: think tanks, grupos empresariais, intelectuais e aparelhos orgânicos da burguesia. **Lutas Sociais**, vol.20, nº36, jan\jun 2016.
- BASTOS, P. P. Z. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. **Rev. Econ. Contemp.**, núm. esp., 2017, p. 1-63.
- BBC. **Da 'faxina ética' ao processo de impeachment:** relembre os principais fatos do governo Dilma até o momento. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_cronologia_governo_dilma_if Acesso em: 10/12/2018.

BBC. **De aprovação recorde ao impeachment:** relembre os principais momentos do governo Dilma. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37207258> Acesso em: 09/12/2018.

BOITO JR., Armando. Os atores e o enredo da crise política. In: JINKINGS, Ivana; et al (orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. Boitempo, 2016 (s.p.).

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da Ditadura Militar à Democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 25, p. 165-175, nov. 2005.

CODATO, Adriano Nervo. **Racismo de Classe.** Folha, 2014. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/racismo-de-classe-efb5rzm9oh6ttlj46fwuvok7i> Acesso em: 12/12/2018.

COSTA, Diego. Junho de 2013. In: TELES, Barbara Caramuru (org.). **Enciclopédia do Golpe** – Vol. 1. Cauru: Canal 6, 2017, p.97-105.

DATAFOLHA. **Acima das expectativas, Lula encerra mandato com melhor avaliação da história.** Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml> Acesso em: 27/11/2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. **O Julgamento do Mensalão:** O esquema. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/especial/2012/ojulgmentodomensalao/ojulgamento/o_esquema.shtml Acesso em: 02/12/2018.

G1. **Fotos:** Manifestações pelo Brasil neste domingo, 15. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/fotos/2015/03/fotos-manifestacoes-pelo-brasil-neste-domingo-15.html#F1566119> Acesso em: 02/12/2018.

GARCIA, Fernanda Di Flora; LOPES, Cleber da Silva. **As manifestações de agosto de 2015 em Londrina:** aproximações e distanciamentos entre movimentos sociais e manifestantes. In: 41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 23-27 de outubro de 2017- CAXAMBU – MG. (s.p.) Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt11-15/10692-as-manifestacoes-de-agosto-de-2015-em-londrina-aproximacoes-e-distanciamentos-entre-movimentos-sociais-e-manifestantes/file>

GOHN, Maria da Gloria. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./abr. 2016.

GOHN, Maria da Gloria. **Manifestações e protestos no Brasil:** correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

HOCHSTETLER, Kathryn. Repensando o presidencialismo: contestações e quedas de presidentes na América do Sul. **Lua Nova**, São Paulo, 72: 9-46, 2007.

JARDIM, Afranio Silva. Lava-Jato. In: TELES, Barbara Caramuru (org.). **Enciclopédia do Golpe** – Vol. 1. Cauru: Canal 6, 2017, p.106-108.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Os programas de transferência de renda e o voto regional nas eleições presidenciais de 2010. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, nº 2, Novembro, 2011, p.477-492.

KINZO, Maria Dalva G. A Democratização Brasileira: Um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo em Perspectiva**, 15(4), 2001.

LESBAUPIN, Ivo. Brasil: a sociedade civil desde a democratização (1985-2000). C.M.H.L.B *Caravelle*, nº75, p.61-75, Tolouse, 2000.

LIMA, Pedro Luiz; SAWAMURA, Mateus. O ovo da serpente? Fundamentos e variações da crítica ao componente conservador das “Jornadas de junho” de 2013. **Leviathan**, n.13, PP.91-119, 2016.

LOYOLA, Ana Laura Morais. **Vozes da crise: uma análise de discurso dos cartazes presentes nas manifestações de 2013 e 2015**. 25p. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11511/1/2015_Ana%20Laura%20Morais%20Loyola_artigo.pdf

MACHADO, Eliel. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Lutas Sociais**, n. 21/22, 2009.

MANCHETÔMETRO. **Eleições de 2010: Escândalos**. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/analises-2010/analises10-escandalos/> Acesso em: 05/12/2018.

MANCHETÔMETRO. **Eleições de 2014**. Disponível em: <http://www.manchetometro.com.br/index.php/category/analises/eleicoes-2014/> Acesso em: 02/12/2018.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCIO, Antônio Flávio. Envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. **Novos Estudos**, nº 34, novembro de 1992.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. **A crise do Governo Collor e a tática do PT**. 124p. Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2005 (Dissertação de Mestrado).

MIGUEL, Luis Felipe. Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador, de Singer, André. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 95, p. 157-163, Mar. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002013000100009 Acesso em: 10/12/2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Entenda o caso (Operação Lava-Jato)**. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/para-o-cidadao/caso-lava-jato/entenda-o-caso> Acesso em: 09/12/2018.

MOISES, José Álvaro. Eleições, participação e cultura política: mudanças e continuidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 22, p. 133-187, Dec. 1990. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451990000200007 Acesso em: 02/11/2018.

NATIVIDADE, Eliana. **Manifestações de papel**: a ascensão espetacular do conservadorismo nas ruas brasileiras, em março de 2015. In: 3º SEMINÁRIO COMUNICAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE DO ESPETÁCULO. Faculdade Cásper Líbero – 15-17 de outubro de 2015.

NOLÊTO, Ederson Carvalho de Sá Lavôr. **Impeachment no Brasil contemporâneo**: uma análise comparada entre os casos Collor e Dilma. 81p. Curso de Processo Legislativo, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), 2017 (Monografia – Especialização).

O GLOBO. **Fernando Collor sofreu impeachment, em 1992, e foi cassado pelo Senado**. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/fernando-collor-sofreu-impeachment-em-1992-foi-cassado-pelo-senado-9239073#ixzz5ZRDxRYrI> Acesso em: 01/12/2018.

ORTELLADO, P.; SOLANO, E.; NADER, L. Pesquisa manifestação política 16 de agosto de 2015. Disponível em: <http://gpopai.usp.br/pesquisa/>

PARAIZO, Maria Angélica Chagas. **Populismo e o projeto de desenvolvimento do governo Lula**. 117p. Universidade Estadual Paulista – Campus Marília, 2017 (Dissertação de Mestrado).

PEIXOTO, Vitor; RENNÓ, Lucio. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 17, n2, Novembro, 2011, p. 304-332.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Rolezinhos: Marcas, consumo e segregação no Brasil. **Revista Estudos Culturais**, n.1, [2014?], (s.p.). Disponível em: <http://www.each.usp.br/revistaec/?q=revista/1/rolezinhos-marcas-consumo-e-segrega%C3%A7%C3%A3o-no-brasil> Acesso em: 14/11/2018

REZENDE, Maria José de. A interpretação de Raymundo Faoro acerca dos procedimentos não-democráticos do governo Collor: uma análise da transição política brasileira nos anos de 1991 e 1992. **Iberoamericana**, VI, 23 (2006b), 35-54.

REZENDE, Maria José de. O penúltimo ano do Governo Sarney (1988) expondo o malogro da transição política brasileira: a análise de Raymundo Faoro. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 179-206, jun. 2008.

REZENDE, Maria José de. As reflexões de Raymundo Faoro sobre a transição política brasileira nos anos 1989 e 1990. **Política e Sociedade**, nº9, outubro 2006a.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Estudantes na Política, em Tempos de Mobilização e Crise. **São Paulo em Perspectiva**, 7(1): 138-144. Jan/mar, 1993.

SAFATLE, Vladimir. **Só mais um esforço**. São Paulo: Três Estrelas, 2017.

SALES, Tainah. Aspectos jurídicos do Impeachment, dos crimes de responsabilidade e das “pedaladas fiscais”. **Revista de Direito Brasileira**, SP, v. 16, n.7, p.57-78, Jan./Abr. 2017.

SALLUM JR, Brasílio. Crise Política e Impeachment. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 105, julho 2016, pp. 183-203.

SALLUM JR., Brasílio. **O impeachment de Fernando Collor**: sociologia de uma crise. São Paulo: Editora 34, 2015. 424p.

SALLUM JR., Brasílio; CASARQUES, Guilherme Stolle Paixão e. O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 82, p. 163-200, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf> Acesso em: 02/04/2018.

SALLUM JR., Brasílio; KUGELMAS, Eduardo. O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80. **Estud. av.**, São Paulo, v. 5, n. 13, p. 145-159, Dec. 1991. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141991000300009%20https://vdocuments.mx/o-leviathan-declinante-a-crise-brasileira-dos-anos-80.html Acesso em: 02/04/2018.

SENADO FEDERAL. **Os avanços e as crises do primeiro mandato de Dilma Rousseff**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/12/30/os-avancos-e-as-criSES-do-primeiro-mandato-de-dilma-rousseff> Acesso em: 27/11/2018.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **O roteiro de um golpe e o renascimento do impeachment**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/o-roteiro-de-um-golpe-e-o-renascimento-do-impeachment-por-andre-singer> Acesso em: 20/11/2018.

SOUZA, Claudio Andre de. Antipetismo e ciclos de protestos no Brasil: uma análise das manifestações ocorridas em 2015. **Em Debate**, Belo Horizonte, v.8, n.3, p.35-51, mai. 2016.

SOUZA, Jessé. Classe Média. In: TELES, Barbara Caramuru (org.). **Enciclopédia do Golpe** – Vol. 1. Cauru: Canal 6, 2017, p.25-40.

TAQUARI, Fernando. **Fundação ligada ao PT critica ajuste e propõe mudar política econômica**. 28/09/2015. Disponível em: <https://www.valor.com.br/politica/4246294/fundacao-ligada-ao-pt-critica-ajuste-e-propoe-mudar-politica-economica> Acesso em: 10/12/2018

TATAGIBA, Luciana F. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política e Sociedade**, Florianópolis, vol.13, nº28, set/dez, 2014. p.35-62.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. “CorruPTos”. Um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015). **Mimeo**, 2015a. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/site/anaispdpp2015/st04.pdf> Acesso em: 17/05/2018.

TATAGIBA, Luciana F. **Dos significados da “ética na política”**: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. 245p. Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 1998 (Dissertação de Mestrado).

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!**: O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2015b. Disponível em: <https://www.alainet.org/pt/articulo/174848> Acesso em: 17/05/2018.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Para além do voto**: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975-2010). 160p. Universidade Estadual de Campinas, SP: [s.n.], 2013 (Tese - Doutorado).

TELLES, H. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e vírgula**, Puc, nº19, 2016. Disponível em: <http://opiniaopublica.ufmg.br/site/files/artigo/3-Dossie-Abril-2015-Mara-Telles1.pdf> Acesso em: 08/05/2018.

